



**RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO
DA LIMPEZA URBANA JÓQUEI (23.05 a 29.11.15):**

**Motivação do Estado de Emergência definido pelo Decreto nº 36.528, de 29
de maio de 2015, e as ações realizadas até novembro de 2015**

janeiro de 2016

Governador do Distrito Federal

Rodrigo Rollemberg

Vice-Governador

Renato Santana

Secretário de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos

Julio Cesar Peres

Diretora Geral do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU/DF)

Heliana Kátia Tavares Campos

Diretor Adjunto- Silvano Silvério

Diretor Técnico- Paulo Celso dos Reis Gomes

Diretor Administrativo e Financeiro – Ronoflton Gonçalves

Diretor de Tecnologia – André Pimenta

Procuradora Jurídica - Ana Lucia Lemos Rosa

Jaira Maria Alba Puppim

Chefe da Assessoria de Planejamento

Janaina Adriana da Trindade

Assessora Especial

Andrea Portugal Fellows Kuhnert Dourado

Assessora Especial

Marciano Cley Ferreira Chimenes

Assessor Especial

Tupac Borges Petrillo

Assessor Especial

Guilherme de Almeida

Assessor Especial

Cícero Carlos Gomes de Lacerda

Gerente de Aterro (até 12/08/2015)

João Alves Tavares

*Gerente de Aterro (a partir 12/08/2015)***EQUIPE DE GERENCIAMENTO DE CRISE DO LIXÃO DO JÓQUEI**

Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU/DF)

Secretaria de Relações Institucionais e Sociais (SERIS)

Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA/DF)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social (SEDHS)

Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude (SECRIA)

Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)

Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF)

Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF)

Administração Regional da Cidade Estrutural

Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS

Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVISA) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)

Empresa Valor Ambiental LTDA

FICHA TÉCNICA**Supervisão/Coordenação Geral**

Heliana Kátia Tavares Campos

Diretora Geral do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU/DF)

Elaboração de Texto

Janaina Adriana da Trindade

*Assessora Especial do SLU/DF***Fotografias Créditos:**

Jornal Comunidade (capa)

Andrea Portugal Fellows Kuhnert Dourado

Jaira Maria Alba Puppim

Janaina Adriana da Trindade

Tupac Borges Petrillo

Assessoria de Comunicação (ASCOM/SLU)

GSI - Serviços Especializados

ÓRGÃOS PARTICIPANTES GRUPO DE TRABALHO DO LIXÃO DO JÓQUEI (DECRETO Nº 36.437/2015 E INSTRUÇÃO SLU Nº 22/2015)

Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal

Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU-DF;

Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS-DF;

Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF

Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA-DF

Companhia Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB

ESTADO DE EMERGÊNCIA NA LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

APRESENTAÇÃO

O Distrito Federal abriga o maior lixão das Américas, que está entre os 50 maiores do mundo. Ali ocorrem situações equiparadas às piores condições de desrespeito à dignidade humana. São inúmeros registros fotográficos, relatórios e filmagens disponibilizados em sites diversos e na mídia retratando a situação.

São ainda vários os planos elaborados, ao longo dos anos, para a sua erradicação. Sendo Brasília a capital federal do Brasil, com um dos melhores índices de desenvolvimento humano e em condições privilegiadas do ponto de vista de acesso a recursos federais, como essa realidade se explica? O que é difícil de compreender e de explicar é a existência desse problema por cerca de 50 anos. A quem esta situação interessa? Quem e quantos ganham com o caos ali instalado? Essa situação beneficia a segmentos diversos que ali atuam. Para compreender melhor a situação foi elaborado, pelo Serviço de Limpeza Urbana - SLU no primeiro ano da gestão 2015/2018, um relatório com o diagnóstico da situação atual do lixão que buscou abordar as diversas irregularidades ali cometidas nos seus diferentes aspectos.

Essa situação causa os mais diversos problemas e constrangimentos. O SLU tem sido notificado e multado pelos órgãos de fiscalização ambiental, arcando ainda com despesas decorrentes de ações ajuizadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e deferidas, devido às inúmeras irregularidades ali praticadas, ao longo dos últimos anos, na área ambiental, social, econômica, trabalhista e de direitos humanos. A amplitude dos problemas e a necessidade de seu enfrentamento foram registradas no Diagnóstico da situação do Lixão do Jóquei realizado em janeiro de 2015, no início da atual gestão. Esse foi o ponto de partida para o desenrolar do processo que culminou na declaração de situação de emergência e de perigo no âmbito da Limpeza Urbana do Distrito Federal, decretada pelo Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

O mencionado relatório descreve essa problemática, bem como apresenta as diversas situações de irregularidades no Lixão do Jóquei assim como nomina os diversos órgãos que deveriam ser envolvidos para o enfrentamento das mesmas. Foi dada a motivação para a situação de emergência e as condições objetivas para se iniciar a articulação dos diversos órgãos identificados para a resolução dos problemas de forma definitiva.

Em função da situação de emergência, foi então instituído por meio do Decreto nº 36.437, de 2 de abril de 2015, o Grupo de Trabalho encarregado de elaborar e implementar

o Plano de Intervenção de atividades de ordenamento do Lixão do Jóquei. Com a elaboração do Plano elaborado de forma participativa e integrada pelo Grupo de Trabalho , diversas ações já foram realizadas e outras estão em fase de elaboração de projetos para sua implantação.

Este relatório apresenta a situação de emergência na área de limpeza urbana do DF e relata as atividades ocorridas no período definido pelo decreto. De acordo com o art. 4º do **Decreto nº 36.528, de 29 de maio de 2015**, que declarou a situação de emergência nos serviços de limpeza urbana do DF, “deverá ser encaminhado, à Corregedoria Geral do Distrito Federal, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, relatório circunstanciado com a motivação precisa de todas as ocorrências que ensejaram a situação de emergência”. É o que se apresenta para o momento.

Heliana Kátia Tavares Campos
Diretora-Geral do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal

SUMÁRIO

OBJETIVO	6
I. Instituição do Grupo de Trabalho - GT do Lixão (Decreto nº 36.437/2015) e o Primeiro Acidente Fatal ocorrido no Lixão do Jóquei	6
II. Segundo Acidente Fatal ocorrido no Lixão do Jóquei, em 23 de maio de 2015 e Decisões emergenciais	7
III. Indicação de novos membros para o Grupo de Trabalho - GT	10
IV. Finalização da elaboração do Plano de Intervenção.....	11
V. Novas ocorrências – Focos de Incêndio	11
VI. Ações realizadas no Período Emergencial	13
a. Resultados das ações realizadas pela PCDF, Defensoria Pública do Distrito Federal e DETRAN/DF.....	13
b. Criação de Instrumentos Legais para momento de crise	15
c. Rodas de diálogos entre o Distrito Federal e os catadores atuantes no Lixão	15
d. Demandas apresentadas pelos catadores do “Carrefa”	18
e. Atividades realizadas no período com os catadores do “Carrefa”	19
f. Mudanças operacionais visando dar segurança aos catadores e pessoas que transitam no lixão	21
g. Atividades Realizadas para a sinalização da área.....	22
h. Atividade para a instalação de 2 balanças, guarita e pórtico na entrada	22
i. Instalação de Pátio de Alimentação	22
j. Treinamento para Brigadista Voluntário.....	23
Anexo I - Propostas para a composição do GT do Lixão do Jóquei	25
Anexo II - Decreto nº 36.437, de 02 abril de 2015.....	26
Anexo III - Instrução Normativa nº 36, de 25 de maio de 2015.....	27
Anexo IV - Decreto nº 36.618, de 20 de julho de 2015	28
Anexo V - Plano de Intervenção – Lixão do Jóquei.....	29
Anexo VI - Cronograma das Ações do GT - Decreto nº 36.437, de 02 de abril de 2015	74
Anexo VII - Memorial das Reuniões sobre o "Lixão" do Jóquei 23 a 27.05.2015	79
Anexo VIII - Decreto nº 36.528, de 29 de maio de 2015	84
Anexo IX - Sistematização das rodas de conversa com os catadores	85
Anexo X - Ordem de Serviço nº 02 de 17 de junho de 2015 - SLU/DF	137
Anexo XI- Instrução Normativa nº 84 de 10 de novembro de 2015	138

OBJETIVO

O presente documento tem por finalidade atender ao disposto no art. 4º do Decreto nº 36.528, de 29 de maio de 2015 - que declara a situação de emergência na limpeza urbana do Distrito Federal – o qual determina o encaminhamento de relatório circunstanciado com a motivação precisa de todas as ocorrências que ensejaram a situação de emergência à Corregedoria Geral do Distrito Federal, Câmara Legislativa do Distrito Federal, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal.

Nesse sentido, o presente Relatório expõe os fatos que geraram a "crise" no Lixão do Jóquei no período de 23 a 28 de maio de 2015, que culminaram nas tomadas de decisão emergenciais para enfrentar os problemas apresentados. A referida crise gerou, portanto, a necessidade de se estabelecer a situação de emergência para facilitar o trâmite e acelerar os processos necessários à interrupção das atividades irregulares no Lixão do Jóquei.

Foi antecipada assim, a publicação do Decreto nº 36.437, de 02 de abril de 2015, criando um Grupo de Trabalho especificamente constituído para enfrentar as graves questões encontradas no Lixão do Jóquei que provocaram a declaração de emergência no âmbito da limpeza urbana do Distrito Federal.

São ainda apresentadas as definições e realizações do GDF por meio do GT instituído para resolver de forma definitiva a situação de emergência estabelecida nos serviços de Limpeza Urbana.

I. Instituição do Grupo de Trabalho (Decreto nº 36.437/2015) e o Primeiro acidente fatal ocorrido no lixão do Jóquei

O SLU realizou em janeiro de 2015 um diagnóstico sobre a situação do Lixão do Jóquei quando foram identificados diversos problemas ali existentes e a necessidade de seu enfrentamento.

Considerando a amplitude, complexidade e dificuldades o diagnóstico apresentou um quadro resumo (Anexo I) contendo os principais problemas identificados e as instituições que poderiam colaborar para o seu enfrentamento. O diagnóstico apontou, ainda, vários desafios, ultrapassando a possibilidade de enfrentamento pelo SLU, uma vez que extrapolam a

competência desta autarquia. Citam-se como exemplos, os registros de ocorrência de acidentes graves e fatais naquele local.

A complexidade da situação motivou a criação do Grupo de Trabalho, sendo instituído pelo Governador Rodrigo Rollemberg, através do Decreto nº 36.437/2015 (Anexo II), para elaborar e implementar o Plano de Intervenção de atividades de ordenamento do Lixão do Jóquei, visando melhorar o tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos - RSU do Distrito Federal.

Na atual gestão (2015/2018) o primeiro acidente fatal naquela localidade, ocorreu no dia 02 abril de 2015 e reforçou a necessidade de maior engajamento dos componentes do GT para soluções de problemas nas áreas, como: (i) segurança pública, (ii) política para crianças e adolescentes, (iii) desenvolvimento humano e social, (iv) saúde pública e (v) gestão de resíduos sólidos. Porém, foi encontrada uma grande resistência de segmentos relacionados aos trabalhadores no Lixão do Jóquei (coleta, transporte, parte da catação, etc.).

II. Segundo acidente fatal no “Lixão” do Jóquei (23 de maio de 2015) e decisões emergenciais

No dia 23 de maio de 2015, cinquenta e um dias após o primeiro falecimento, outro acidente fatal ocorreu no Lixão do Jóquei, o que levou à Diretoria Colegiada do SLU a instalar sala de situação e determinar o fechamento do Lixão por 24 horas (23.05.15 a 24.05.15 ao meio-dia) em sinal de luto.

Após essa decisão, a Diretoria Colegiada do SLU, em reunião nesse mesmo sábado, dia 23 de maio de 2015, entendeu que para evitar novos acidentes havia a necessidade de antecipar algumas ações discutidas no âmbito do Plano de Intervenção em elaboração pelo GT, convocando os componentes desse grupo para uma reunião no domingo, dia 24 de maio de 2015.

A equipe de componentes do GT do Lixão do Jóquei, constituída para gerenciar essa crise, priorizou várias ações consideradas emergenciais, com o propósito de minimizar as situações de risco naquela localidade, como: (i) a mudança dos procedimentos operacionais na frente de trabalho do maciço separando as áreas de movimentação de máquinas/equipamentos dos catadores; (ii) a proibição da disposição final de resíduos de alimentos vencidos de supermercados e shopping (praças de alimentação) sem a descaracterização em uma área interna do lixão, conhecida como “Carrefa”, (iii) a recomposição da cerca do lixão de forma ainda mais acelerada para evitar o acesso de pessoas estranhas aos serviços e (iv) a definição

da entrada de catadores somente com a Carteira de Identidade expedida por órgão do Distrito Federal, permitindo a entrada de pessoas apenas pela portaria principal.

Essas medidas foram apresentadas no período da manhã do dia 25 de maio de 2015, segunda-feira, para alguns catadores que se encontravam no lixão, cujas atividades haviam sido paralisadas pelo próprio SLU para que todos os envolvidos compreendessem a necessidade da ação.

A ação de proibição da disposição dos resíduos oriundos de supermercados na área do “Carrefa” gerou grande descontentamento dos catadores, que atuavam naquela frente de trabalho, levando a uma mobilização para o fechamento do lixão que permaneceu sem atividade até à tarde de quarta-feira, dia 27 de maio de 2015, com algumas tentativas de abertura neste período, mas sem sucesso.

No final da tarde do dia 26 de maio de 2015, quarta-feira, a equipe de gerenciamento da crise definiu como proposta emergencial temporária que as empresas que coletam os resíduos de supermercados os direcionassem para uma área na Usina do P-Sul em Ceilândia. Anteriormente foi estudada a possibilidade da destinação dos resíduos para um galpão privado existente nas proximidades do lixão, de acordo com negociações realizadas pela Administração Regional da Cidade Estrutural. No entanto, essa solução se mostrou inviável em função da dificuldade de acesso de caminhões ao local, precariedade da infraestrutura (sem água potável e banheiros), proximidade das moradias e, sobretudo, pela insuficiência de espaço.

Durante o período de 23 a 27 de maio de 2015, os resíduos sólidos provenientes da coleta realizada pelo SLU foram então dispostos em suas usinas e áreas de transbordo (Asa Sul, Sobradinho, P-Sul, Gama e Brazlândia). Ao final desse período chegou-se a um valor superior a 8.000 (oito mil) toneladas acumuladas nessas áreas, as quais atingiram sua capacidade máxima de armazenamento.

No período em que o Lixão permaneceu fechado, foi constituída uma equipe para o gerenciamento da crise. A equipe foi composta por representantes do SLU, pela Coordenação do Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal, pela Administração Regional da Cidade Estrutural, pelas polícias civil e militar, pela Casa Civil e demais órgãos do Distrito Federal. Essa equipe realizou negociações com vários segmentos, tais como cooperativas e associações de catadores, grupos de catadores do setor que se autodenominam “Carrefa”; Associação de Supermercados do Distrito Federal e responsáveis de empresas que coletam/transportam os resíduos de supermercados, em busca de melhores soluções para o impasse estabelecido.

Os catadores do chamado "Carrefa", devidamente pré-cadastrados (44 catadores) foram então encaminhados até a Usina do P-Sul em Ceilândia, para a realização da triagem dos materiais provenientes da coleta realizada nos supermercados e shoppings. Para tanto, houve também diálogo com os catadores das cooperativas que já trabalhavam naquele local, para construir o entendimento e evitar maiores conflitos.

A proposta foi apresentada e aceita pelos catadores em geral e, em especial, pelos que trabalhavam no espaço do "Carrefa", que liberaram o acesso ao Lixão do Jóquei para o retorno da operação normal de pesagem e aterramento dos resíduos do DF na própria quarta-feira, dia 27 de maio de 2015. A operação temporária e precária do recebimento dos resíduos de shoppings e supermercados na Usina do P-Sul em Ceilândia teve início no dia 28 de maio de 2015, quinta-feira.

Outra importante iniciativa foi à proposição de que a Associação de Supermercados do Distrito Federal (ABRAS/DF) buscasse alternativa para destinar seus resíduos de forma que contemplasse a inclusão dos catadores do "carrefa", com soluções adequadas. Foram discutidas pelo menos duas alternativas, uma do recolhimento dos produtos nas gôndolas dos supermercados antes do seu vencimento e doação aos catadores devidamente organizados e outro o apoio, por exemplo, à iniciativa "Mesa Brasil".¹

Entretanto, o diálogo com os donos de supermercados e representantes da ABRAS/DF, para destinar alimentos com data de vencimento próximo para os catadores, por meio de Bancos de Alimentos, não prosperou. Existe grande temor por parte do setor de, ao adotar essa iniciativa, possa haver algum problema de saúde com o consumo dos produtos, e pudesse haver o ajuizamento de ações judiciais por potenciais interessados.

Quanto à frente de trabalho no maciço do Lixão do Jóquei, o SLU iniciou as adaptações necessárias a fim de minimizar os riscos de acidentes naquele local, até a implantação definitiva das ações propostas no Plano de Intervenção elaborado pelo GT do Lixão do Jóquei. Entretanto, por parte dos catadores, existe grande resistência, hostilidade e desrespeito às ordens dos gerentes de pátio como também os exarados pelo SLU.

O acúmulo excessivo de resíduos em áreas urbanas sem proteção sanitária trouxe e sempre traz prejuízos inestimáveis à população, em razão do risco à saúde pública causada pela proliferação de insetos, ratos, baratas e odores indesejáveis. Ao SLU, entidade responsável pela limpeza urbana, resulta em prejuízos econômicos, pelo custo adicional gerado para esta operação.

¹ O Mesa Brasil é um programa do SESC baseado em ações educativas e de distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões para comercialização, mas que podem ser consumidos.

Além do quantitativo de resíduos sólidos domiciliares, há cerca de 7.000 (sete mil) toneladas/dia constituídas de resíduos inertes, entulhos, galhadas, oriundos dos pequenos e grandes geradores da construção civil, que são dispostas de forma irregular em mais de 1.000 pontos da cidade, em especial na Cidade Estrutural e arredores do lixão. A limpeza posterior desta grande quantidade de resíduos dispersa em grande parte das cidades implicou em custos adicionais aos serviços prestados pelo SLU.

Buscando soluções para a disposição adequada para esses resíduos, o SLU está no momento discutindo com as lideranças comunitárias acerca da necessidade de instalação de equipamentos para o recebimento de pequenos volumes de resíduos, os chamados PEVs - Pontos de Entrega Voluntária²

III. Indicação de novos membros para o Grupo de Trabalho - GT

Para apoiar a implantação das ações necessárias à erradicação das irregularidades no lixão do Jóquei, como: Administração Regional da Cidade Estrutural; Diretoria de Vigilância Sanitária - DIVISA/SES/DF, Polícias Civil e Militar e o Conselho Tutelar do DF, novas entidades e órgãos do Governo de Brasília e de Organizações não governamentais foram incluídos, além das atividades propostas pelos novos componentes formais do GT que já atuam no processo, e os agentes do Instituto de Estudos Sócio Econômicos – INESC.

O INESC foi contratado pelo DF para apoiar às atividades dos catadores de materiais recicláveis, ficando responsáveis em auxiliar na organização dos catadores do Lixão do Jóquei nas atividades definidas pelo GT, cuja participação contou com 01 técnico e 02 estagiários (filhos de catadores) que apoiaram o SLU na triagem dos catadores para que fossem atendidos pela Defensoria Pública e para obtenção de Carteira de Identidade junto à Polícia Civil.

Visando dar segurança às pessoas que transitam no lixão do Jóquei, o SLU publicou no DODF em 26 de maio de 2015, a Instrução Normativa nº. 36 (Anexo III) na qual exige a apresentação de documento de identificação expedida por órgão do DF para ter acesso àquelas instalações, devidamente identificadas para as diversas atividades ali praticadas.

Considerando o grande número de catadores sem a documentação referida, uma equipe da Polícia Civil implantou um posto de serviço para a identificação biométrica dos catadores, por um período de 5 dias (entre os dias 28 de maio de 2015 a 03 de junho de 2015),

² Ponto de Entrega para Pequenos Volumes: equipamento público destinado ao recebimento de pequenos volumes de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (definição da Lei nº 4.704, 20 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 21 de dezembro de 2011, página 1, nº 243).

com apoio das equipes do SLU e INESC. Outros órgãos do DF apoiaram a ação como, por exemplo, a CAESB com instalação de caixa d'água.

A identificação biométrica servirá para o controle da entrada e saída dos catadores que realizam a triagem e a coleta no Lixão do Jóquei, por meio de apresentação de identificação emitida no Distrito Federal. Essa medida promoverá a segurança e a incolumidade física das pessoas que transitam no interior do Lixão e para encaminhamento à Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social (antiga SEDEST) para a atualização do CadÚnico.

Nesse mesmo período, a Defensoria Pública do Distrito Federal disponibilizou uma equipe para atendimentos aos catadores para questões legais, obtenção de 2ª via de certidões, dentre outros.

IV. Finalização da elaboração do Plano de Intervenção

Concomitantemente, as discussões no âmbito do GT foram intensificadas para a finalização do Plano de Intervenção. A fim de atender todas as ações levantadas no Decreto nº 36.427/2015, o GT teve suas atividades prorrogadas por mais 60 dias (Decreto nº 36.618/2015 – Anexo IV).

Vale salientar que a prorrogação desse grupo contribuiu para a inclusão dos resultados no Plano de Intervenção das rodas de conversa com diversos segmentos que atuam no lixão do Jóquei.

Em novembro/2015 o Grupo de Trabalho finalizou a elaboração do Plano de Intervenção ao lixão (Anexo V). Algumas ações/atividades previstas no plano foram durante o período de elaboração sendo executadas e outras estão em andamento (anexo VI).

O grupo instituído ao final deste trabalho verificou a necessidade de criação de um novo grupo de trabalho, não mais com o mesmo quantitativo de órgãos, para continuidade às discussões, tendo como focos principais: acesso de crianças e adolescentes nas dependências do lixão e segurança do local. Caso haja necessidade para cumprimento de alguma ação, os demais órgãos que não compõem o novo GT, poderão ser convocados.

V. Novas ocorrências – Focos de Incêndio

No final de julho/2015 e início de agosto/2015 o Lixão do Jóquei apresentou 05 focos de incêndio, sendo o primeiro e de maiores proporções na área reservada para recebimento do material da coleta seletiva, local onde estão instaladas 06 cooperativas de materiais

VI. Ações realizadas no período emergencial:

Foram várias as ações realizadas a partir da decretação de emergência. Algumas finalizaram e outras ainda estão em andamento. O descritivo de algumas ações discutidas e iniciadas está em memórias de reuniões compiladas e que se encontram registradas no Anexo VII.

a. Resultados das ações da Polícia Civil, Defensoria Pública do Distrito Federal e DETRAN/DF

No dia 03 de junho de 2015, a ação de identificação biométrica dos catadores no Lixão do Jóquei realizada pela Polícia Civil foi encerrada. Foram emitidas 101 (cento e uma) carteiras de identidade aos catadores que não possuíam a identificação do Distrito Federal. Parte dos registros foi entregue aos catadores no dia 08 de junho do corrente ano e os demais estão sendo entregues na 4ª Delegacia de Polícia Civil, localizado na Região Administrativa do Guará.

Paralelamente, a Defensoria Pública do Distrito Federal realizou 37 encaminhamentos entre certidões de nascimento e casamento e processos.

a)



b)





(c)

Figura 3 – (a) Presença da Polícia Civil; (b) Presença da Defensoria Pública do Distrito Federal; (c) Espaço de Informação aos catadores (I-Catador). Local de atendimento da Polícia Civil e Defensoria Pública do DF.



(a)

(b)

Figura 4 – (a) e (b) Atendimento aos catadores no Lixão do Jóquei.

Noutro segmento, segundo levantamento produzido pelo DETRAN/DF que atuou durante as referidas ações, resultou na abordagem de mais de 80 (oitenta) veículos, produzindo aproximadamente 60 (sessenta) notificações de transitar em local proibido, 15 (quinze) autuações por falta de equipamentos obrigatórios e 7(sete) remoções de caminhões com documentação irregular para depósito do DETRAN/DF.

b. **Criação de Instrumentos Legais para momento de crise**

O Governador, por meio do Decreto nº 36.528, de 29 de maio de 2015, declarou **estado de emergência** no âmbito da limpeza pública do Distrito Federal para que todos os órgãos e instâncias do Governo de Brasília priorizem os procedimentos necessários à desativação do Lixão do Jóquei, como: contratação e aprovação de projetos, contratação de obras, empréstimo temporário de servidores, disposição dos resíduos coletados no DF em aterros sanitários situados em municípios do entorno componentes do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – CORSARP-DF ou outros (Anexo VIII).

Nesse ínterim, o SLU oficiou as empresas que realizam a disposição dos resíduos em aterro licenciado na região do Distrito Federal e Entorno, solicitando envio de proposta para contratação da destinação de parte dos resíduos sólidos do Distrito Federal, devido à situação de emergência definida pelo Decreto nº 36.528/2015.

Além disso, o SLU também oficiou os Prefeitos e Secretarias do Meio Ambiente das Cidades do Entorno sobre a questão, deixando-os atualizados sobre a situação que se encontrava, como a paralisação da entrada de resíduos no lixão do Jóquei do Distrito Federal. Consultou-os também sobre a possibilidade de autorização, devido ao caráter emergencial, para que o SLU pudesse dispor nos aterros sanitários desses municípios, parte ou totalidade dos resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta diária do DF, durante a situação de emergência.

Outro instrumento legal que está em andamento e merece destaque é a elaboração da norma em conjunto entre o SEMA, SLU, DIVISA/SES/DF e AGEFIS para que as empresas que coletam resíduos com alimentos vencidos possam fazer a descaracterização dos mesmos em suas instalações antes de encaminhá-los à disposição final.

c. **Rodas de diálogos entre o Distrito Federal e os catadores atuantes no lixão**

A Roda de Conversa foi definida como uma das estratégias para contemplar a visão dos grupos presentes no lixão do Jóquei no processo de gerenciamento dos resíduos sólidos e na reciclagem.

Inicialmente foram identificados 10 grupos que estão sendo convidados a participar dos diálogos promovidos pelo SLU, com apoio de um facilitador gráfico e de técnicos do

Projeto Fênix³, coordenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Após cada diálogo as informações são tabuladas, para análise comparativa (problemas na visão dos técnicos do SLU versus os problemas identificados pelos grupos envolvidos) e para a identificação de pontos de conflito para nova rodada com a devolutiva dos problemas e soluções identificados.

A equipe de mediação de conflitos do TJDFT está acompanhando as ações e encontra-se disponível para atuar nas questões mais críticas.

Em 03 de junho de 2015, foi realizado o diálogo piloto da Roda de Conversa com os catadores que foram transferidos no final de maio/2015, do "Carrefa", espaço de trabalho utilizado pelos catadores no Lixão da Estrutural, para as instalações da Usina do P. Sul em Ceilândia.

O objetivo da Roda de Conversa foi ouvir quais eram os principais problemas e as soluções visualizados pelos catadores no Lixão e no espaço provisório de trabalho (Usina do P.Sul).

Alguns dos principais problemas relatados por esse grupo de catadores foram: (i) falta de material; (ii) falta de união dos catadores; (iii) falta de Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's); (iii) falta de segurança; (iv) imprudência dos motoristas que trabalham no lixão (V) falta de trabalho para os adolescentes.

O problema que se destacou entre os catadores foi a insuficiência de material para o trabalho.

De forma lúdica, foi confeccionado um painel apresentando os problemas apontados e possíveis soluções (figura 5).

³ O projeto FÊNIX tem o objetivo de capacitar catadores para conhecer os seus direitos sociais, atuar na solução de conflitos e apoiar a formação de redes de defesa dos direitos. É coordenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e conta com apoio das Universidades.



Figura 5 – Painel construindo com os catadores do “Carrefa”



Figura 6 - Roda de conversa com os catadores do “Carrefa”



Figura 7 - Espaço de trabalho dos catadores do “Carrefa”



Figura 8 - Roda de conversa com os catadores do “Carrefa”.

Foi estabelecido um cronograma para atender todos os grupos presentes no lixão e a sistematização dos encontros está presente no Anexo IX. A sistematização das solicitações dos catadores contribuiu para enriquecer ainda mais o Plano de Intervenção.

É importante ressaltar que o SLU/DF em sua gestão vem buscando cada vez mais o diálogo com os catadores de materiais recicláveis. Exemplo disto, são as discussões entre o SLU/DF e cooperativas sobre a melhoria da coleta seletiva no Distrito Federal e a possibilidade de que esta possa ser realizada inclusive pelos próprios catadores, caso as organizações (associações e cooperativas) estejam regularizadas e com toda a infraestrutura necessária a atender às demandas para o cumprimento das tarefas.

d. Demandas apresentadas pelos catadores do “Carrefa”

No que se refere a demanda apresentada pelos catadores do “Carrefa” descritos no item “c”, vale ressaltar que apesar das problemáticas levantadas pelos catadores do “Carrefa”, que segundo informações da Diretoria de Limpeza Urbana, o SLU se posicionou da seguinte maneira:

1. Com relação à falta de material: no período de 28 de maio de 2015 a 05 de junho de 2015, foram encaminhadas 370 toneladas, gerando um percentual de 86% de rejeito.
2. Sobre a postura inadequada dos motoristas: os próprios catadores estavam sobre os veículos, podendo ocorrer acidentes e ainda dificultando a descarga do material, já que os catadores além de subirem nesses veículos, ficavam atrás dos caminhões durante a operação de descarga dos resíduos.

3. Com relação aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI): não abrange a competência desta autarquia e não constitui responsabilidade empregatícia do SLU fornecer EPI aos catadores, pessoas físicas. Pode tratar-se de uma intervenção do Estado Social por meio de políticas públicas assistenciais de órgãos ou entidades que possuem tal atribuição. Assim, o SLU somente poderá subsidiar o fornecimento desses equipamentos às cooperativas ou associações após a formalização da relação contratual para prestarem serviços em local apropriado.

e. Atividades realizadas no período com os catadores do “Carrefa”

As mudanças foram necessárias e urgentes, porém, durante o período de execução das ações, ocorreram mobilizações dos catadores do “Carrefa”, bem como dificuldades na execução da separação das frentes de trabalho no Lixão.

As mobilizações e a falta de cuidados, na área da Usina do P-Sul, destinadas aos catadores do "Carrefa", culminaram na decisão do encerramento das atividades desses catadores naquele local. Para isso, foi convocada uma reunião, que ocorreu no dia 15 de junho de 2015, no Centro de Referência Especializado de Assistente Social da Estrutural (CREAS), com cerca de 40 (quarenta) participantes.



Figura 9 - Reunião com os catadores do “carrefa” no CREAS.

Nesta reunião, foram propostas algumas ações aos catadores:

- ✓ **Encaminhamento de nomes de quem se interessasse a compor postos de trabalho nas empresas prestadoras de serviço ao Distrito Federal.** O SLU ficou responsável de encaminhar lista dos nomes às empresas para realização de entrevistas.
- ✓ **Oferta de estágio.** O SLU ficou responsável em encaminhar os jovens para entrevista no Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) para estágio no projeto Pró-catador. Para tanto, os jovens devem ter mais de 18 anos e estarem matriculados no sistema de ensino.
- ✓ **Fornecimento de cestas básicas.** Em parceria com a Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais (SERIS) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social (SEDHS), foram distribuídas cestas básicas no dia 16 de junho de 2015 aos catadores do "Carrefa".



Figura 10 - Entrega de cestas básicas aos catadores do "Carrefa" no Centro Comunitário da Estrutural.

f. Mudanças operacionais visando dar segurança aos catadores e pessoas que transitam no lixão

Foram estabelecidos, pelo SLU e pelas empresas Valor Ambiental LTDA e a GSI, responsáveis pela operação do lixão, procedimentos operacionais que darão segurança a todas as pessoas que transitam no lixão, sendo eles:

- ✓ Separação entre a operação das máquinas e a catação de materiais em duas frentes de trabalho para o aterramento de resíduos, ou seja, uma sem presença das máquinas para os catadores trabalharem na triagem e outra em que as máquinas atuam após o encerramento do trabalho de triagem realizado pelos catadores.
- ✓ Impedimento de pessoas transitarem sobre os caminhões com apoio de equipe do DETRAN/DF e Polícia Militar do Distrito Federal.

Para atendimento desse último item, no dia 17 de junho de 2015, foi assinada pela Diretoria-Geral do SLU/DF a Ordem de Serviço nº 02 a qual impede o tráfego de veículos com pessoas penduradas ou sobre os mesmo e a permanência de menores de 18 anos. Essa ordem também impede a entrada de resíduos sólidos não domiciliares: resíduos de serviço de saúde, perigosos, eletroeletrônicos e de grandes geradores, como hipermercados e shoppings (Anexo X).

Em novembro/2015, a Diretoria-Geral do SLU/DF ainda expediu a Instrução Normativa nº 84 (Anexo XI), publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) em 10.11.15, que visa:

- ✓ Controlar os pátios de manobra, pistas de deslocamento e fluxos de carga e ainda;
- ✓ Proibir o depósito de caçambas;
- ✓ Proibir o trânsito de veículos particulares e em mau estado de conservação, além da permanência destes no interior do aterro.

Essas ações, além de controlar o acesso de pessoas e veículos no interior do lixão, proporcionarão condições mínimas de trabalho aos catadores que atuam naquela área até o encerramento das atividades.

g. Atividades Realizadas para a sinalização da área

O SLU firmou um Convênio com a NOVACAP que incluiu a elaboração de projeto para sinalização da área do Lixão do Jóquei como forma de organizar o tráfego de caminhões de coleta de resíduos sólidos domiciliares, de resíduos da construção civil, pedestres etc.

Para tanto, o SLU entregou à NOVACAP “esboço” do referido projeto e a proposta de como deveria ser o trânsito para aquele local. O “esboço” prevê placas de sinalização e rota para um melhor tráfego dentro do Jóquei.

h. Atividade para a instalação de 2 balanças, guarita e pórtico na entrada

O SLU/DF e a NOVACAP celebraram um convênio visando à instalação de 02 balanças na entrada do lixão, uma guarita e pórtico da entrada. Tanto as balanças quanto a guarita visam um maior controle da entrada no lixão, com melhor monitoramento do quantitativo de veículos e de material que entra no local, como também apoiar a vigilância como um todo.

No momento, o SLU/DF está no aguardo de liberação da Cessão de Uso do terreno do lixão para o início das obras.

i. Instalação de Pátio de Alimentação

No intuito de tornar o Lixão em um Aterro mais Controlado e proporcionar condições mínimas de trabalho aos catadores até o encerramento das atividades, o SLU/DF está elaborando projeto para a implantação das seguintes estruturas:

- ✓ Instalação de 02 refeitórios temporários: 01 no maciço com afastamento de no mínimo 200 metros da frente de trabalho e 01 na base próxima à administração do aterro.

O refeitório do maciço deverá ter cobertura e proteção lateral com capacidade para atendimento de 15% da força de trabalho, pia com sabão líquido e papel toalha.

- ✓ Instalação de local coberto para os vendedores de marmita;
- ✓ Instalação de banheiros químicos com relação de 1 para cada 50 trabalhadores.

Vale ressaltar que essas instalações atenderão a Intimação nº 048802 da Vigilância Sanitária do DF, provisoriamente, uma vez que serão implantadas as Instalações de Reciclagem de Resíduos (IRR) com infraestruturas adequadas aos catadores, visando à saúde e segurança destes.

j. Treinamento para brigadista voluntário

Motivada pela ocorrência de focos de incêndio no lixão, a Equipe do SLU realizou, juntamente com o Corpo de Bombeiros Militar do DF, um Treinamento para Brigadista Voluntário.

O treinamento teve duração de 20 horas/aulas e foi realizado no período de 16 a 19 de novembro/2015. O público-alvo foram os catadores, funcionários das empresas prestadoras de serviço ao SLU/DF no lixão (GSI e Valor Ambiental), servidores do SLU/DF e alunos da Universidade de Brasília.

Foram ministradas aulas teóricas e práticas sobre noções de combate a incêndio e primeiros-socorros pelos instrutores do CBMDF, as quais ocorrerão na Academia do CBMDF. Foram formados pelo SLU/DF e CBMDF 31 Brigadistas Voluntários.



(a)

(b)

Figura 11 – Treinamento. Parceria SLU/DF e CBMDF.



Figura 12 – Brigadistas Voluntários.

Todas as medidas tomadas e que constam neste relatório visaram iniciar a organização da gestão dos resíduos sólidos no Distrito Federal, principalmente nas dependências do Lixão do Jóquei, minimizando os riscos de novos acidentes, somadas à efetivação das ações propostas no Plano de Intervenção elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído.

Vale destacar que as medidas que estão sendo adotadas para uma melhor gestão naquele local e nas futuras instalações (pórtico na entrada) são ações para a transformação, ainda que por curto prazo, de um lixão para um aterro controlado até a sua real desativação.

ANEXO I – PROPOSTAS PARA A COMPOSIÇÃO DO GT DO LIXÃO DO JÓQUEI

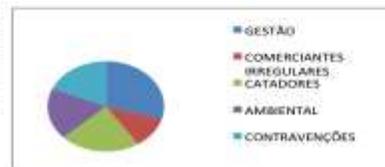
LIXÃO DO JÓQUEI		PROPOSTA PARA COMPOSIÇÃO DO GT													OUTRAS ORGANIZAÇÕES E ÁREAS ENVOLVIDAS								
		Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos		Secretaria de Saúde			Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	Secretaria de Fazenda	Secretaria de Segurança Pública e Paz Social	Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude	Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social	Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização	Secretaria de Gestão de Território e Mobilidade	Secretaria de Meio Ambiente	Agrib	DETRAN	ADASA	CASA	MPDT	MTF	MPT DF	ICMBIO	ICDF
		SLU	Novacap	S. SAÚDE	Vigilância Sanitária	Zoonoses	EMATER	SEFAZ	SSP	Conselho Tutelar	SEDES	SEAD	SETH	BRAM	Agrib	DETRAN	ADASA	CASA	MPDT	MTF	MPT DF	ICMBIO	ICDF
G E S T Ã O	1	Plano de encerramento do lixão do Jóquei desatualizado																					
	2	Falta de controle e fiscalização dos contratos *																					
	3	Presença de moradores																					
	4	Falta de iluminação noturna																					
	5	Acidentes de Trabalho																					
	6	Recebimento de resíduos sem controle (Alimentos vencidos e a vencer, resíduos não domiciliares, RSS)																					
	7	Recebimento de resíduos sem pagamento do usuário (Grandes Geradores e RCC)																					
	8	Resíduos de tratamento de efluentes																					
C O M E R C I A N T E S I R R E G U L A R E S	1	Presença de comerciantes irregulares com exploração de mão de obra**																					
	2	Uso indevido dos equipamentos do SLU																					
	3	Roubo de energia e água																					
A M B I E N T A L	1	Presença de catadores																					
	2	Trabalho infantil ***																					
	3	Trabalho insalubre, acidentes graves e fatais																					
	4	Uso indevido dos equipamentos do SLU																					
	5	Ausência de instalações no entorno do lixão para triagem de resíduos																					
	6	Ameaças e fechamento do lixão																					
A M B I E N T A L	1	Impacto de vizinhança (Rota de veículos de transporte de lixo na localidade)																					
	2	Recebimento de resíduos sem controle																					
	3	Multas e demandas judiciais																					
	4	Plantio de verduras no entorno																					
	5	Presença de animais peçonhentos e silvestres																					
C O N T R A V E N Ç Õ E S	1	Desmanche ou queima de carros roubados																					
	2	Violência, conflitos interpessoais e Crimes (homicídios, exploração de catadores)																					
	3	Drogadição (guarda de drogas)																					
	4	Comércio de produtos vencidos																					
	5	Escondimento de marginais, presença de armas brancas e de fogo e guarda de materiais roubados																					

*Falta de controle de acesso de pessoas, veículos e animais; de tratamento adequado de chorume e gás; de sinalização interna e externa; de valas para animais mortos; de servidores qualificados; de controle da deposição de caçambas dos resíduos da construção civil; de infraestrutura adequada; de vigilância eficiente; de controle das medições e dos objetivos dos contratos.

** Caminhões de comerciantes irregulares estacionados nas pistas internas do lixão; Containers de compradores dentro da área do lixão; Ameaças e fechamento efetivo do lixão; Britador de RCC paralisado.

*** Conselho tutelar não atua em função de ameaças.

CATEGORIA	Nº
GESTÃO	8
COMERCIAANTES IRREGULARES	3
CATADORES	6
AMBIENTAL	5
CONTRAVENTÕES	5
Total	27



ANEXO II

DECRETO Nº 36.437, DE 02 ABRIL DE 2015

Institui Grupo de Trabalho para elaborar e implementar o plano de intervenção de atividades de ordenamento do Lixão do Jóquei, visando dar o correto tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos - RSU, provenientes dos serviços contratados pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho – GT – constituído por órgãos e entidades do Distrito Federal com a finalidade de elaborar e de executar plano de intervenção no Lixão do Jóquei, conhecido como Lixão da Estrutural, visando o encerramento das atividades irregulares praticadas naquele local.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por membros indicados pelos titulares dos seguintes órgãos e entidades do Distrito Federal:

I - Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal;

II - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;

III - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal;

IV - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal;

V - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal;

VI - Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal;

VII - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal;

VIII - Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal;

IX - Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal;

X - Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal; XI – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU-DF;

XII - Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS-DF;

XIII - Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF;

XIV - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA-DF; XV - Companhia Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB.

Art. 3º O Grupo de Trabalho terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Decreto, para apresentar o plano de intervenção e o cronograma de execução, indicando os respectivos responsáveis pelas atividades a serem desenvolvidas no Lixão do Jóquei.

Art. 4º Os órgãos e entidades do Distrito Federal mencionados no art. 2º indicarão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste Decreto, os nomes de seus representantes ao Serviço de Limpeza Urbana, a quem compete a coordenação dos trabalhos do GT, com o apoio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal.

Art. 5º Outras instituições poderão ser convidadas a participar das ações do GT. Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 02 de abril de 2015. 127º da República e 55º de Brasília

RODRIGO ROLLEMBERG

Fonte: Publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 66, págs. 2 e 3, de 06/04/2015

ANEXO III

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 25 DE MAIO DE 2015

A DIRETORA-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, previstas no Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 35.972/2014, publicado no DODF nº 231, de 05/11/2014, e tendo em vista o Decreto nº 36.437, de 02 de abril de 2015, RESOLVE: CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança e a incolumidade física das pessoas que transitam no interior do lixão do Jóquei; CONSIDERANDO a necessidade de evitar a ocorrência de acidentes envolvendo catadores e/ outras pessoas que adentrem o interior do lixão do Jóquei; Art. 1º O acesso à área do lixão do Jóquei somente será permitido, mediante a identificação civil (apresentação de identidade emitida por Órgão de Segurança Pública do DF) dos catadores e demais pessoas que não integram o quadro funcional do SLU/DF, bem como das empresas que prestam serviços naquele local. Art. 2º Não se aplica o disposto no art. 1º aos estudantes, pesquisadores, visitantes e profissionais da imprensa, desde que previamente autorizados pelo SLU. Art. 3º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS

Fonte: Publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 100, pág. 6, de 26/05/2015.

ANEXO IV

DECRETO Nº 36.618, DE 20 DE JULHO DE 2015

Altera o Decreto nº 36.437, de 02 de abril de 2015, que institui Grupo de Trabalho para elaborar e implementar o plano de intervenção de atividades de ordenamento do Lixão do Jóquei, visando dar o correto tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos - RSU, provenientes dos serviços contratados pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º O artigo 3º do Decreto nº 36.437, de 02 de abril de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O prazo para o Grupo de Trabalho apresentar o plano de intervenção e o cronograma de execução, indicando os respectivos responsáveis pelas atividades a serem desenvolvidas no Lixão do Jóquei fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Decreto, admitida prorrogação por igual período”.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de julho de 2015.

127º da República e 56º de Brasília

RODRIGO ROLLEMBERG

Fonte: Publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, pág. 1, de 21/07/2015.

ANEXO V
PLANO DE INTERVENÇÃO – LIXÃO DO JÓQUEI

**PLANO DE
INTERVENÇÃO
LIXÃO DO
JÓQUEI**

**Dezembro de
2015**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. INTRODUÇÃO.....	33
2. A COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO.....	34
3. MEDIDAS EMERGENCIAIS	34
4. O ESCOPO DE ATUAÇÃO.....	35
5. PLANOS DE AÇÃO	36
5.1. BLOCO GESTÃO OPERACIONAL.....	37
5.1.1. FORTALECER A ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DO SLU NO LIXÃO.....	37
5.1.2. GARANTIR A SEGURANÇA DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS DO LIXÃO E MANUTENÇÃO DA CERCA PERIFÉRICA.....	38
5.1.3. CADASTRAR E CONTROLAR O ACESSO DE VEÍCULOS E CARGAS	38
5.1.4. REMOVER VEÍCULOS INSERVÍVEIS E CAÇAMBAS.....	40
5.1.5. PROIBIR A ENTRADA DE ALIMENTOS VENCIDOS SEM A DESCARACTERIZAÇÃO.....	41
5.1.6. IMPLANTAR SINALIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	42
5.1.7. IMPLANTAR A ILUMINAÇÃO INTERNA ADEQUADA.....	43
5.1.8. REGULAR AS ATIVIDADES COMERCIAIS PRATICADAS NO LOCAL	43
5.1.9. IMPLANTAR PÁTIO DE PESAGEM COM DUAS NOVAS BALANÇAS E REFORMA DAS EXISTENTES	44
5.1.10. LIBERAR OS PONTOS INTERNOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA E ÁGUA.....	45
5.1.11. LIBERAR A ÁREA PARA OPERAÇÃO DO BRITADOR DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC).....	46
5.1.12. COBRAR PELO SERVIÇO DE DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE GRANDES GERADORES E DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC).....	47
5.1.13. INSTALAR BANHEIROS QUÍMICOS.....	48
5.1.14. ALTERAR A FORMA DE TRABALHO NAS FRENTES DE ATERRAMENTO.....	49
5.1.15. CONTROLAR O ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS.....	49
5.1.16. COIBIR O ATERRAMENTO DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) QUE ENTRAREM NO LIXÃO	51
5.1.17. IMPLANTAR E MANTER INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES...	52
5.2. BLOCO AMBIENTAL	54
5.2.1. REALIZAR ESTUDO DE CONTAMINAÇÃO DAS ÁGUAS SUBSUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS.....	54
5.2.2. REALIZAR ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA.....	54
5.2.3. EVITAR A PRESENÇA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS.....	55
5.2.4. EQUACIONAR AS DEMANDAS JUDICIAIS	56
5.2.5. ANALISAR A CONTAMINAÇÃO DOS PLANTIOS NO ENTORNO DO LIXÃO	56

5.2.6. REALIZAR O CONTROLE DE ANIMAIS PEÇONHENTOS E SILVESTRES NO LIXÃO.....	57
5.2.7. CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE.....	57
5.3. BLOCO DELITOS E CONTRAVENÇÕES.....	58
5.3.1. COIBIR O USO E TRÁFICO DE DROGAS, PRESENÇA DE ARMAS (BRANCAS E DE FOGO), GUARDA DE MATERIAIS E DESMANCHE DE VEÍCULOS ROUBADOS	58
5.3.2. COIBIR O COMÉRCIO DE PRODUTOS DE SUPERMERCADO DESCARTADOS NO LIXÃO	58
5.3.3. IMPEDIR A EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE CATADORES.....	59
5.4. BLOCO CATADORES	60
5.4.1. ERRADICAR A PRESENÇA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O TRABALHO INFANTIL.....	60
5.4.2. MORADORES NO LIXÃO.....	63
5.4.3. DEPENDÊNCIA QUÍMICA	64
5.4.4. ACESSO A PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS.....	64
5.4.5. IMPACTO DIRETO NA RENDA E INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	65
5.4.6. CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CENTROS DE TRIAGEM.....	66
5.5. BLOCO PARTICIPAÇÃO SOCIAL	67
5.5.1. PAGAMENTO POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	67
5.5.2. DEFINIÇÃO DA TECNOLOGIA DE REMEDIAÇÃO DO ATERRO CONTROLADO DO JÓQUEI	68
5.5.3. REVISÃO DO PLANO DE COLETA SELETIVA.....	68
5.5.4. ARTICULAÇÃO JUNTO AO COMITÊ GESTOR DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (CORC).....	69
5.5.5. REVISÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA DO LIXÃO E CRIAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO	69
5.5.6. FISCALIZAÇÃO DA AGEFIS NA DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE RCC.....	70
5.5.7. PLANO DE TRANSIÇÃO PARA CATADORES ENTRE O FECHAMENTO DO LIXÃO E O INÍCIO DA OPERAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	70
5.5.8. REATIVAÇÃO DO ESPAÇO I-CATADOR.....	71
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
7. ENCAMINHAMENTOS	72

Lista de Anexos:

- Anexo I – Decreto de Emergência
- Anexo II – Instrução Normativa 82
- Anexo III – Ofício SEF nº 883/2015 – Diger/SLU
- Anexo IV – Relatório GSI
- Anexo V – Instrução Normativa 83
- Anexo VI – Ofício Sema nº 888/2015 – Diger/SLU
- Anexo VII – Ofício Valor Ambiental nº 889/2015 – Diger/SLU
- Anexo VIII – Instrução Normativa 84
- Anexo IX – Ofício Valor Ambiental nº 890/2015 – Diger/SLU
- Anexo X – Mapa de área para depósito do Detran/DF
- Anexo XI – Projetos novas balanças
- Anexo XII – Ofício Adasa nº 891/2015 – Diger/SLU
- Anexo XIII – Ofício TJDFT nº 899/2015 – Diger/SLU
- Anexo XIV – Relatório parcial da crise no Lixão
- Anexo XV – Ofício Agefis nº 892/2015 – Diger/SLU
- Anexo XVI – Ofício Emater nº 893/2015 – Diger/SLU
- Anexo XVII - Ofício Ibram nº 645/2015 – Diger/SLU
- Anexo XVIII - Ofício Zoonoses nº 886/2015 – Diger/SLU
- Anexo XIX - Ofício MPDFT nº 895/2015 – Diger/SLU
- Anexo XX - Ofício Ibram nº 885/2015 – Diger/SLU
- Anexo XXI - Ofício Sedhs nº 887/2015 – Diger/SLU
- Anexo XXII – Fluxo de Atendimento – Proteção à Criança
- Anexo XXIII – Termo de Referência
- Anexo XXIV – Ofício CIISC nº 884/2015 – Diger/SLU
- Anexo XXV – Tabela resumo das ações
- Anexo XXVI – Relatório Rodas de Conversa e Devolutivas
- Anexo XXVII – Minuta de Decreto

1. INTRODUÇÃO

A base legal que veda a disposição de resíduos sólidos em lixões advém da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Posteriormente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabeleceu que, a partir de agosto de 2014, os rejeitos só poderiam ser dispostos em aterros sanitários, o que fez com que todos os entes da Federação buscassem medidas para encerrar as atividades em locais irregulares de disposição de resíduos sólidos – os lixões – e viabilizar que essa atividade fosse realizada em local ambientalmente adequado, cumprindo todas as exigências normativas pertinentes.

O advento da Lei nº 9.605/1998, de Crimes Ambientais, levou o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) a iniciar processo de licenciamento no órgão ambiental no ano de 2000 conforme processo de licenciamento nº 190.000.314/2000.

O Lixão do Jóquei tem sido utilizado como área para a disposição final do resíduo no solo desde a década de sessenta e recebe atualmente todo o lixo coletado no Distrito Federal, aproximadamente 3.000 toneladas por dia de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) algo entre 7.000 e 9.000 toneladas dia de Resíduos da Construção Civil e Volumosos, excetuando-se nesse montante os Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) e eletroeletrônicos. Em dados consolidados pela Diretoria Técnica do SLU (Ditec), o volume total depositado no Aterro do Jóquei atingiu 856.571,37 toneladas em 2014.

Nesse contexto, os impactos sobre os corpos hídricos tornam-se preocupantes, principalmente diante da possibilidade de contaminação de águas subterrâneas por infiltração do chorume no solo. Essa situação é ainda mais crítica, visto que os mananciais da região são frequentemente utilizados pelos habitantes locais e fazem parte de uma importante bacia hidrográfica do Distrito Federal, a Bacia do Lago Paranoá.

Diante desses fatores, o Lixão do Jóquei tem sido alvo de preocupação nos últimos anos. Essa situação agrava-se na medida em que a área destinada à disposição dos resíduos vem se aproximando do ponto de saturação.

Ocupando uma grande área territorial a 17 quilômetros da Esplanada dos Ministérios, limítrofe à área do Parque Nacional de Brasília, o lixão tornou-se um grande foco de degradação ambiental e um centro de conflito social motivado pela falta de organização entre as ações de aterramento e aquelas de catação de materiais recicláveis por catadores.

As questões mais polêmicas são quanto: (i) à localização do aterro próximo ao Parque Nacional de Brasília; (ii) aos impactos ambientais desencadeados pelas águas percoladas que estão sendo dirigidas, de forma integral e/ou parcial para o interior do parque e, por consequência, afetando o seu habitat natural, notadamente as águas subterrâneas; e (iii) à presença de catadores de materiais recicláveis que trabalham sem nenhuma relação formal com o SLU de forma degradante, sendo vítimas de inúmeros acidentes, inclusive fatais.

De acordo com o relatório Diagnóstico do Lixão do Jóquei, elaborado pela atual gestão do SLU, em janeiro de 2015, a gleba ocupada pelo lixão, uma área de 200 hectares e 6.000 metros lineares de perímetro, engloba uma grande quantidade de problemas estruturais e denota deficiências estruturantes as que justificaram a criação de um Grupo de Trabalho, envolvendo diversas instâncias do Governo de Brasília, no intuito de enfrentar a problemática de forma integrada e com a articulação institucional necessária, devido ao arcabouço geral e complexidade dos problemas diagnosticados.

2. A COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Com a publicação do Decreto nº 36.437, de 2 de abril de 2015, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de elaborar e de executar o Plano de Intervenção no Lixão do Jóquei, visando ao encerramento das atividades irregulares praticadas naquele local.

O GT é composto pelos seguintes órgãos e entidades do Distrito Federal:

- I – Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF;
- II – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF;
- III – Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal (SSP/DF);
- IV – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal (Sinesp/DF);
- V – A antiga Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal (Sedhs) que atualmente foi alterada para Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF (SEDESTMIDH/DF);
- VI – A antiga Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal (Segad) que atualmente faz parte da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag/DF);
- II – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri/DF);
- VIII – Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal (Secriança/DF);
- IX – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema/DF);
- X – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal (Segeth);
- XI – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU/DF);
- XII – Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis/DF);
- XIII – Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran/DF);
- XIV – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa/DF);
- XV – Companhia Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb/DF).

3. MEDIDAS EMERGENCIAIS

Desde o ano de 2009 foram contabilizados 7 (sete) acidentes fatais. Em 2015 ocorreram 2 (dois) acidentes fatais, um em abril e outro em maio, ambos envolvendo o contato de máquinas e catadores. O acidente ocorrido em maio de 2015 motivou o GT a adotar medidas emergenciais mesmo antes de finalizar o Plano de Intervenção, no decorrer de sua elaboração.

O Serviço de Limpeza Urbana (SLU) passou a adotar uma série de medidas emergenciais no Lixão do Jóquei, a partir de 25 de maio de 2015, com o objetivo de garantir as condições de segurança dos catadores e trabalhadores que atuam na área, além de procurar evitar novos acidentes.

Essas medidas fazem parte das ações emergenciais estabelecidas pelo GT constituído por órgãos e entidades do Distrito Federal, no qual o SLU está inserido. Criado em abril de 2015, o GT tem como finalidade elaborar e executar o Plano de Intervenção no Lixão

do Jóquei, visando ao encerramento das atividades irregulares praticadas nesse local. Dessa forma, o SLU adotou as seguintes medidas emergenciais:

- Admitir a entrada de pessoal somente pela portaria principal
- Efetuar o registro de entrada e saída de todos os catadores
- Proibir a entrada e circulação de veículos com pessoas penduradas
- Proibir a disposição de resíduos em local inadequado
- Proibir a entrada de alimentos vencidos ou a vencer (vincendos) sem descaracterização
- Proporcionar segurança utilizando-se de frentes de trabalho – três áreas separadas (uma para máquinas e caminhões, outra para os catadores, e a terceira para movimentações)
- Instalar placas de sinalização
- Reforçar diariamente a cerca da área
- Reforçar a proibição de entrada e permanência de crianças e adolescentes, mesmo que acompanhadas dos pais
- Colocar faixas e painéis informativos sobre essas ações no local.

4. O ESCOPO DE ATUAÇÃO

O GT tem como principal tarefa a elaboração deste Plano de Intervenção com a indicação dos respectivos responsáveis pelas atividades a serem desenvolvidas no Lixão do Jóquei e seu cronograma de ação.

Vale salientar que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) promoveu ação responsabilizando o SLU pelo descumprimento na obrigação do encerramento do Lixão do Jóquei. Ação esta transitada e julgada na qual o SLU é réu, processo nº 2011.01.1.024.388-9, da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal, em função do não cumprimento das obrigações consignadas no TAC nº 013/2005, que se encontra em fase de execução a multa judicial, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de atraso desde 15/2/2011.

A dinâmica de tratamento de lixo do Distrito Federal tem um pilar técnico com suas obras em plena execução, o Aterro Sanitário Oeste, que está em implementação com perspectiva de início de operação em 2016, projetado e dimensionado para recepcionar os RSU do DF a partir de sua inauguração.

O GT estudou os problemas que haviam sido identificados em janeiro e fevereiro de 2015 por especialistas do SLU. Após identificá-los, os estudos e as possíveis formas de enfrentamento foram aprofundados.

O Lixão do Jóquei, apesar de apresentar alguns problemas do ponto de vista sanitário, ambiental e social, é o único local no DF em que os resíduos sólidos urbanos coletados diariamente pelo SLU ainda podem ser dispostos, bem como aqueles produzidos por grandes geradores e pelo setor da construção civil.

O local convive diariamente com diversas irregularidades, sobretudo relacionadas a atendimento de parâmetros ambientais, problemas de gestão operacional, atividades comerciais irregulares, condição insalubre de trabalho dos catadores e existência de contravenções.

Nesse sentido, este Plano de Intervenção foi elaborado com o objetivo de propor alternativas para sanar essas irregularidades, contribuindo, portanto, para:

- Melhoria da operação e manutenção do local pelo SLU
- Melhoria de qualidade das condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis
- Diminuição dos custos operacionais
- Regularização das atividades comerciais realizadas no local e
- Aumento da segurança.

Para a elaboração deste Plano de Intervenção, os órgãos integrantes do GT deverão designar equipes específicas para acompanhar a sua execução, provendo apoio às ações das demais instituições.

A instauração do plano teve início em 15 de junho de 2015 e sua previsão de encerramento no fechamento do Lixão do Jóquei.

Em 1º de junho de 2015, o governador de Brasília decretou situação de emergência no âmbito da Limpeza Pública do Distrito Federal, conforme Anexo I. O Decreto nº 36.528, de 29 de maio de 2015, autoriza a contratação direta de bens e serviços indispensáveis à manutenção da prestação dos serviços de limpeza pública, a requisição de profissionais na área de engenharia e demais servidores da área meio para atendimento das demandas urgentes e/ou necessárias à regularização dos serviços de limpeza urbana, no manejo dos resíduos sólidos e no tocante à sua disposição final.

Em 21 de julho de 2015, foi publicada a prorrogação do prazo do GT, por mais 60 dias, conforme Decreto nº 36.618, de 20 de julho de 2015.

Conforme as premissas estabelecidas pelo Grupo de Trabalho, os integrantes concordam que cada etapa será precedida de:

- Apresentar e colher contribuições dos atores envolvidos com o trabalho no lixão, por meio das rodas de conversas;
- Apresentar dados ao Comitê Intersectorial de Inclusão Socioprodutiva dos Catadores de Material Reciclável (CIISC) para discussão e aprovação;
- Apresentar dados para o Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil (Corc) para discussão e aprovação.

Ao final dos trabalhos, o plano deverá passar por apresentação para o governador e o vice-governador para aprovação do escopo das ações planejadas.

A seguir são apresentadas as ações a serem executadas para o alcance do objetivo proposto, agrupadas por tema, bem como os respectivos resultados esperados.

5. PLANOS DE AÇÃO

O Plano de Intervenção está dividido em cinco (5) blocos: Gestão Operacional, Ambiental, Contravenções, Catadores e Participação Social.

O bloco **Gestão Operacional** é composto por ações relativas às atividades pertinentes ao padrão operativo do Lixão do Jóquei, vincula-se ao modelo operacional e pauta-se em decorrência das necessidades de melhoria contínua na gestão ou correção de padrões operacionais atualmente empregados.

O bloco **Ambiental** diz respeito às medidas necessárias para identificar e propor ações para monitorar, avaliar e mitigar os impactos ambientais previamente diagnosticados ou

verificados empiricamente, procurando identificar os atores institucionais responsáveis, visando a uma gestão compartilhada dos impactos ambientais.

O bloco **Delitos e Contravenções** analisa as necessidades vinculadas aos ilícitos que ocorrem no espaço territorial do lixão e em seu entorno imediato, e propõe ações de articulação na área de segurança pública e no atendimento social a populações vulneráveis.

O bloco **Catadores** é estabelecido com a identificação dos problemas sociais e econômicos decorrentes das atividades no lixão, com abordagens voltadas para o atendimento de necessidades sociais de vulnerabilidade e de segurança alimentar.

O bloco **Participação Social** é composto nas questões levantadas por todos os envolvidos nas atividades no lixão durante os encontros denominados rodas de conversa, e devido à sua importância conjuntural, compõem-se de um capítulo.

5.1. BLOCO GESTÃO OPERACIONAL

5.1.1. FORTALECER A ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DO SLU NO LIXÃO

Problema	<i>O número de servidores do quadro do SLU no lixão é insuficiente para realizar o controle necessário à operação e manutenção dele.</i>
Ações	<p><i>1. Incrementar a atuação técnica de servidores do SLU no lixão, melhorando a qualidade da equipe técnica local, assim como aumentar a quantidade efetiva de servidores lotados na unidade.</i></p> <p><i>2. Assegurar a presença do responsável pela Diretoria de Limpeza Urbana (Dilur) trabalhando no local pelo menos duas vezes por semana.</i></p>
Resultados esperados	<i>Validar um serviço de excelência, com o aumento do efetivo de servidores do SLU no local, aumentando o monitoramento, fiscalização e gerenciamento da operação de maneira eficaz, atuar de maneira rápida na resolução de problemas da operação local de aterramento e gerência do lixão.</i>
Prazo	<i>30/12/2017</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsável	<i>SLU</i>
Resultados alcançados	<i>Atendimento parcial, uma vez que essa ação é de caráter continuado, sendo necessário sua implementação até o encerramento das atividades do lixão.</i>

5.1.2. GARANTIR A SEGURANÇA DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS DO LIXÃO E MANUTENÇÃO DA CERCA PERIFÉRICA

Problema	<i>O sistema de segurança atual não é capaz de assegurar o controle efetivo de acesso ao local, fato que é agravado por danos à cerca de arame farpado, como abertura de “atalhos” realizados por catadores, em pontos específicos, para facilitar o acesso ao maciço – onde os resíduos são depositados.</i>
Ações	<p>1. <i>Alterar o sistema de segurança realizado pela empresa contratada pelo SLU, garantindo controle efetivo de acesso em conformidade com a Ordem de Serviço nº 6/2014, de 17 de setembro de 2014, a ser reeditada pelo SLU.</i></p> <p>2. <i>Instalar e manter a cerca periférica (ação iniciada em maio de 2015).</i></p>
Resultados esperados	<i>Controle efetivo de acesso ao lixão e aumento da segurança do local e conseqüentemente das pessoas que lá trabalham (servidores do SLU, prestadores de serviços e catadores).</i>
Prazo	<i>Parcialmente concluído em 31/8/2015</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, empresas Valor Ambiental e GSI (contratadas pelo SLU – obrigações contratuais) com apoio da Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal (SSP/DF).</i>
Resultados alcançados	<i>O cercamento dos 6 quilômetros de perímetro foi concluído. Diariamente são feitos reparos na cerca, pois constantemente são observados cortes decorrentes de atos de vandalismo, o que caracteriza dano permanente ao patrimônio público.</i>

5.1.3. CADASTRAR E CONTROLAR O ACESSO DE VEÍCULOS E CARGAS

Ressalta-se que o transporte de resíduos deve ser feito por veículos e equipamentos autorizados. Os transportadores particulares não possuem cadastro, portanto, não há controle sobre tipologia e quantidade de resíduo privado que está sendo depositado e aterrado no Lixão do Jóquei. Os “caçambeiros” privados, visando um retorno rápido para carregar a próxima carga, descarregam entulho nos locais mais próximos da portaria, sem autorização, aterram as drenagens e deixam vazar parte da carga nas vias de acesso.

Em um cenário limite, um caminhão com carga radioativa e/ou Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) passaria incólume pela portaria, e depositaria o resíduo sem problemas no maciço, em decorrência da total falta de monitoramento do acesso de frota ou carga.

Problema	<i>Somente o acesso de veículos das empresas contratadas pelo SLU é controlado. Diariamente, um grande número de</i>
-----------------	--

	<i>veículos particulares acessa livremente o lixão e depositam resíduos provenientes de grandes geradores (supermercados e shoppings) e da construção civil.</i>
Ações	<i>1. Reuniões entre SLU, Agefis, Secretaria do Trabalho Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF (SEDESTMIDH), Administração Regional do SCIA e representantes dos grandes geradores e dos transportadores de resíduos da construção civil (RCC) e demais interessados para apresentação e discussão de minuta de Instrução Normativa (IN).</i>
	<i>2. Reedição e publicação da Instrução Normativa 82 do SLU, Anexo I, para controle de acesso, cadastramento dos veículos e implementação do Controle de Transporte de Veículos (CTR).</i>
	<i>3. Divulgação junto aos grandes geradores: outdoor, banner, panfletos, ofícios para as entidades de classe, site, entre outros.</i>
	<i>4. Cadastramento dos veículos no SLU: 15/3/2016</i>
	<i>5. Início do Controle de Acesso de Veículos Prazo intermediário da ação: 15/3/2016</i>
	<i>6. A SEF está responsável pela metodologia para controle fiscal da saída de recicláveis do lixão, Ofício nº 883/2015 – Diger/SLU, Anexo III.</i>
Resultados esperados	<i>Estabelecer o controle e monitoramento da entrada dos veículos cadastrados e conhecimento da tipologia das cargas transportadas, evitando que resíduos perigosos sejam depositados no lixão, contribuindo para os danos ambientais e à saúde dos trabalhadores.</i>
Prazo	<i>15/3/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU e empresas Valor Ambiental e GSI (contratadas pelo SLU – obrigações contratuais) com apoio da SSP/DF.</i>
Resultados alcançados	<i>Durante os meses de junho, julho e agosto o SLU iniciou o controle da quantidade de veículos que acessam o lixão.</i>

Conforme levantamento realizado pelo SLU, a média do trimestre inventariado remonta a 27.708 caminhões e 4.622 veículos de passeio, conforme tabela a seguir, assim como relatório consolidado no Anexo IV.

Tabela 1. Quantitativo de veículos no trimestre – Lixão do Jóquei

MÊS	CAMINHÕES	VEÍCULOS DE PASSEIO
JUNHO	30.974	5.486
JULHO	29.504	4.454
AGOSTO	22.648	3.928
MÉDIA TRIMESTRE	27.708	4.622

FONTE: GSI-2015

5.1.4. REMOVER VEÍCULOS INSERVÍVEIS E CAÇAMBAS

Problema	<i>Dentro do perímetro do lixão há inúmeros veículos inservíveis e caçambas de entulho (poliguindaste). Muitos caçambeiros utilizam o espaço como estacionamento privado. A área do lixão é de responsabilidade do SLU, sendo assim, a entrada, permanência e funcionamento de veículos, máquinas e equipamentos privados no local só é permitida com autorização da autarquia.</i>
Ações	<i>1. Reunião para apresentação e discussão de minuta de instrução normativa proibindo o estacionamento e guarda de veículos e caçambas no perímetro do lixão com os caçambeiros e demais usuários. Prazo intermediário da ação: 1º/10/2015 a 1º/11/2015</i>
	<i>2. Publicação de Instrução Normativa 83 do SLU, Anexo V, para controle de caçambas, ordenamento do fluxo interno e descarga de caminhões e caçambas. Prazo intermediário da ação: 15/6/2016</i>
	<i>3. Início da retirada das caçambas e veículos inservíveis da área interna do lixão. Prazo intermediário da ação: concluído.</i>
Resultados esperados	<i>Organização do fluxo de acesso e depósito de carga transportada pelas caçambas. Liberação dos espaços ocupados atualmente por caçambas e veículos estacionados no local sem autorização do SLU. Com isso, será possível utilizar esses espaços e executar, de forma mais organizada e eficiente, as atividades de responsabilidade das empresas contratadas.</i>
Prazo	<i>15/6/2016</i>

Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU (instrução), Sufiso/Agefis (Sufae/Sufiso – apreensão das caçambas), e Detran/SSP (intensificação da fiscalização de veículos e condutores).</i>
Resultados alcançados	<i>Caçambas brooks retiradas do perímetro interno, caminhões e carcaças em processo de remoção.</i>

5.1.5. PROIBIR A ENTRADA DE ALIMENTOS VENCIDOS SEM A DESCARACTERIZAÇÃO

Problema	<p><i>Foi identificada pelo SLU uma célula de catação denominada “carrefa”, em que o movimento de caminhões dos supermercados era conduzido a partir da portaria por “escolta” de grupos de catadores, que controlam o despejo dos alimentos, e foi verificado que havia evidências de retorno de produtos vencidos e a vencer para o comércio.</i></p> <p><i>Configura-se tal procedimento uma prática irregular, com grandes quantias ou produtos envolvidos. Há indícios de que este esquema opera também com cargas roubadas e desvios de estoque de produtos ainda com prazo de validade ativo.</i></p> <p><i>O consumo de alimentos vencidos ou em condições impróprias pode provocar diversos danos à saúde. Ressalta-se que a comercialização de alimentos vencidos infringe as normas sanitárias.</i></p>
Ações	<p><i>1. Proibição sumária de entrada de resíduos de grandes geradores e shoppings no Lixão do Jóquei. Uma ação conjunta Divisa e SLU, com apoio da SSP.</i></p> <p><i>Prazo intermediário da ação: 23/5/2015 – concluída⁴</i></p> <p><i>2. Divulgação de instrução normativa da Sema/DF junto aos atores interessados. Foi encaminhado Ofício nº 888/2015 – Diger/SLU, Anexo VI.</i></p> <p><i>Prazo intermediário da ação: 29/6/2015</i></p>
Resultados esperados	<i>Com a descaracterização dos alimentos a serem depositados no local, espera-se coibir práticas ilegais e impedir o consumo de alimentos em condições impróprias, diminuindo os riscos</i>

⁴ Paralela a esta ação está em fase de elaboração final para publicação, pela Sema, uma instrução normativa (IN) regulamentando a descaracterização dos alimentos descartados, bem como seu transporte e disposição final.

	<i>sanitários e de saúde.</i>
Prazo	<i>29/6/2015</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>Divisa, Agefis e SLU</i>
Resultados alcançados	<i>Ação concluída, aguardando publicação e divulgação da instrução normativa.</i>

5.1.6. IMPLANTAR SINALIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Problema	<i>Praticamente inexistem sinalizações de trânsito tanto na área externa quanto interna do lixão, aumentando o risco de acidentes e dificultando o fluxo interno de veículos.</i>
Ações	<p><i>1. Elaborar projeto de sinalização conforme modelo determinado pela engenharia do Detran contendo as indicações: Proibida a entrada de veículos não cadastrados/ Limite de velocidade/ Proibido parar e estacionar/ Proibido o depósito de lixo e entulho/ Proibido transportar pessoas no compartimento de carga/ Proibida a permanência de contêineres dos caminhões da construção civil.</i></p> <p><i>2. Implementar o projeto de sinalização.</i></p> <p><i>3. Elaborar e publicar Instrução Normativa 84, Anexo VIII, do SLU estabelecendo as penalidades pelo descumprimento das regras estabelecidas para ordenamento do fluxo interno e descarga de caminhões e caçambas.</i></p>
Resultados esperados	<i>Diminuição do número de acidentes e aumento da fluidez do trânsito de veículos.</i>
Prazo	<i>30/4/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU e a empresa Valor Ambiental (contratada pelo SLU – obrigações contratuais) com apoio da SSP e do Detran.</i>
Resultados alcançados	<i>Sinalização externa concluída (SLU) e interna em elaboração pela empresa concessionária Valor Ambiental, conforme Ofício nº 889/2015 – Diger/SLU, Anexo VII, após ser elaborado pré-projeto por equipe SLU e Valor Ambiental.</i>

5.1.7. IMPLANTAR A ILUMINAÇÃO INTERNA ADEQUADA

Problema	<i>A iluminação interna é precária, dificultando a segurança e operação das máquinas e contribuindo para a ocorrência de acidentes, sobretudo no período noturno.</i>
Ações	<i>1. Elaborar projeto de iluminação das áreas internas do lixão e das principais vias internas de trânsito. Prazo intermediário da ação: 30/10/2015</i>
	<i>2. Implementar projeto de iluminação em duas etapas: 1º áreas internas; e 2º área de operação/maciço.</i>
Resultados esperados	<i>Melhoria das condições de operação das máquinas e veículos no período noturno, diminuição dos acidentes de trabalho.</i>
Prazo	<i>30/4/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, Sinesp (CEB) e empresa Valor Ambiental (contratada pelo SLU – obrigações contratuais).</i>
Resultados alcançados	<i>Projeto de iluminação em elaboração pela Valor Ambiental, conforme solicitado no Ofício nº 890/2015 – Diger/SLU, Anexo IX.</i>

5.1.8. REGULAR AS ATIVIDADES COMERCIAIS PRATICADAS NO LOCAL

Problema	<i>Em decorrência da permanência dos compradores no local, há um comércio permanente de recicláveis. Nem todos os empreendedores envolvidos nessas atividades comerciais estão atuando de acordo com as normas fiscais. Na execução das atividades relacionadas à triagem, ao enfardamento e à comercialização dos materiais recicláveis, foi identificada também a existência de diversos equipamentos e máquinas que são de propriedade particular e não possuem autorização formal do SLU para operar dentro do perímetro do lixão. Nessa situação há prensas verticais e horizontais, esteira mecanizada e caminhões que fazem o transporte dos materiais triados internamente, muitos sem placas de identificação e licença de trânsito.</i>
Ações	<i>1. Reunião para apresentação e discussão de minuta de instrução a todos os envolvidos na cadeia de comercialização dos materiais recicláveis.</i>

	<p>2. Identificação das pessoas e empresas responsáveis pelos equipamentos, máquinas e veículos particulares que operam no local e notificação dessas empresas pela Agefis.</p> <p>3. Aplicação de penalidades – Agefis e SEF – para as empresas que descumprirem as determinações constantes nas notificações ou que estiverem irregulares do ponto de vista fiscal.</p> <p>4. Início da retirada dos equipamentos das áreas internas do lixão caso esses permaneçam no local mesmo após as notificações – Agefis e SSP.</p> <p>5. Regularizar a operação para os comerciantes/compradores de materiais recicláveis.</p> <p>6. Implementar o Polo de Reciclagem em Ceilândia, local esse doado pela Terracap à Sema (58 lotes de 700 metros quadrados, perfazendo uma área total de 40.600 metros quadrados).</p>
Resultados esperados	<p>Espera-se regularizar a atuação das empresas envolvidas na comercialização de materiais recicláveis no lixão. Com a criação do Polo de Reciclagem será possível tanto aumentar a escala de vendas, quanto facilitar o escoamento dos materiais, assim como as negociações.</p>
Prazo	De 21/6/2015 a 30/11/2015
Caráter	Transitória
Responsáveis	Agefis, SEF e SLU
Resultados alcançados	<p>Solicitada à SEF, Anexo III, a metodologia para cobrar nota fiscal de recicláveis, e com relação à definição de local para depósito das apreensões, tanto da Agefis quanto ao escopo do Detran, fomos informados pela Terracap de que o Detran possui área, devendo implantar infraestrutura para receber os veículos/equipamentos apreendidos, conforme Anexo X. Foi iniciada pelo SLU negociação local para retirada pacífica de equipamentos de triagem de recicláveis.</p>

5.1.9. IMPLANTAR PÁTIO DE PESAGEM COM DUAS NOVAS BALANÇAS E REFORMA DAS EXISTENTES

Problema	<p>Um sistema arcaico e sem interligação de dados com o SLU é utilizado na pesagem dos caminhões, com balanças sucateadas e obsoletas, com defeitos e paradas constantes,</p>
-----------------	---

	<i>ocasionando formação de longas filas na entrada do local. Para controle dos resíduos de grandes geradores e da construção civil é necessário a instalação de mais balanças no local⁵.</i>
Ações	<i>1. Elaborar projeto executivo para construção de duas balanças, cabines de pesagem, assim como nova guarita. Também reforma da guarita e balanças existentes. Prazo intermediário da ação: concluído.</i>
	<i>2. Iniciar ação de pesagem e cobrança dos resíduos de grandes geradores e da construção civil pelo peso auferido na balança.</i>
Resultados esperados	<i>Diminuição dos congestionamentos na entrada do lixão e a implementação da cobrança dos resíduos de grandes geradores e da construção civil.</i>
Prazo	<i>30/4/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU e Novacap</i>
Resultados alcançados	<i>Aprovação de cronograma de obras junto à Novacap, projeto das balanças e pátio de pesagem elaborado. Projeto básico aprovado pela Ditec/SLU, Anexo XI.</i>

5.1.10. LIBERAR OS PONTOS INTERNOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA E ÁGUA

Problema	<i>A grande quantidade de ligações clandestinas de energia existente inviabiliza o funcionamento do britador de RCC, por falta de tensão elétrica nominal e segurança. Além disso, houve apropriação indevida do poço artesiano de água no lixão para lavar latas de alumínio, obrigando a empresa responsável pela operação a solicitar outorga de uma fonte externa de água.</i>
Ação	<i>Início da retirada de materiais e equipamentos que interfiram no acesso do SLU aos pontos internos de água e energia. Prazo intermediário da ação: concluído.</i>

⁵ Para construção das balanças foi necessário celebração de convênio com a Novacap. Esta, por sua vez elaborou o Plano de Trabalho conforme IN 001. Os recursos estimados para elaboração dos projetos são R\$ 89.915,64. Valor da obra estimado em R\$ 1.600.000,00.

Resultados esperados	<i>Eliminação do roubo de energia e de água; criação de condições para reativação do britador de RCC; bem como melhoria das condições de operação do lixão pelas empresas responsáveis.</i>
Prazo	<i>De 30/7/2015 a 1º/11/2015</i>
Caráter	<i>Pontual</i>
Responsáveis	<i>SLU</i>
Resultados alcançados	<i>Ponto de água liberado, pontos de energia em negociação, análise de carga.</i>

5.1.11. LIBERAR A ÁREA PARA OPERAÇÃO DO BRITADOR DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Problema	<i>O espaço compreendido desde a portaria/balança até o britador de RCC (incluindo-se o pátio do britador) se encontra totalmente tomado e a área total ocupada por instalações e equipamentos de compradores de materiais recicláveis é de 5,28 hectares ou 2,64% da área total do lixão.</i>
Ação	<i>1. Retirada dos equipamentos da área do britador de RCC. Prazo intermediário da ação: concluído.</i>
	<i>2. Manutenção do equipamento e início da operação do britador.</i>
Resultados esperados	<i>Liberação da área ocupada para implantação de módulo de processamento e reciclagem de RCC e recuperação do britador por meio de reparos para retomar seu uso.</i>
Prazo	<i>De 29/6/2015 a 1º/11/2015</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>Agefis, SEF e SLU</i>
Resultados alcançados	<i>A área do britador está liberada desde agosto de 2015, manutenção de reativação do equipamento em curso.</i>

5.1.12. COBRAR PELO SERVIÇO DE DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE GRANDES GERADORES E DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

<p>Problema</p>	<p><i>A ausência de preço público conforme preconiza a Lei Federal nº 12.305/2010, dispõe que os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem grandes quantidades de resíduos, bem como os geradores de resíduos de RCC são responsáveis pelo gerenciamento apropriado dos seus resíduos.</i></p> <p><i>O art. 27, §2º da referida lei estabelece que as etapas sob responsabilidade desses geradores que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis.</i></p> <p><i>Atualmente o Lixão do Jóquei recebe diariamente resíduos dos grandes geradores e cerca de 6.500 toneladas de resíduos da construção civil. Esses resíduos são aterrados no lixão sem custo para o gerador.</i></p> <p><i>A atividade de disposição final desses resíduos pelo SLU implica custos operacionais significativos, impactando na sustentabilidade econômico-financeira dos serviços públicos.</i></p> <p><i>Os procedimentos adotados atualmente não estão em conformidade com a operação regular, gerando prejuízo ao erário e benefício econômico ao setor empresarial.</i></p>
<p>Ações</p>	<ol style="list-style-type: none"> <i>1. Iniciar levantamento de informações sobre o número de veículos e quantidade de resíduos de grandes geradores que entram no lixão para fins de estabelecimento do preço público.</i> <i>2. Elaboração de resolução pela Adasa estabelecendo preço público para prestação de serviços para esses geradores.</i> <i>3. Adequação da estrutura do SLU para iniciar a cobrança.</i> <i>4. Publicar instrução normativa para determinar as condições e características para descarte dos resíduos dos grandes geradores. Solicitada a contribuição da Sema. (Anexo VI).</i> <i>5. Cadastrar grandes geradores em duas etapas, conforme procedimento elaborado para cadastramento de caçambas.</i> <i>6. Iniciar ação de cobrança dos grandes geradores.</i> <i>7. Intensificação de fiscalização da Agefis para evitar o descarte irregular de resíduos em vias e logradouros públicos. Elaborar programação fiscal dos diversos órgãos prevendo a mobilização de pessoal, veículos e equipamentos.</i> <i>8. Iniciar ação de fiscalização de transporte de resíduos dos</i>

	<i>grandes geradores.</i>
Resultados esperados	<i>Adequação das responsabilidades dos geradores desses resíduos à Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); diminuição dos custos operacionais do SLU e aumento da receita pela prestação dos serviços⁶.</i>
Prazo	<i>1º/6/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>Adasa, Agefis, Detran e SLU</i>
Resultados alcançados	<i>Encaminhado Ofício nº 891/2015 – Diger/SLU, Anexo XVII, à Adasa com o levantamento do quantitativo de veículos que entraram no lixão no período de junho a agosto. Adasa contratou consultoria para a elaboração de preço público.</i>

5.1.13. INSTALAR BANHEIROS QUÍMICOS

Problema	<i>Centenas de pessoas trabalham diariamente no lixão, sendo em sua maioria catadores de materiais recicláveis. Não há banheiros suficientes para todo o contingente.</i>
Ações	<i>1. Elaborar projeto de instalação de banheiros químicos no lixão.</i>
	<i>2. Instalar e manter limpos os banheiros químicos instalados.</i>
	<i>3. Iniciar ação de educação sanitária e ambiental para os usuários dos banheiros químicos.</i>
Resultados esperados	<i>Diminuição dos riscos sanitários e melhoria da qualidade de trabalho dos catadores de materiais recicláveis.</i>
Prazo	<i>15/3/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU</i>
Resultados alcançados	<i>Em preparação/articulação para implantação.</i>

⁶ Apesar de não se tratar originalmente de serviço público, a prestação desses serviços por parte do poder público pode se transformar em uma fonte de receita adicional, a qual contribuirá com a sustentabilidade econômico-financeira do sistema público.

5.1.14. ALTERAR A FORMA DE TRABALHO NAS FRENTES DE ATERRAMENTO

Problema	Os acidentes que ocorrem dentro do Lixão do Jóquei se justificam pelo trabalho da catação, o qual ocorre no mesmo espaço do maquinário, não havendo separação nas frentes de aterramento entre catadores e máquinas. Outra justificativa é que não há iluminação apropriada no local, sendo que no período noturno a interação entre maquinário e catadores ocorre na penumbra.
Ações	1. Início de mudança nas frentes de trabalho: uma área estará sendo aterrada; na outra área o lixo estará sendo espalhado e numa terceira área os catadores estarão fazendo o trabalho de catação. Prazo intermediário da ação: iniciada sem resultado.
	2. Apresentar e discutir nova proposta de logística com as cooperativas, em especial a questão do trabalho de catação noturna. Prazo intermediário da ação: iniciada sem resultado.
	3. Foi solicitado ao TJDFT, por intermédio do projeto Fênix, a mediação de conflito, uma vez que não houve acordo durante as rodas de conversa e as devolutivas promovidas pelo SLU, conforme Ofício nº 899/2015 – Diger/SLU, Anexo XIII. Ação sem prazo.
Resultados esperados	Separar homens e máquinas, cessando o risco de morte de catadores por atropelamento/acidentes inerentes.
Prazo	De 29/6/2015 a 31/12/2015
Caráter	Permanente/continuada
Responsáveis	SLU
Resultados alcançados	As tratativas iniciais não foram bem-sucedidas e outras estão sendo articuladas. Cabe salientar que o risco de novos acidentes continua existindo. No Anexo XIV, relatório parcial sobre a crise do lixão.

5.1.15. CONTROLAR O ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS

Problema	Há insuficiência no controle de acesso, seja de portaria ou de perímetro. Qualquer veículo ou pedestre ainda tem entrada livre no lixão, limitando-se a vigilância à observação passiva dos deslocamentos internos alheios à operação do lixão.
-----------------	---

	<p><i>Há a livre atuação de igrejas e de ONGs que fazem um trabalho de distribuição de alimentos para os catadores sem que haja conhecimento do SLU sobre as ações desenvolvidas.</i></p> <p><i>Em descumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, há presença de crianças e adolescentes, alguns em catação na frente de trabalho e em deslocamento por todo o lixão.</i></p>
<p>Ações</p>	<p><i>1. Priorizar vagas na Fábrica Social para catadores, inclusive menor aprendiz⁷.</i></p>
	<p><i>2. Realização de reuniões entre SLU, SEDESTMIDH, Secriança, Administração Regional do SCIA, conselho tutelar, cooperativas de catadores e demais usuários para apresentação e discussão de minuta de Instrução Normativa 82 (Anexo II), de controle de acesso e permanência de pessoas na área do lixão. Será incluída na referida instrução “Proibir o acesso de crianças e adolescentes a área do lixão, mesmo na presença dos pais, objetivando a erradicação do trabalho infantojuvenil que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança e do adolescente.” Foi discutida a abordagem primária quando da detecção da criança e do adolescente na parte interna do lixão.</i></p>
	<p><i>3. Publicação da Instrução Normativa 82 (Anexo II) do SLU para controle de acesso, identificação e permanência de pessoas (usuários dos serviços, técnicos do SLU, terceirizados, catadores, dentre outras), incluindo a proibição de entrada de crianças e adolescentes, inclusive acompanhadas dos pais.</i></p>
	<p><i>4. Divulgação da instrução normativa junto aos usuários: outdoor, banner, panfletos, ofícios para entidades de classe, site do SLU, etc.</i></p>
	<p><i>5. Identificação dos usuários autorizados com:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>– Uniforme e crachá, para servidores do SLU;</i> <i>– Uniforme e crachá para empregados das empresas contratadas pelo SLU;</i>

⁷ A Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal (SEDESTMIDH), responsável por esta ação, levantou a necessidade de obtenção junto à Valor Ambiental dos cadastros de adolescentes e adultos que estão atuando na área interna do lixão. O objetivo dessa demanda é a possibilidade da instalação da tenda da agência do trabalhador para encaminhamento à profissionalização e qualificação, sendo uma alternativa para a situação social de muitos catadores, favorecendo a identificação dos jovens e adultos que estão atuando no lixão.

	<ul style="list-style-type: none"> – Uniforme e crachá para empresas cadastradas no SLU; – Colete com faixa reflexiva para os catadores; – Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para todos os trabalhadores do lixão; – Crachás identificados “VISITANTE”, botas e máscaras para os visitantes.
	6. Retirada dos moradores internos do lixão.
	7. Início do monitoramento e controle para evitar o acesso de crianças e adolescentes a área do lixão ⁸ . Prazo intermediário da ação: imediato.
Resultados esperados	A partir do controle efetivo das portarias, com o acesso de pedestres ocorrendo unicamente pela portaria após identificação, nenhuma pessoa poderá permanecer no aterro se não estiver devidamente autorizada e identificada, caso contrário, deverá ser retirada do local pela equipe de segurança.
Prazo	29/6/2015 a 20/3/2016
Caráter	Permanente/continuada
Responsáveis	SLU, SEDESTMIDH, Secriança, Administração Regional do SCIA e conselho tutelar
Resultados alcançados	Lista com os catadores que acessaram o portão principal em 2015.

5.1.16. COIBIR O ATERRAMENTO DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) QUE ENTRAREM NO LIXÃO

Problema	<p>Os Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) são classificados como resíduos perigosos e, portanto, não podem ser descartados da mesma forma que os resíduos domiciliares ou os originários da limpeza de logradouros e vias públicas.</p> <p>De acordo com a Política Federal e Distrital de Resíduos Sólidos, os geradores desses resíduos são os responsáveis por seu gerenciamento, devendo garantir o correto tratamento e disposição final.</p> <p>Apesar disso, frequentemente é identificada no lixão a</p>
-----------------	---

⁸ Todo e qualquer procedimento objetivando a retirada e não permanência de crianças e adolescentes na área interna do lixão deverá ser pactuado com base no Fluxo de Atendimento – Proteção à criança e ao adolescente em situação de trabalho infantil.

	<i>presença de RSS, como materiais contaminantes e seringas, aumentando os impactos ambientais e colocando em risco as pessoas que trabalham com o manuseio dos resíduos.</i>
Ações	<i>1. Elaborar procedimento para impedir a entrada e garantir o não recebimento e o conseqüente não aterramento de RSS no lixão. Prazo intermediário da ação: 30/11/2015.</i>
	<i>2. Publicar procedimento de fiscalização proposto pela Agefis⁹. Prazo intermediário da ação: 30/12/2015.</i>
	<i>3. Iniciar a realização do procedimento para garantir o não aterramento de resíduos de serviços de saúde no lixão. Prazo intermediário da ação: 1º/1/2016.</i>
Resultados esperados	<i>Dificultar a entrada de RSS no lixão; responsabilização dos infratores; e diminuição dos riscos impostos às pessoas que manuseiam os resíduos sólidos.</i>
Prazo	<i>De 30/11/2015 a 1/1/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>Divisa, Agefis e SLU</i>
Resultados alcançados	<i>Foi solicitado à Agefis o manual para publicação por meio do Ofício nº 892/2015 – Diger/SLU, Anexo XV.</i>

5.1.17. IMPLANTAR E MANTER INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Problema	<i>A estrutura administrativa do SLU no lixão e seu entorno imediato são notadamente carentes de infraestrutura e paisagismo, bem como a autarquia necessita de capacitação continuada dos servidores. É absolutamente vital um conjunto de ações interligadas, visando à melhoria de desempenho do órgão.</i>
Ações	<i>1. Melhorar os acessos internos. 2. Reformas, limpeza, pintura, melhorias das guaritas e das edificações administrativas, instalações sanitárias e</i>

⁹ Ao detectar resíduos de saúde, sejam eles misturados ou separados no lixão ou outra localidade, o procedimento é acionar a Agefis por meio dos telefones das Regiões Administrativas Fiscais – RAF's: RAF1 – 3410-7956, RAF2 – 3453-9760, RAF3 – 3410-7959, RAF4 – 3106-3808, RAF5 – 3451-0959, RAF6 – 3448-9409, SUFLURB – 3961-5165 –3961-5172 – 3961-5151. O infrator é autuado no ato, quando flagrante. Quando não, procura-se descobrir para autuação. A SUFLURB/Agéfis de acordo com a legislação atua e autua em consonância à Lei nº 972/1995, a qual dispõe sobre os atos lesivos à limpeza urbana.

	<p><i>refeitórios.</i></p> <p><i>3. Organização do pátio de estacionamento de veículos.</i></p> <p><i>4. Pintura dos muros.</i></p> <p><i>5. Instalação de um portal de entrada com placa de identificação do local.</i></p> <p><i>6. Implantação de ciclovia no entorno do lixão.</i></p> <p><i>7. Melhoria do mobiliário.</i></p> <p><i>8. Melhoria da apresentação das instalações, inserindo quadros de pessoal com horários e atribuições, plantões, telefones de emergência, quadros de avisos.</i></p> <p><i>9. Manutenção da área de jardinagem e limpeza constante das áreas de movimentação de pessoas.</i></p> <p><i>10. Modernização e informatização do sistema de pesagem.</i></p> <p><i>11. Ampliação do número de balanceiros para trabalharem na nova guarita.</i></p> <p><i>12. Cursos de capacitação de servidores do SLU, Valor Ambiental e GSI para a adequada identificação dos resíduos, pesagens dos veículos em sistemas automatizados.</i></p>
Resultados esperados	<i>Consolidar a presença do Governo de Brasília no lixão e seu entorno.</i>
Prazo	<i>30/6/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU e Administração Regional do SCIA</i>
Resultados alcançados	<i>Estudos preliminares para as ações sugeridas.</i>

Além dessas ações, durante o processo de participação social, foram identificadas outras ações relativas à Gestão Operacional que se encontram detalhadas no capítulo Participação Social. São elas:

- pagamento por prestação de serviços;
- revisão do plano de coleta seletiva;
- articulação junto ao comitê gestor de resíduos da construção civil (Corc);
- revisão do plano de emergência do lixão e criação de brigada de incêndio;
- fiscalização da Agefis na deposição irregular de RCC;
- reativação do espaço I-Catador.

5.2. BLOCO AMBIENTAL

5.2.1. REALIZAR ESTUDO DE CONTAMINAÇÃO DAS ÁGUAS SUBSUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS

Problema	<i>A falta de impermeabilização do solo do maciço de lixo tem ocasionado a contaminação das águas subsuperficiais e subterrâneas, gerando um passivo ambiental que não é mensurado sistematicamente pelo Governo de Brasília.</i>
Ação	<i>1. Instalação de poços piezométricos de monitoramento conforme legislação pertinente, com aplicação de plano de monitoramento de águas subterrâneas – lençol freático.</i>
Resultados esperados	<i>Monitorar a qualidade da água subterrânea e implementar medidas corretivas quando necessário.</i>
Prazo	<i>De 1º/1/2016 a 1º/1/2017</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, Segad, Novacap, Adasa e Sema</i>
Resultados alcançados	<i>Encaminhado Ofício nº 893/2015 – Diger/SLU, Anexo XVI, à Emater/DF contendo as análises realizadas pela Valor Ambiental no Lixão do Jóquei.</i>

5.2.2. REALIZAR ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Problema	<i>O trânsito intenso de veículos no interior da Cidade Estrutural ocasiona reclamações recorrentes da comunidade local.</i>
Ações	<i>1. Elaborar estudo de impacto de vizinhança, conforme Estatuto das Cidades, sendo um dos instrumentos da política urbana a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Prazo intermediário da ação: de 1º/1/2016 a 1º/1/2017.</i>
	<i>2. Intensificar fiscalização de trânsito na Estrutural. Prazo intermediário da ação: imediato.</i>
Resultados	<i>Melhorar as condições de tráfego da região, evitar acidentes e</i>

esperados	<i>trânsito de equipamentos pesados na malha urbana residencial.</i>
Prazo	<i>De 30/10/2015 a 1º/1/2017</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, Segeth, Novacap, Detran e Sema</i>
Resultados alcançados	<i>Intensificação da fiscalização de trânsito, termo de referência para estudo de impacto de trânsito solicitado ao Ibram por meio do Ofício nº 645/2015 – SLU, Anexo XVII.</i>

5.2.3. EVITAR A PRESENÇA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Problema	<i>A presença de animais domésticos (gatos, cachorros, cavalos, etc.) no lixão pode gerar a transmissão de doenças.</i>
Ações	<i>1. Foram realizadas reuniões entre SLU e demais usuários, apresentação e discussão de minuta de instrução de controle de acesso de animais domésticos.</i>
	<i>2. Foi solicitado apoio à Zoonoses para retirada de animais domésticos.</i>
	<i>3. Será estabelecido controle de acesso de pessoas com animais domésticos e será realizado mutirão para retirada.</i>
Resultados esperados	<i>Estabelecer o controle de zoonoses por animais domésticos no perímetro interno do lixão.</i>
Prazo	<i>De 10/11/2015 a 30/12/2015</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, Agefis e Zoonoses</i>
Resultados alcançados	<i>Encaminhado Ofício nº 886/2015 – Diger/SLU, Anexo XVIII.</i>

5.2.4. EQUACIONAR AS DEMANDAS JUDICIAIS

Problema	<i>A proximidade com o Parque Nacional de Brasília tem gerado ações na justiça e multas diárias ao SLU.</i>
Ações	<p>1. <i>Buscar solução para interromper as ações na Justiça e recuperação ambiental da área.</i></p> <p>2. <i>Foi solicitado, mediante Ofício nº 895/2015 – Diger/SLU, ao MPDFT a relação de ações judiciais em tramitação na Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural (Prodema), Anexo XIX.</i></p>
Resultados esperados	<i>Finalizar processos judiciais de forma amistosa e sem prejuízos ao erário.</i>
Prazo	<i>De 30/11/2015 a 1º/7/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsável	<i>Sema</i>
Resultados alcançados	<i>Jurídico atuando conforme premissas de negociação jurídica.</i>

5.2.5. ANALISAR A CONTAMINAÇÃO DOS PLANTIOS NO ENTORNO DO LIXÃO

Problema	<i>Suspeita de contaminação dos alimentos produzidos na Cidade Estrutural em decorrência de contaminação de lençol freático por chorume.</i>
Ação	<i>Realizar diagnóstico situacional da área do Córrego Cabeceira do Valo, em poligonal definida com coordenadas UTM, com análises de água e solo realizadas pela Emater.</i>
Resultados esperados	<i>Apontar os índices de contaminação encontrados nas áreas de hortaliças da região, fornecendo subsídios para o Governo de Brasília tomar as decisões necessárias à proteção da saúde da população.</i>
Prazo	<i>De 1º/1/2016 a 1º/1/2017</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, Emater, Divisa e Seagri</i>
Resultados alcançados	<i>Solicitado à Emater os resultados das análises dos plantios, Ofício nº 893/2015 – Diger/SLU, Anexo XVI.</i>

5.2.6. REALIZAR O CONTROLE DE ANIMAIS PEÇONHENTOS E SILVESTRES NO LIXÃO

Problema	<i>A presença de animais silvestres no lixão tem demonstrado desequilíbrio ecológico e presença de vetores em grandes quantidades.</i>
Ação	<i>Provocar a articulação institucional com os órgãos de meio ambiente, visando a minimizar os impactos de fuga de fauna do parque para o lixão, em busca de comida ou vetores.</i>
Resultados esperados	<i>Redução dos quantitativos de animais silvestres no lixão.</i>
Prazo	<i>De 1º/1/2016 a 1º/1/2017</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, SES/DF (Vigilância Epidemiológica – Zoonoses), Ibram, Sema e Polícia Militar Ambiental/SSP.</i>
Resultados alcançados	<i>Oficiado Ibram e ICMBio para tratar do assunto, Ofícios nº 885 e nº 894/2015 – Diger/SLU, respectivamente, Anexo XX.</i>

5.2.7. CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE

Problema	<i>Manter o cronograma de execução das obras do Aterro Oeste dentro dos prazos estabelecidos, encerrando a deposição irregular dos resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil no Lixão do Jóquei, considerado o maior lixão da América Latina.</i>
Ações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir o aporte de recursos necessários. 2. Manutenção do cronograma de obras.
Resultados esperados	<i>Iniciar a operação do Aterro Sanitário Oeste.</i>
Prazo	<i>30/6/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, Segad, Novacap</i>

Resultados alcançados	<i>Obras seguem conforme o cronograma.</i>
------------------------------	--

5.3. BLOCO DELITOS E CONTRAÇÕES

5.3.1. COIBIR O USO E O TRÁFICO DE DROGAS, A PRESENÇA DE ARMAS (BRANCAS E DE FOGO), A GUARDA DE MATERIAIS E O DESMANCHE DE VEÍCULOS ROUBADOS

Problema	<i>A área do lixão e seu entorno imediato é historicamente uma região com alto índice de marginalidade e ocorrências policiais, fatores que influenciam diretamente a segurança operacional do lixão, ocorrendo vários ilícitos internos.</i>
Ações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar ação de inteligência para preparar intervenções de segurança pública. 2. Realizar ações de estratégia definidas pela SSP/DF.
Resultados esperados	<i>Garantir a segurança das equipes de trabalho do SLU e terceirizadas, assim como manter a integridade do perímetro do lixão.</i>
Prazo	<i>30/12/2017</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, SSP/DF e SES/DF</i>
Resultados alcançados	<i>Definidos pela SSP/DF.</i>

5.3.2. COIBIR O COMÉRCIO DE PRODUTOS DE SUPERMERCADO DESCARTADOS NO LIXÃO

Problema	<i>Os produtos dos supermercados vencidos e a vencer são descartados no lixão pelos grandes geradores, que são coletados e reinseridos no mercado novamente, por meio de comércio irregular, gerando um grande problema de saúde pública e segurança no lixão e nas áreas urbanas adjacentes.</i>
Ações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proibição de descarte de resíduos de grandes geradores no lixão. <i>Ação emergencial desencadeada pelo SLU em 23/5/2015, com proibição total de recebimento de resíduos de grandes</i>

	<p>geradores e shoppings no lixão.</p> <p>2. Ações paralelas de fiscalização da Vigilância Sanitária, da Secretaria de Fazenda, da Agefis, da Sema e da SSP junto aos comerciantes da RA Estrutural.</p>
Resultados esperados	Publicação de instrução normativa conjunta obrigando os supermercados a descaracterizar os produtos para descarte dos resíduos, fornecendo suporte jurídico ao SLU.
Prazo	30/12/2017
Caráter	Permanente/continuada
Responsáveis	SLU, Agefis, Divisa
Resultados alcançados	Foi solicitado à Sema cópia da IN, Anexo VI, Ofício nº 888/2015 – Diger/SLU.

5.3.3. IMPEDIR A EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE CATADORES

Problema	Os compradores de materiais recicláveis têm contratado informalmente os catadores para realizarem os trabalhos de beneficiamento do material.
Ações	<p>1. Elaborar procedimento entre a SEF e a SEDESTMIDH/DF para definir ações.</p> <p>2. Ações da SEF e SEDESTMIDH/DF, por meio da Secretaria Adjunta do Trabalho, para verificar as condições tributárias e trabalhistas, respectivamente.</p>
Resultados esperados	Criar vínculos formais e remunerados para os catadores. Cessar o comércio irregular de recicláveis.
Prazo	De 1º/1/2016 a 1º/1/2017
Caráter	Permanente/continuada
Responsáveis	SEF e SEDESTMIDH
Resultados alcançados	Contatos entre o SLU e a SEF para elaborar procedimento de fiscalização de compradores.

5.4. BLOCO CATADORES

5.4.1. ERRADICAR A PRESENÇA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O TRABALHO INFANTIL

<p>Problema</p>	<p><i>Presença de crianças e adolescentes no trabalho de catação, no qual os pais ou responsáveis utilizam da força de trabalho deles para poder garantir um complemento na renda familiar ou por não terem opção de deixar os filhos sozinhos enquanto trabalham no lixão.</i></p>
<p>Ações</p>	<p><i>1. Início do monitoramento e controle para evitar o acesso de crianças e adolescentes a área do lixão (esse controle estará vinculado à instalação das cercas e identificação cadastral dos usuários do lixão pela Valor Ambiental). As ações da Secriança em conjunto com os demais órgãos governamentais e não governamentais visa à erradicação do trabalho infantil por meio de ações benéficas assistenciais junto a crianças e adolescentes objetivando a prevenção e afastamento das situações vulneráveis.</i></p> <p><i>2. É necessário marcar reunião para tratar dos procedimentos internos a área do lixão quanto à abordagem de crianças e adolescentes. Será discutida a entrada clandestina deles a bordo dos veículos que acessam o lixão. Na reunião será necessária a presença: Secriança, SEDESTMIDH, conselho tutelar, setor social da Valor Ambiental/SLU, Vara da Infância, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/DF), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Promotoria da Infância.</i></p> <p><i>3. A Secriança está realizando reuniões entre os órgãos que possam contribuir com ações sociais para erradicação do trabalho infantil. O objetivo maior será a elaboração de documento (acordo de cooperação técnica), para direcionamento de ações específicas a situação do trabalho infantil sendo o piloto na Cidade Estrutural.</i></p> <p><i>4. A Secriança adotará a proposição de reativação com as devidas reformulações do termo de acordo de cooperação técnica com o objetivo de erradicar o trabalho infantil no Lixão do Jóquei por meio de ações integradas de rede de proteção, defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes que previnam a incidência desse fenômeno, afastando-os do trabalho infantil, incluindo-os em atividades multidisciplinares que ampliem tempos e espaços educativos, além da mobilização e sensibilização da sociedade sobre a importância de garantir a proteção dos direitos de todas as crianças e adolescentes. Órgãos: Secriança, Seplag,</i></p>

	<p><i>Secretaria Adjunta do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho do DF, Secretaria Adjunta de Esporte e Lazer, SEDESTMIDH, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria Adjunta de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Cultura, Administração Regional da Estrutural, Conselho Tutelar da Estrutural.</i></p>
	<p><i>5. Ressalta-se a importância da participação ao GT do Lixão para acompanhamento dos trabalhos, as seguintes representações: Secretaria de Educação; Secretaria de Esporte; Secretaria Adjunta do Trabalho; Secretaria de Ciência e Tecnologia; Secretaria de Cultura; Conselho Tutelar da Estrutural e Administração Regional. A Secriança reforça essa solicitação, não é possível solucionar a questão do trabalho infantil sem a integração em sistema de rede.</i></p>
	<p><i>6. A Secriança está em processo de fechamento de portaria conjunta entre Secriança e SEDF, que permitirá celebração de parcerias entre instituições de ensino pública da Estrutural e entidades não governamentais para complementação do turno escolar de crianças em situação de violação de direitos. O projeto-piloto prevê a parceria entre a Escola Classe nº 1 da Estrutural e a Legião da Boa Vontade (LBV) para oferta de atividades complementares no contraturno (configurando uma ação complementar a erradicação do trabalho infantil).</i></p>
	<p><i>7. A SES/DF verificará o fortalecimento das equipes de saúde da família, bem como a instalação dos Caps-AD. Verificação da questão do centro olímpico e como poderia facilitar o processo de emissão de atestado para crianças e adolescentes ingressarem no centro.</i></p>
	<p><i>8. Foi levantada a necessidade de acionamento da comissão do programa de Erradicação do Trabalho Infantil do DF (Cepeti), coordenada pela SEDESTMIDH, e pelo Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador (Fórum PETI/DF), com o objetivo de sistematizar e qualificar o atendimento de todos os órgãos da rede de proteção do Distrito Federal.</i></p>
	<p><i>9. A SEDF verificará a evasão escolar para identificação dos casos de crianças e adolescentes que estão fora da escola. Levantou-se a necessidade de integração entre o serviço de convivência da SEDESTMIDH e a SEDF para identificação e monitoramento dos casos de evasão; foi levantado que a situação estrutural dos estabelecimentos educacionais da Cidade Estrutural é muito precária, o que desestimula a permanência da criança e do adolescente na instituição de período integral. Necessidade de melhoramento da</i></p>

	<p><i>infraestrutura das escolas.</i></p> <p>10. <i>A Secretaria Adjunta de Esporte e Lazer está trabalhando em um projeto para a disponibilização do centro olímpico voltado às atividades esportivas a crianças e adolescentes da Estrutural. Está sendo trabalhado um convênio para que o centro possa oferecer atividades que contemplem um contraturno, objetivando alternativas ao público.</i></p> <p>11. <i>Faz-se necessário o apoio da SES/DF para emissão em tempo hábil dos atestados médicos para que as crianças e os adolescentes ingressem nas atividades (será verificada a viabilidade de parceria com a SEDESTMIDH para oferta de lanche durante o período das atividades do centro olímpico).</i></p> <p>12. <i>A SEDESTMIDH verificará as demandas quanto à priorização de vagas na Fábrica Social para catadores, inclusive menor aprendiz. Verificação das questões relativas à participação da Superintendência Regional do Trabalho do DF junto à fiscalização de crianças e adolescentes no lixão. Haverá reunião entre Setrab, MPT e SRTE/DF para tratar das questões relativas à fiscalização do trabalho. A Setrab necessita dos dados do SLU com os registros dos cadastros dos catadores realizados, objetivando mensurar uma atividade para instalação na área interna do SLU da Tenda Agência do Trabalhador visando a encaminhá-los à profissionalização e qualificação. Quanto à questão das vagas na Fábrica Social para jovens está sendo analisada.</i></p> <p>13. <i>A Secriança tem como proposta a demanda de priorizar vagas no projeto Jovem Candango para os adolescentes do lixão e filhos de catadores.</i></p> <p>14. <i>A SEDESTMIDH realizará a inserção das crianças e adolescentes que estejam trabalhando no lixão e filhos de catadores no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Foi levantada a necessidade de bolsa para os jovens do centro de convivência, sem um estímulo financeiro esses jovens retornam às atividades irregulares.</i> <i>Prazo intermediário da ação: 30/12/2017.</i></p> <p>15. <i>Destinação de bolsas do programa Jovem Candango (ou similar) para compensar monetariamente os adolescentes que aferiam renda no lixão.</i> <i>Realizar gestão junto à Seplag para disponibilizar recursos para as 200 vagas reservadas.</i> <i>Esse programa estará na coordenação da Secriança – o objetivo será a destinação de 200 vagas reservadas para os</i></p>
--	---

	<p><i>adolescentes que frequentam o lixão para a atividade de catação, configurado como trabalho insalubre.</i></p> <p><i>16. Transformação do espaço utilizado como escritório das cooperativas e associações em centro de convivência, para atender preferencialmente filhos de catadores – Administração da Cidade Estrutural (será viabilizada parceria com Sindiatacadista para a manutenção do espaço físico).</i></p> <p><i>17. Instrução Normativa 36, publicada em 29/6/2015, informando que a partir de 30/7/2015 fica proibida a entrada e permanência de crianças e adolescentes no lixão. Será republicada a instrução, considerando a proibição do acesso mesmo acompanhada com os pais ou responsáveis.</i></p>
	<p><i>18. Necessidade do subgrupo que trata da questão de crianças e adolescentes em estar presente efetivamente no lixão com a devida capacitação dos profissionais envolvidos, com a reativação do Espaço I-Catador.</i></p>
Resultados esperados	<p><i>Normatizar a questão da criança e do adolescente, manter e fazer cumprir a proibição deles no lixão.</i></p>
Prazo	<p><i>De 1º/06/2015 a 30/12/2017</i></p>
Caráter	<p><i>Permanente/continuada</i></p>
Responsáveis	<p><i>Secriança, Sejus, SEDESTMIDH, SLU; Conselho Tutelar da Estrutural, SEDF; SES/DF, Secult e Administração Regional do SCIA e Casa Civil</i></p>
Resultados alcançados	<p><i>As instâncias envolvidas estão trabalhando nas diversas frentes institucionais necessárias. As ações relativas à proteção da criança e do adolescente em situação de trabalho infantil serão feitas de acordo com o fluxo de atendimento elaborado no “Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador no DF”. Anexo XXI.</i></p>

5.4.2. MORADORES NO LIXÃO

Problema	<p><i>Existem pessoas habitando o Lixão do Jóquei, em áreas próximo à frente de aterramento. No local ocorrem brigas e vendas de drogas.</i></p>
Ações	<p><i>1. Identificação e acompanhamento das pessoas que estejam morando no lixão com visitas pontuais ao local, nas quais serão feitos os encaminhamentos pertinentes, bem como</i></p>

	<i>serão oferecidos os serviços da SEDESTMIDH.</i>
	<i>2. Retirada das pessoas que estejam morando dentro do lixão.</i>
Resultados esperados	<i>Retirada das moradias improvisadas e encaminhamento dos moradores para programas sociais.</i>
Prazo	<i>De 1º/6/2015 a 30/12/2017</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SEDESTMIDH, SLU, SSP, Agefis e Codhab</i>
Resultados alcançados	<i>Solicitado relatório à SEDESTMIDH pelo Ofício nº 887/2015 – Diger/SLU, Anexo XXII.</i>

5.4.3. DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Problema	<i>Verifica-se o uso corrente de drogas ilícitas dentro do Lixão do Jóquei.</i>
Ação	<i>Instalar equipe no centro de atenção psicossocial de álcool e outras drogas (Caps) nas proximidades do Lixão do Jóquei.</i>
Resultados esperados	<i>Estabelecer uma política local de tratamento de dependência química.</i>
Prazo	<i>De 1º/6/2015 a 30/12/2017</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SES/DF, SLU, Administração Regional do SCIA</i>
Resultados alcançados	<i>Não iniciada.</i>

5.4.4. ACESSO A PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Problema	<i>Identificam-se catadores de materiais recicláveis que não estão inseridos no Cadastro Único (CadÚnico). Os catadores podem não estar acessando seus direitos sociais com a taxa de eficiência necessária.</i>
	<i>1. Identificação amostral dos catadores de materiais recicláveis</i>

	<p>que trabalham no Lixão do Jóquei.</p> <p>2. Consulta ao CadÚnico para verificar demanda de inclusão e atualização de dados.</p> <p>3. Inclusão e atualização cadastral dos catadores no CadÚnico para acesso aos programas sociais.</p>
Resultados esperados	Inclusão eficiente dos catadores no Cadastro Único.
Prazo	De 30/7/2015 a 30/3/2016
Caráter	Permanente/continuada
Responsáveis	SEDESTMIDH
Resultados alcançados	A busca ativa para verificação do CadÚnico já foi realizada no Lixão do Jóquei e a ação está na fase de cruzamento de dados para verificar a demanda de inclusão e de atualização no CadÚnico.

5.4.5. IMPACTO DIRETO NA RENDA E INSEGURANÇA ALIMENTAR

Problema	Com a consumação de mudanças na gestão e a transição entre o fechamento do lixão e o início de funcionamento dos centros de triagem, o trabalho de catação será impactado diretamente, afetando a renda dos catadores.
Ações	<p>1. Pagamento de benefício vulnerabilidade temporária aos catadores do lixão para o período de transição lixão/centros de triagem – período de até 6 meses. Ressalta-se que para essa ação será necessária suplementação orçamentária, pois a SEDESTMIDH não tem orçamento para cumprir esta ação. E o pagamento está relacionado diretamente com o planejamento e operação dos centros de triagem.</p> <p>2. Fornecimento de cesta básica emergencial para os catadores que se encontrarem em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar. Ressalta-se que esse fornecimento ocorrerá por meio de demanda espontânea, pela qual o catador precisa se dirigir ao centro de referência de</p>

	<p>assistência social (Cras) de seu território de moradia. A SEDESTMIDH deve intervir junto ao Cras para priorizar a categoria dos catadores.</p> <p>3. Priorizar vagas na Fábrica Social para os catadores.</p>
Resultados esperados	Viabilizar condições de sobrevivência aos catadores no período de transição entre o encerramento do lixão e o funcionamento dos centros de triagem.
Prazo	30/12/2017
Caráter	Permanente/continuada
Responsáveis	SEDESTMIDH e Seplag
Resultados alcançados	Ação não iniciada (apenas no momento da transição do lixão para os centros de triagem)

5.4.6. CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CENTROS DE TRIAGEM

Problema	Tendo em vista que o trabalho de catação realizado no Lixão do Jóquei ocorre de forma precária e insalubre, será necessário transferir os catadores para os novos espaços (construídos ou reformados), onde serão entregues os materiais da coleta seletiva.
Ações	<p>1. Construção dos centros de triagem.</p> <p>2. Após a adequação das instalações o material da coleta seletiva não será mais entregue no lixão e será redirecionado para os locais adequados.</p>
Resultados esperados	Garantir o aumento de eficiência no processo de coleta seletiva do Distrito Federal e fornecer condições dignas de trabalho aos catadores.
Prazo	4/4/2017
Caráter	Permanente/continuada
Responsáveis	SLU, Segad, Novacap e Sema
Resultados alcançados	O SLU segue cumprindo o cronograma de projetos e execuções físicas, com previsão de inauguração dos centros de triagem para 2016/2017.

5.5. BLOCO PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Vale ressaltar que neste bloco foram consideradas ações levantadas por todos os envolvidos nas atividades no lixão durante os encontros denominados rodas de conversa, e devido à sua importância conjuntural, compõem-se de um capítulo, composto por ações que tem a ver com outros blocos de afinidade temática, a saber:

Ações identificadas no bloco Participação Social que serão incorporadas ao bloco Gestão Operacional:

- pagamento por prestação de serviços;
- revisão do plano de coleta seletiva;
- articulação junto ao Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil (Corc);
- revisão do Plano de Emergência do Lixão e criação de brigada de incêndio;
- fiscalização da Agefis na deposição irregular de RCC;
- reativação do espaço I-Catador.

Ação identificada no bloco Participação Social que será incorporada ao bloco Ambiental:

- definição da tecnologia de remediação do Aterro Controlado do Jóquei.

Ação identificada no bloco Participação Social que será incorporada ao bloco Catadores:

- Plano de Transição para Catadores entre o Fechamento do Lixão e o Início da Operação do Aterro Sanitário Oeste.

5.5.1. PAGAMENTO POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Problema	<i>O SLU ainda não firmou o contrato para remuneração pelos serviços prestados. O valor de venda de alguns materiais recicláveis não remunera dignamente o trabalho de triagem e comercialização.</i>
Ação	<i>Publicar edital para habilitação das cooperativas e associações de catadores para posterior assinatura de contrato.</i>
Resultados esperados	<i>É preciso garantir que o valor pago pelo Governo de Brasília estimule a comercialização dos produtos com garantia de redução da quantidade de rejeitos e resíduos aterrados, aumentando a vida útil do aterro.</i>
Prazo	<i>8/7/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>CIISC, Adasa, SLU, Sema, SEDESTMIDH e Casa Civil</i>
Resultados alcançados	<i>Minuta de contrato elaborada pelo SLU.</i>

5.5.2. DEFINIÇÃO DA TECNOLOGIA DE REMEDIAÇÃO DO ATERRO CONTROLADO DO JÓQUEI

Problema	<i>Falta de definição de tecnologia para recuperação e/ou remediação do aterro.</i>
Ações	<i>Contratação de estudo pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), projeto do BID, Anexo XXIII.</i>
	<i>2. Unificação dos estudos e propostas existentes.</i>
Resultados esperados	<i>Definição de práticas de remediação dos passivos ambientais do Lixão do Jóquei.</i>
Prazo	<i>30/7/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, Sema e Ibram</i>
Resultados alcançados	<i>Negociação de contratação com o BID.</i>

5.5.3. REVISÃO DO PLANO DE COLETA SELETIVA

Problema	<i>O sistema de coleta seletiva implantado não está atendendo às expectativas dos catadores, das empresas prestadoras dos serviços e do SLU.</i>
Ação	<i>Diagnóstico, elaboração de nova proposta, campanhas educativas, instrumentos de punição aos que não observarem o estabelecido pelo Plano de Coleta Seletiva.</i>
Resultados esperados	<i>Garantir quantidade e qualidade dos resíduos da coleta seletiva.</i>
Prazo	<i>30/5/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, Adasa, Agefis e Sema</i>
Resultados alcançados	<i>Plano em análise pelo SLU.</i>

5.5.4. ARTICULAÇÃO JUNTO AO COMITÊ GESTOR DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (CORC)

Problema	<i>A deposição irregular de resíduos da construção civil (RCC) em mais de 1.000 pontos, sendo a solução a implantação de pontos de entrega voluntária (PEV) para os pequenos geradores. As ações do comitê devem ser espelhadas no Plano de Intervenção.</i>
Ações	<i>1. Inserir as ações Corc no Plano de Intervenção. 2. Propor a participação das cooperativas que trabalham efetivamente com reciclagem de resíduos da construção civil.</i>
Resultados Esperados	<i>Criar permeabilidade entre as instituições – Corc e GT.</i>
Prazo	<i>30/6/2016</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>SLU, Agefis e Sema</i>
Resultados Alcançados	<i>O Corc aceitou a inserção de suas ações no Plano de Intervenção e solicitou que seja informado das ações do GT do lixão.</i>

5.5.5. REVISÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA DO LIXÃO E CRIAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO

Problema	<i>Ausência de brigada de incêndios no Lixão do Jóquei. Os incêndios ocorridos em 2015 mostraram a necessidade de revisão do Plano de Emergência com a inclusão da brigada de incêndios.</i>
Ação	<i>Capacitação de servidores, prestadores de serviços e catadores para combate inicial aos focos de incêndios até a chegada do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), por meio de curso de brigadista.</i>
Resultados esperados	<i>Capacitar catadores, servidores do SLU, funcionários da GSI e da Valor Ambiental para combate a incêndio, em curso a ser ministrado na sede administrativa do SLU no lixão.</i>
Prazo	<i>30/5/2016</i>

Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>CBMDF, Defesa Civil e SLU</i>
Resultados alcançados	<i>Curso definido, com inscrições abertas.</i>

5.5.6. FISCALIZAÇÃO DA AGEFIS NA DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE RCC

Problema	<i>Ausência de espaços adequados para deposição de RCC. A deposição irregular de RCC em mais de 1.000 pontos espalhados pelo Distrito Federal, em áreas de bota-fora, lotes vazios, estradas vicinais, áreas públicas.</i>
Ações	<p><i>1. Implantar as Áreas Tratamento e Triagem de Resíduos da Construção Civil (ATTR), Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil e Volumosos (ATT) e Pontos de Entrega Voluntária (PEV) em todo DF.</i></p> <p><i>2. Intensificar a fiscalização até a implantação dos PEV, das ATTR e das ATT.</i></p>
Resultados esperados	<i>Reduzir o número absoluto de pontos sujos e deposição irregular de RCC no Distrito Federal.</i>
Prazo	<i>30/12/2017</i>
Caráter	<i>Permanente/continuada</i>
Responsáveis	<i>Agefis, Sinesp e SLU</i>
Resultados alcançados	<i>Aguardando cronograma de fiscalização da Agefis</i>

5.5.7. PLANO DE TRANSIÇÃO PARA CATADORES ENTRE O FECHAMENTO DO LIXÃO E O INÍCIO DA OPERAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE

Problema	<i>Insegurança financeira dos catadores no período de transferência do lixão para os centros de triagem.</i>
Ação	<i>Solicitar ao CIISC a revisão do Plano de Transição para informar aos catadores das ações de governo para o fechamento lixão.</i>
Resultados	<i>Executar o Plano de Transição.</i>

esperados	
Prazo	30/6/2016
Caráter	Permanente/continuada
Responsáveis	CIISC, SLU, SEDESTMIDH, Casa Civil e Sema
Resultados alcançados	Encaminhado Ofício nº 884/2015 – Diger/SLU, Anexo XXIV.

5.5.8. REATIVAÇÃO DO ESPAÇO I-CATADOR

Problema	<i>Ausência de um espaço em que o catador de material reciclável possa se apropriar, no sentido de construir um relacionamento direto e contínuo com os órgãos do governo envolvidos com o encerramento das atividades no Aterro Controlado do Jóquei.</i>
Ação	<i>Reativar o espaço I-Catador com profissionais da área da Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação, Resíduos Sólidos, entre outras políticas.</i>
Resultados esperados	<i>Fomentar um espaço de diálogo permanente entre os catadores de materiais recicláveis e os órgãos do Governo de Brasília com o intuito de desconstruir ruídos advindos do relacionamento das lideranças e governo, bem como para propiciar um espaço do catador e para o catador.</i>
Prazo	30/6/2016
Caráter	Permanente/continuada
Responsáveis	SLU, SES/DF, SEDF, SEDESTMIDH, Casa Civil e Sema
Resultados alcançados	<i>Ação não iniciada.</i>

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste período de elaboração do Plano de Intervenção, ocorreram vários acontecimentos que merecem registro:

- O impedimento da entrada de alimentos vencidos no antigo lixão a partir da determinação dos órgãos de vigilância sanitária, teve conflitos com alguns catadores.
- O cercamento da área também gerou descontentamento daqueles que utilizavam a cerca cortada para suprimir caminho até o maciço, em especial de alguns catadores.

- c. A ocorrência de vários incêndios no Aterro Controlado do Jóquei, dificultou a operação por vários dias, existindo a perda de material, sobrecarga da equipe operacional, sobre-esforço dos órgãos públicos, tais como: *CBMDF*, *Novacap*, Administração Regional, Defesa Civil, gerando desgastes à imagem do Governo de Brasília e do SLU perante à sociedade, órgãos de fiscalização e controle, dentre outros, relatório em Anexo XIV.

Algumas das ações propostas pelo GT foram implementadas no decorrer do processo, umas de forma emergencial e outras decorrentes da operação.

Segue em anexo planilha contendo os responsáveis por cada ação, Anexo XXV.

Segue no Anexo XXVI relatório contendo as rodas de conversa e as devolutivas, no total foram realizadas 20 reuniões com os envolvidos nas atividades do Aterro Controlado do Jóquei.

7. ENCAMINHAMENTOS

Conforme acordado entre as instituições envolvidas será criado por decreto um grupo de acompanhamento e monitoramento deste Plano de Intervenção com a participação dos diretamente envolvidos, de acordo com a minuta de decreto apresentada no Anexo XXVII.

Vale salientar que o Plano foi dividido em cinco blocos:

- 1- Gestão Operacional
- 2- Ambiental
- 3- Delitos e Contravenções
- 4- Catadores
- 5- Participação Social.

A Coordenação Geral ficará a cargo da Casa Civil e serão criados quatro subgrupos que acompanharão as ações estabelecidas neste Plano de Intervenção, conforme divisão estabelecida no Anexo XXV – tabela resumo das ações e respectivos responsáveis.

Fica estabelecido que os blocos Gestão Operacional e Participação Social serão coordenados pela Sinesp/DF, o bloco Ambiental será coordenado pela Sema/DF, o bloco Delitos e Contravenções será coordenado pela SSP/DF e o bloco Catadores será coordenado pela SEDESTMIDH.

A ação **Plano de Transição para Catadores entre o Fechamento do Lixão e o Início da Operação do Aterro Sanitário Oeste** relacionada no bloco Participação Social será incorporada ao bloco Catadores que ficará a cargo da SEDESTMIDH para acompanhar sua implementação.

A ação **Definição da Tecnologia de Remediação do Aterro Controlado do Jóquei**, relacionada no bloco Participação Social, será incorporada ao bloco Ambiental que ficará a cargo da Sema/DF para acompanhar sua implementação.

Ressalta-se a importância da realização das rodas de conversa com todos os envolvidos nas atividades do Aterro Controlado do Jóquei durante todo o processo de elaboração deste Plano de Intervenção. O diálogo realizado garantiu a transparência das ações, minimizando os potenciais conflitos. Desse modo, recomenda-se ao Grupo de

Acompanhamento e Monitoramento deste Plano de Intervenção que, além de incentivar a participação dos representantes de catadores no subgrupo 4, crie e mantenha canais de diálogo que possibilitem a participação social na implementação deste Plano, conservando desta forma sua legalidade.

ANEXO VI
CRONOGRAMA AÇÕES GT LIXÃO DO JÓQUEI

Cronograma ações GT Lixão do Jóquei - Decreto nº 36.437, de 02 abril de 2015

Decreto 36.618 de 20 de julho de 2015, publicado em 21 de julho de 2015 prorrogando por 60 dias o GT do Aterro Controlado do Jóquei

AÇÃO	Início	PRAZO	RESPONSÁVEL	Situação em 23/11/2015
GERENCIAL				
1. Fortalecer a ação institucional do SLU no Lixão do Jóquei	02/04/2015	30/12/2017	SLU	Ação Continuada
2. Garantir a Segurança das Áreas Administrativas do Lixão e Manutenção da Cerca Periférica	02/04/2015	31/08/2015	SLU, VALOR, GSI	Cercamento concluído - falta concluir o controle de acesso a área administrativa
3. Cadastrar e Controlar o Acesso de Veículos e Cargas	02/04/2015	15/03/2016	SLU, DETRAN, AGEFIS	Iniciar no prazo - Publicar IN
4. Retirar os Veículos Inservíveis e Caçambas	02/04/2015	15/06/2016	SLU, DETRAN, AGEFIS	Caçambas retiradas
5. Proibir a Entrada de Alimentos Vencidos sem a Descaracterização	02/04/2015	29/06/2015	DIVISA, AGEFIS, SLU, SEMA	Concluído
6. Implantar Sinalização Interna e Externa	02/04/2015	30/04/2016	SLU, VALOR, DETRAN	Externa concluída - interna com base no projeto Topocart (em elaboração)
7. Implantar a Iluminação Interna Adequada	02/04/2015	30/04/2016	SLU, VALOR, CEB	Não iniciada
8. Regular as atividades comerciais praticadas no local	02/04/2015	30/11/2015	AGEFIS, Sefaz- ISS, SLU e SEMA	Exigir nota fiscal saída recicláveis
9. Implantar pátio de pesagem com 02 (duas) novas Balanças e reforma das existentes - NOVACAP	02/04/2015	30/04/2016	NOVACAP, SLU	Projeto Topocart - projeto básico aprovado pela DITEC/SLU para Licitação
10. Liberar os Pontos Internos de Fornecimento de Energia e Água	02/04/2015	01/11/2015	SLU, VALOR, GSI, SSP	Ponto de Água liberado falta ponto de Luz
11. Liberar a Área para Operação do Britador de Resíduos da Construção Civil (RCC)	02/04/2015	01/11/2015	AGEFIS, SEFAZ, SLU, VALOR	Ação concluída

12. Cobrar pelo Serviço de Disposição Final dos Resíduos de Grandes Geradores e de Resíduos da Construção Civil	02/04/2015	01/06/2016	ADASA, AGEFIS e SLU	Preço público em andamento na ADASA
13. Instalar Banheiros Químicos	02/04/2015	15/03/2016	SLU	Projeto básico DITEC/SLU
14. Alterar a forma de trabalho nas frentes de aterramento	02/04/2015	31/12/2015	SLU	Em tratativa
15. Controlar o Acesso e Permanência de Pessoas	02/04/2015	20/03/2016	AGEFIS, SSP, SLU, VALOR, GSI	Elaboração de lista com catadores que acessaram o portão principal em 2015 -
16. Coibir o não Aterramento de Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) que entrem no Lixão	02/04/2015	01/01/2016	Vigilância Sanitária, AGEFIS e SLU	Concluído e em manutenção
17. Implantar e Manter Infraestrutura, Paisagismo e Capacitação dos Servidores	02/04/2015	30/06/2016	Valor e Administração Regional da Estrutural	Capacitação em andamento - paisagismo Jardim Botânico - Projeto Topocart para licitar infraestrutura
AMBIENTAL				
18. Realizar estudo de contaminação das águas subsuperficiais e subterrâneas	02/04/2015	01/01/2017	SLU, SEGAD, NOVACAP e ADASA	Encaminhar os dados sobre monitoramento da Valor Ambiental para EMATER e ADASA.
19. Realizar Estudo de Impacto de vizinhança	02/04/2015	01/01/2017	SEGAD, NOVACAP, ICMBIO e SEMA	TR solicitado ao IBRAM
20. Coibir a presença de animais domésticos	02/04/2015	31/12/2015	SLU, AGEFIS, ZONOSSES e ICMBIO	Em andamento
21. Equacionar as demandas judiciais	02/04/2015	01/07/2016	SEMA, AGEFIS, ICMBIO, MPDFT	Em andamento
22. Analisar a Contaminação dos Plantios no Entorno do Lixão	02/04/2015	01/01/2017	SLU, Valor, EMATER, Vigilância Sanitária e Secretaria de Agricultura	Concluído - Ação continuada

23. Impedir a Presença de Animais Peçonhentos e Silvestres no Lixão	02/04/2015	01/01/2017	SLU, Secretaria de Saúde (Vigilância Epidemiológica – Zoonoses), Ibram, Sema, ICMBio, Polícia Militar Ambiental por meio da SSP.	
24. Construir o Aterro Sanitário Oeste	02/04/2015	30/06/2016	SLU, SEGAD, NOVACAP	Obras retomadas
CONTRAVENÇÕES				
25. Coibir o Uso e Tráfico de Drogas, Presença de Armas (brancas e de fogo), Guarda de Materiais e Desmanche de Veículos Roubados	02/04/2015	30/12/2017	SLU, SSP, Secretaria de Saúde	Ação continuada
26. Coibir o Comércio de produtos vencidos e não vencidos	02/04/2015	30/12/2017	SLU, AGEFIS, DIVISA	Concluído
27. Impedir a Exploração de mão de obra de Catadores	02/04/2015	01/01/2017	Secretaria da Fazenda e Secretaria do Trabalho	Depende de ações junto à cadeia produtiva da reciclagem
CATADORES				
28. Proibir o Trabalho infantil	02/04/2015	30/12/2017	SEDHS, SECRIANCA, SLU, Conselho Tutelar, VALOR	Ações sociais com necessidade de articulação institucional demandam períodos maiores de aplicação - Capacitação da Secriança para aplicação do Fluxo de Atendimento
29. Transformar o espaço atualmente autorizado como escritório das cooperativas e associações em centro de convivência	02/04/2015	01/04/2016	Administração Regional da Estrutural.	A área está funcionando como centro de convivência e já está trabalhando com 30 crianças
30. Coibir moradores no Lixão	02/04/2015	30/12/2017	SEDHS, SLU (Valor Ambiental), SSP	Solicitar relatório SEDHS

31. Tratamento dependentes químicos	02/04/2015	30/12/2017	Secretaria de Saúde, SLU, Administração Regional da Estrutural.	Ação Secretaria de Saúde - CAPS
32. Viabilizar o acesso a programas e benefícios sociais	02/04/2015	30/03/2016	SEDHS	Em andamento
33. Minimizar o impacto direto na renda e insegurança alimentar	02/04/2015	30/12/2017	SEDHS	Até o fechamento do Lixão
34. Construção e reforma de centros de triagem - Regularização das áreas existentes no DF	02/04/2015	04/04/2017	SLU, SEGAD, NOVACAP	Primeiro conjunto previsão abril segundo conjunto previsão outubro - terceiro conjunto cobrar da SEMA previsão (BNDES).
DEVOLUTIVAS				
35. Viabilizar o pagamento da prestação de serviços	02/04/2015	08/07/2016	CIISC, SLU, SEMA, SERES, SEDHES e Casa Civil	Chamada para contratação de cooperativas pelos serviços prestados ao SLU
36. Definição da Técnica/Tecnologia de Recuperação e/ou remediação do Aterro Controlado do Jóquei	02/04/2015	30/07/2016	SEMA, IBRAM, ICMBIO e SLU	Projeto BID prevê contratação de estudo
37. Revisão do Plano de Coleta seletiva	02/04/2015	30/05/2016	ADASA / SLU	Em andamento
38. Incluir PEV, ATT e ATTR e todas as ações do CORC	02/04/2015	30/06/2016	SEMA e SLU	
40. Revisão do Plano de Emergência do Lixão com criação da Brigada de Incêndio	02/04/2015	30/05/2016	CBM, Defesa Civil e SLU	Revisar Plano de 2013 - Formação de Brigada iniciada
41. Fiscalização agefis pontos sujos para viabilizar os PEV, ATT e ATTR	02/04/2015	30/12/2017	AGEFIS e SLU	Finalizar diagnóstico 2015 - Programação fiscal da AGEFIS
42. Plano de Transição para catadores entre o fechamento do lixão e inauguração do Aterro Sanitário Oeste	02/04/2015	30/06/2016	CIISC, SLU, SEMA, SERES, SEDHES e Casa Civil	Verificar com o CIISC a revisão do plano de transição de 2014

43. Reativação do espaço icatador	02/04/2015	30/06/2016	SLU, secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, SEDHES, SEMA e SERIS	Ação não iniciada
-----------------------------------	------------	------------	--	-------------------

ANEXO VII

MEMORIAL DAS REUNIÕES SOBRE O “LIXÃO” do Jóquei - 23.05.15 A 27.05.15

MEMÓRIA DE REUNIÃO	
Assunto: Ações a ser iniciadas a partir do dia 25/05/2015 no lixão da estrutural	
Data: 23/05 à 27/05/15	Local: Gabinete do SLU
SLU, V.A, GSI, SERIS, SEMA, SEDHS, SECRIA, PCDF, DETRAN, INESC, ASBRA, TRASH, AC PAPEIS, CAPITAL	
Presenças:	
24/05/15 – Auditório SLU Heliana Kátia, Silvano Silvério, Paulo Celso, Ronoilton, Tupac, Andrea, Socorro, Sizue, Jaira, Marciano, Daniel, Cicero, João, Janaina, Gilson, Diter, Jorge Luiz, Marcos Cordeiro, Mari Trindade, Rodrigo Dias, Fabrício Moser, Andria, Jorge Artur, André Lima, Daniel Crepaldi, George Bulhões, José Fernando, Flávio Messina, Marcus Vinícius, Moroni	
25/05/15 – Gabinete SLU Heliana Kátia, Socorro, Francisco Mendes, Janaina Trindade, Paulo Celso, Marciano, Guilherme, Jaira, Luiz Roberto, Andria, Marcelo Marinho, Mari Trindade, Rodrigo Dias, Fabrizzio, Sandra Gomes, Eduardo, Jair Vitorino	
25/05/15 – Sala de Reunião Administração da Estrutural Silvano, Jaira, Cel. André Lima, Adriana, Fabrício Moser, Marciano, Erli Toledo, Evanildo Macedo, Francisco Mendes, Karina Alves	
25/05/15 – Auditório Administração da Estrutural Silva, Bruno, Gardivânia, Eliene, Josefa, Joacy, Evanildo, Marilucia, Moises, Josimar, Alex, Willian, Eduardo, Mesac, Jaira, Silvano, Fabricio Moser, Adriana Moreira, Erli Toledo, Maria, Francisco Mendes, Maria Ivanete, Marciano, Rodrigo Dias, Marilene Rafael, Lucia, Givanildo, Wesley Alves, Welton Alves, Marcelo, Eudes Oliveira, Antonio Alves, Lucilaila Alencar, Anselmo, Daniel Rocha	
Ausência justificada	
Pautas	
24-05-15 – Estabelecer ações emergenciais para garantir as condições de segurança dos catadores e trabalhadores do lixão, até que haja a mudança da operação, para evitar novos acidentes graves e fatais. 25-05-15 – Situação entrada alimentos vencidos no lixão do Jóquei 25-05-15 – Uniformizar informações de Governo para negociar com catadores 25-05-15 – Negociação Governo DF com Catadores (Pátio, Maciço e Carrefa)	
Resumo	
<p>No sábado dia 23 de maio de 2015, houve um acidente grave no lixão da estrutural que levou a óbito um homem (provável catador de material reciclável), o acidente aconteceu porque o mesmo estava na caçamba do caminhão e quando esse caminhão foi realizar o despejo do material ele foi junto, segundo informações no momento do despejo formou-se uma poeira muito grande, dificultando a visão onde o caminhão passou por cima do homem. No mesmo dia foi reunida uma equipe do SLU e demais órgãos e empresa para que fosse instalada a sala de situação e discutida uma forma de evitar e melhorar o trabalho no maciço do lixão, onde trabalho homem não trabalha maquina e vice versa.</p> <p>No dia 24 de maio de 2015 foi reunido novamente o grupo, ocasião em que foram discutidos os pontos que cada um poderia contribuir, nessa reunião ficou acordado que no dia 25/05 pela manhã o lixão ficará fechado para recebimento de caminhões com as coletas e os catadores terão até as 10h para retirar seus materiais que ficam nas praças de triagem, após esse horário as maquinas entram para arrumar as praças para que os mesmo possam trabalhar e em seguida os caminhões começam a despejar os materiais para que eles colem no momento em que for liberado a subida. Essa foi à forma que foi achado para que homens e maquinas não trabalhem mais juntos, importante informar também que foi informado aos transportadores dos grandes geradores que não poderiam a partir da segunda feira 25/05, mais serem despejados os matérias do “carrefa” no lixão sem a devida descaracterizado.</p> <p>No dia 25 de maio de 2015, pela manhã, chegou um caminhão da empresa TRASH do “carrefa” para despejar no Lixão e o mesmo foi barrado, conforme tinha sido acordado no dia anterior, porem o responsável pela empresa Trash informou os catadores (presentes no lixão no momento) que o SLU proibiu a entrada dos caminhões com materiais do “carrefa”. Cabe ressaltar que esse material do “carrefa” é composto predominantemente por alimentos advindos dos mercados, alimentos</p>	

esses que estão com data vencida, a vencer e danificados, etc. Com isso os catadores do “carrefa” ficaram revoltados e fecharam o lixão. Na ocasião os catadores foram convidados a compor uma comissão e foram chamados na Administração da Estrutural para que a equipe do governo (SERIS, SLU, AGEFIS, Conselho Tutelar, PM, RA) pudesse ouvir quais eram as reivindicações.

Antes da reunião com os catadores, o grupo se reuniu em uma sala separada para uma conversa com o Administrador Evanildo e o Cel. André Lima da PM, pois ambos estavam preocupados e queriam postergar a ação. Na ocasião Evanildo e Coronel André manifestaram as suas preocupações com o que estava acontecendo.

A reunião com os catadores começou com a apresentação de todos os participantes, após essa apresentação o Diretor Adjunto do SLU Silvano Silvério iniciou uma fala para explicar a composição do GT do Lixão e, também, justificar as ações emergenciais tomadas no dia 24/05 (motivadas pelo acidente fatal). Estavam presentes vários catadores, representando os vários segmentos de catadores que atuam no lixão. Logo após a fala do Silvano, foi indagado por mais de um dos catadores presentes se haveria ajuda financeira para os catadores, pois neste momento estava sendo retirado o material do “carrefa” e que, para eles era o início do fechamento do lixão sem antes ter finalizado a construção dos galpões. Os presentes foram esclarecidos que não haverá ajuda financeira e não vai ser realizada a retirada dos catadores sem antes ter um espaço de trabalho adequado. Foi perguntado como fica o trabalho noturno, pois os mesmos “receberam” documento do GT do lixão e nele estava escrito que seria retirado o turno noturno, foi informada que esse documento não devia ter sido passado para eles (a versão inicial já passou por mudanças e a questão do trabalho noturno pode ser negociada), foi questionado a contratação de filhos de catadores por parte da Valor Ambiental e a representante da Valor informou que as contratações são feitas conforme a necessidade da empresa e quem faz esse processo e poderia informar melhor seria o RH. Solicitaram também que a operação do britador/moinho que tem no lixão seja feito pelos próprios catadores, a Sra. Lúcia presidente da Cooperativa Coorace solicitou que seja avaliado a retirada dos rejeitos (da área da coleta seletiva) que não esta sendo retirado e existe risco de incêndio. Solicitaram que fosse disponibilizado um galpão para que eles pudessem trabalhar com o material do “carrefa”, já que não poderia mais entrar no lixão, pois eles não são a favor da retirada desse material e, muito menos, com a descaracterização dos mesmos, pois muitos deles sobrevivem desse material. Após serem ouvidos todos os presentes, ficou acordado que a AGEFIS tentará marcar reunião com os grandes geradores, até o dia 27/05, e então retornaremos para reunião com os catadores, os demais questionamentos serão levados para ser discutidas com o grupo do governo para acharmos a melhor solução até a próxima reunião agendada para o mesmo dia às 17hs.

Na sede do SLU foi realizada uma reunião para discutir as reivindicações dos catadores e no mesmo momento estava tendo uma reunião com os representantes das empresas que realizam hoje o transporte dos materiais do “carrefa” e estava presente também o representante da associação dos supermercados, juntos foi falado sobre a melhor forma de destinação de alimentos vencidos que hoje é despejado no lixão. A recomendação da vigilância sanitária é descaracterizar esses produtos, já que hoje ele é consumido e a uma preocupação que esses produtos sejam reinseridos no mercado pelos comerciantes locais e de outras regiões do DF. O Administrador da Estrutural propôs viabilizar um local para o trabalho dos catadores do carrefa, um galpão conforme eles tinham solicitado, está poderia ser uma ação provisória para que o governo estude uma melhor forma e local para o trabalho dos catadores. O galpão inicialmente identificado pelo Administrador está localizado na estrutural, fato que pode evitar o problema com a locomoção, na mesma hora a Coordenadora do CIISC (Mari Trindade) negociou a disponibilização de duas vans pela CODHAB, para realizar o transporte da entrada do Lixão ate o galpão, uma equipe da GSI ficou de ser acionada para realizar a segurança do local, também ficou acordado que será solicitada a realização, de pelo menos, uma viatura da PM para acompanhamento do processo e, também, ficou destacada uma equipe do SLU para vistoriar o local e acompanhar o grupo de catadores na locomoção.

A reunião foi retomada às 17h para dar encaminhamento da questão o material dos grandes geradores. O material do “carrefa” será encaminhado para Galpão da Bradisel (a liberação do galpão foi negociada pelo administrador do RA). O Governo disponibilizou duas vans, para iniciar o transporte no dia 26/05, para conduzir os catadores para o Galpão onde o material será enviado. O local de encontro será na entrada do lixão. Será solicitado que a GSI faça a segurança do local (Galpão emprestado). O SLU vai operacionalizar um processo de trabalho para garantir que os rejeitos que ficarão depositados no Galpão sejam retirados e haja a limpeza do local. As questões relativas ao trabalho de crianças e adolescentes será resolvido pelo Conselho Tutelar.

No dia 26/05 os catadores foram conduzidos para o Galpão (com atraso de duas horas) com carro da Valor, os veículos da CODAHB não compareceram. O local viabilizado pela Administração da Estrutural foi alterado e o novo galpão colocado à disposição não tinha vias de acesso e a infraestrutura mínima (sem água e banheiros), motivo pelo qual os catadores não aceitaram o referido espaço, justificando que era muito pequeno, que não tinha uma estrutura adequada e

que, mesmo antes de chegar o primeiro material, os moradores começaram a reclamar, inclusive dizendo que se o lixo fosse despejado perto das suas casas poderiam “tacar” fogo no galpão. Assim, os catadores imediatamente retornaram para o lixão e fecharam a entrada, impedindo o trânsito de veículos e a disposição do lixo no local.

No dia 27/05 (período matutino), foi realizada nova rodada de negociação, ocasião em que foi oferecido o espaço de trabalho no P-Sul, com transporte (ônibus da Valor Ambiental) e recebimento do material dos supermercados e Shoppings. Logo após a reunião, uma Assessora do SLU foi dialogar com as presidentes das cooperativas que atuam no P-Sul, para informar que provisoriamente um novo grupo seria instalado para trabalhar em local (separado do espaço dos catadores da APICORC e Cataguá). No meio da tarde uma equipe de catadores foi vistoriar o local, acompanhados por Assessor da DITEC/SLU e da Diretora da DILUR (Alessandra), ocasião em que ficou acordado uma limpeza geral na área e em especial dos banheiros (equipe de limpeza de monumentos), corte do mato nas proximidades e abastecimento da caixa d'água. Os catadores aceitaram o local, as presidentes das duas cooperativas deram as boas vindas e ficou acertado que a partir do dia seguinte o material seria entregue. No dia 28/05 o trabalho iniciou no local, os catadores foram transportados no horário acertado e o trabalho iniciou sem problemas no local. O Catador Bruno ficou responsável pelo diálogo com o SLU.

Encaminhamentos

1. Policiamento ostensivo negociado no dia 24/05/15:

- Entrada 12 – Administrativo
- Única entrada permitida CMR – Portaria registro (entrada e saída)
- Ronda policial em todo o perímetro
- Presença de policiamento interno nas vias interna e frente de trabalho (fortalecer vigilância/Valor Ambiental e GSI)

2. Operação negociada no dia 24/05/15:

- Deslocar frente de trabalho/caminhões (V.A)
- Não admitir pessoal carona de veículos (PM/SECRIA)
- Fiscalização disposição resíduos em local inadequado (GSI)
- Não permitir entrada de alimentos sem descaracterizar (SLU)
- Segurança frentes de trabalho – 2 praças (catadores x Maquinas + caminhões) (V.A)
- Impedir entrada de galhadas (A.R e NOVACAP)
- Tirar o curral – Fazer a cerca
- Proibir entrada de carroceiros

3. Equipe de negociação do dia 25/05/2015:

- No período da manhã o Silvano e Jaira responderam os questionamentos dos catadores e ficou acordado que seria feita uma reunião (17h) para que todas as propostas colocadas sejam respondidas. A questão principal colocada foi a retomada da entrega do material dos supermercados e grandes geradores.
- A reunião foi retomada às 17h para dar encaminhamento a questão do material dos grandes geradores.
- O material do “carrefa” será encaminhado para Galpão da Bradisel (a liberação do galpão foi negociada pelo administrador do RA).
- O Governo disponibilizou duas vans, no dia 26/05, para conduzir os catadores para o Galpão que o material será enviado. O local de encontro será na entrada do lixão.
- Será solicitado que a GSI faça a segurança do local (Galpão emprestado)
- O SLU planejara amanhã operacionalização do trabalho para garantir que os rejeitos que ficarão depositados no Galpão sejam retirados e haja a limpeza do local.
- As questões relativas ao trabalho de crianças e adolescentes será resolvido pelo Conselho Tutelar.
- Foi solicitado pelo presidente da Plasferro a presença do SAMU e bombeiros para atender os catadores no momento do acidente (fogo e corte com vidro). A questão será levada para negociação e retorno.

Providencias

Ficou a cargo da Valor Ambiental

- Coletes catadores – Numerados
- Crachás catadores – Numerados
- Placas indicando resíduos aceitos

Ações
1. PCDF:

- Foi disponibilizado pelo Sr. Flávio Messina de ser realizada biometria, caso não tenham cadastro no DF pode ser disponibilizado uma equipe para que seja realizado o cadastramento de identificação no DF. O início está previsto para quarta-feira 27/05/2015 às 10h e terá duração de 10 dias.

2. SLU/V.A/GSI:

- Permitir a entrada somente de catadores com registro no DF. A entrada no dia 25/05 será liberada para catadores até às 10h e os caminhões a partir das 12h.

3. SECRIA:

- Será disponibilizado contato direto para que possa intensificar as ações do conselho tutelar no Lixão, a partir do dia 25/05/2015 às 07h, quanto tempo for necessário.

4. INESC:

- Apoio dos estagiários para a identificação biométrica que será disponibilizada pelo PCDF na quarta-feira 27/05/15.

5. Valor Ambiental:

- Prazo para cercamento da área crítica é até o dia 29/05/15 e até o dia 15/06/15 serão terminados os demais pontos, Sr. Gilson se comprometeu de rever e realizar a colocação de mais uma fileira de arame nos pontos que ficaram muito espaçados.

6. DETRAN:

- Realizar duas blitz semanais próximos ao Lixão (na região da estrutural), desde que tenha o apoio policial, o local será próximo a administração em horários alternados. O contato será realizado por parte do Detran. Será procurado um meio na forma da lei para a retirada dos veículos estacionados dentro do lixão (Placa, informativos, etc). Será encaminhado ofício pelo SLU solicitando as placas de sinalização de proibido estacionar junto com a instrução normativa do SLU.

7. SEDHS:

- Após o cadastramento da PCDF, fazer o levantamento do CadÚnico – Prazo 03/06.

8. Ações para o dia 26/05

- **Contato dono Galpão:** José Bento – Cel: 9666-3951 – Endereço: Q. 08. Lote 5 a 13 – Setor de oficinas estrutural – Bradisel
- **Chave local** – Evanildo
- **Operação do SLU no Galpão às 07:30** – Francisco, Socorro e João
- **Vistoria (Fotos e detalhamentos)** – Lucrécia
- **Trash/Capital/Ac Papeis (Acordo: Horário: 10h as 14h e limpeza do local e enviado para o aterro)** – Francisco Mendes
- **PM (Cel. André) 4 viaturas de 09h às 18h** – Kátia
- **GSI – 5 pessoas** – Cícero (Contato realizado 25/05) – OK
- **Transporte catadores – vans CODHAB (Luiz – 9134-9476 / Gilson – 9384-9563)** – Mari
- Lixão: 27/05/15
- **Equipe SLU às 07h** – Tupac, David, Cícero, Sizue, Alessandra e Luizinho
- **07h abertura – Maquinas + caminhões e catadores** – Cícero

9. Nova rotina operacional
10. Abertura do Lixão: 27/05/15

- Cícero, Tupac, João (Estrutural), Chiquinho e Galego
- Reunião dos Catadores – Evanildo, Cel. André, Chiquinho, Luizinho, Jaira, Silvano e Mari
- Acompanhamento PM – Tupac e João (Estrutural)
- Acompanhamento PCDF – Jana, Júlio e Andrea
- Valor Ambiental – Alessandra
- GSI – Alessandra
- Balanças – Galego

- Conselho Tutelar – Socorro
- Detran –
- Hanover –

11. Carrefa (A/B/C)

- João Eudes e João (Brazlândia)
- Preparar espaço com a Valor Ambiental – Aurílio e J. Eudes
- Organizar movimentação carga – Aurílio e J. Eudes
- Recepcionar Catador – João (Braz) e Aurílio
- Recepcionar Cargas - João (Braz), Aurílio e João Eudes
- Cobrança de serviço – Edmundo e Francisca
- Transportadoras Trash/Capital/AC Papéis - PC
- Supermercados - Alimentos – Sizue e João Eudes

12. Transbordo (A/B)

- Daniel
- P Sul –
- Gama –
- Sobradinho –
- L4 Sul –
- Emergência (Planaltina GO) –
- 7,5 a 8 mil toneladas 320 viagens carretas (V.A = 9 / SUS = 5) carretas

13. Mídia

- Paulo Celso

Responsável pelas anotações – Nome – Telefone – E mail

Marciano Cley – 9214-4179 – marcianocley@gmail.com

ANEXO VIII

DECRETO Nº 36.528, DE 29 DE MAIO DE 2015

Declara a situação de emergência e de perigo no âmbito da Limpeza Pública do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência no âmbito da limpeza pública do Distrito Federal. Art. 2º Durante a vigência do presente decreto, não ficam afastados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, observando-se, também, o seguinte:

I – todos os procedimentos administrativos serão executados em estrita observância às normas constitucionais e federais, sobretudo às Leis nºs. 11.445/2007, 12.305/2010, 8.666/1993, e 10.520/2002, especialmente a Lei Distrital nº 5.418/2014;

II – fica autorizada a contratação direta de bens e serviços indispensáveis à manutenção da prestação de serviços de limpeza pública, condicionada à demonstração de que é a via adequada e efetiva para eliminar o risco de paralisação dos serviços de limpeza urbana, de manejo dos resíduos sólidos e de sua disposição final, bem como de que os prejuízos advindos com a não contratação não são passíveis de recomposição, sem prejuízo de observância dos demais requisitos legais;

III – A situação de emergência não exime a demonstração da obtenção da melhor contratação possível para atender à necessidade emergencial.

Art. 3º Durante a situação de emergência prevista nesta norma, o titular da entidade gerenciadora dos serviços de limpeza pública do Distrito Federal poderá requisitar profissionais da área de engenharia e demais servidores da atividade meio de outros órgãos e entidades no âmbito distrital para atendimento das demandas urgentes e necessárias a regularização dos serviços de limpeza urbana, de manejo dos resíduos sólidos e de sua disposição final, observada a capacidade de atendimento do órgão ou entidade da requisitada;

Art. 4º Será encaminhado, à Corregedoria Geral do Distrito Federal, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, relatório circunstanciado com a motivação precisa de todas as ocorrências que ensejaram a situação de emergência.

Parágrafo único. Enquanto durar a situação de emergência será produzido relatório mensal a ser encaminhado aos Órgãos referidos no caput com as ações e medidas adotadas para normalizar os serviços de disposição final de resíduos.

Art. 5º Todos os órgãos da administração direta e indireta do Distrito Federal são igualmente responsáveis, nos limites de suas atribuições legais, pelo cumprimento das medidas administrativas necessárias, de forma prioritária, visando o cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 33.949, de 17 de outubro de 2012 e o de nº 35.411, de 08 de maio de 2014. Brasília, 29 de maio de 2015. 127º da República e 56º de Brasília

RODRIGO ROLLEMBERG

Fonte: Publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 104, pág. 4, de 01/06/2015.

ANEXO IX –
SISTEMATIZAÇÃO DAS RODAS DE CONVERSA COM OS
CATADORES

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL,
RELACIONADA AO TRABALHO DE
INTERVENÇÃO
NO LIXÃO DO JÓQUEI



Governador

Rodrigo Rollemberg

Vice-Governador

Renato Santana

Secretário de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos

Julio Cesar Peres

Diretora Geral do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU/DF)

Heliana Kátia Tavares Campos

FICHA TÉCNICA

Supervisão/Coordenação Geral

Heliana Kátia Tavares Campos

Diretora Geral do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU/DF)

Elaboração de Texto

Equipe Aspla

Fotografias Créditos:

Andrea Portugal Fellows Kuhnert Dourado

Hellyda Fernanda Silva Severo

Jaira Maria Alba Puppim

Marciano Clay Chimenes

Winie Vasconcelos

Equipe Técnica SLU/DF

Silvano Silvério

Diretor Adjunto

Paulo Celso dos Reis Gomes

Diretor Técnico

Ana Lucia Lemos Rosa

Chefe da Procuradoria Jurídica

Jaira Maria Alba Puppim

Chefe da Assessoria de Planejamento

Andrea Portugal Fellows Kuhnert Dourado

Assessora Especial

Marciano Cley Ferreira Chimenes

Assessor Especial

INTRODUÇÃO:

O SLU realizou em fevereiro de 2015 um diagnóstico dos principais problemas existentes no Lixão e ordenou-os em 05 temáticas (Ambiental Gestão do SLU, Catadores, Compradores, Contravenções). Após o diagnóstico o Governo do Distrito Federal - GDF publicou o Decreto nº 36.437, de 02 de abril de 2015 para organizar um Grupo de Trabalho (GT do Lixão) para, no prazo de 60 dias, ampliado por mais 60 dias (Decreto nº 36.618/2015, de 20 de julho 2015) para definir soluções para a eliminação das irregularidades existentes no espaço.

Dentre os problemas destaca-se a ocorrência de acidentes graves e fatais, inclusive num único bimestre ocorreram duas mortes fatais. A versão preliminar do Plano foi elaborada, mas antes da publicação para consulta pública, os técnicos do SLU ouviram parceiros e receberam críticas, especialmente na questão da participação direta dos grupos envolvidos. A Roda de Conversa foi definida como uma das estratégias para contemplar a visão dos grupos envolvidos no processo de gerenciamento dos resíduos sólidos e na reciclagem. Inicialmente foram identificados 10 grupos que foram convidados para participar dos diálogos promovidos com técnicos do SLU, com apoio de um facilitador gráfico. Após os diálogos as informações são tabuladas para análise comparativa dos problemas na visão dos técnicos do GT do Lixão x problemas identificados pelos grupos envolvidos. Nova rodada é realizada com a devolutiva dos problemas e soluções identificados. A equipe de mediação de conflitos do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDFT acompanha as Rodas de Conversa para atuar nas situações mais críticas.

SUMÁRIO DAS RODAS DE CONVERSAS COM OS CATADORES

Objetivo	89
Objetivos específicos	89
Técnicas de abordagem	89
1. Roda de conversa – catadores do CARREFA	91
2. Roda de conversa – catadores mais antigos do Lixão do Jóquei.....	94
3. Roda de conversa – lideranças das cooperativas que atuam no Lixão do Jóquei ...	98
4. Roda de conversa – compradores e transportadores de materiais recicláveis que atuam no lixão do jóquei.....	102
5. Roda de conversa – funcionários da valor ambiental, GSI e SLU que trabalham no lixão do jóquei.....	105
6. Roda de conversa – associações e cooperativas responsáveis pela coleta dos resíduos da construção civil, RCC.....	108
7. Roda de conversa – representantes e presidente da Associação dos Supermercados de Brasília - ASBRA.....	111
8. Roda de conversa - associação de moradores e funcionários da Administração Regional da Estrutural.....	114
9. Roda de conversa - REDE ALTERNATIVA	118
10. Roda de conversa - mães que levam filhos crianças e adolescentes para trabalharem no Lixão do Jóquei.....	121
ANEXO IX.I – Listas de Presença das Rodas de Conversa.....	123

OBJETIVO

- Promover a participação social dos grupos envolvidos no Lixão do Jóquei dentro das ações que serão desenvolvidas pelo GT do Lixão do Jóquei.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar 10 grupos, a serem convidados pelo SLU, a participar das Rodas de Conversa;
- Identificar os problemas e soluções a partir do ponto de vista dos envolvidos com o Lixão do Jóquei;
- Tabular as contribuições dos grupos das Rodas de Conversa, para análise comparativa dos resultados obtidos com as ações previstas pelo GT do Lixão do Jóquei;
- Identificar pontos de convergência e de conflito para a devolutiva aos participantes da Roda de Conversa.

TÉCNICAS DE ABORDAGEM

No início um técnico do SLU explica o objetivo da Roda de Conversa. Em seguida, cada convidado se apresenta dizendo seu nome e o grupo a que pertence.

Os participantes são divididos em dois ou mais grupos, dependendo do tamanho da Roda. Cada grupo escolhe um relator. Se forem poucos os participantes a Roda se dá de maneira informal. Em seguida cada participante pontua os problemas. Após a listagem dos problemas são levantadas as soluções para resolver as questões levantadas.

Quando o grupo for composto de muitos participantes pode-se aleatoriamente entregar um papel numerado de um a quatro para a formação de grupos. Os que receberem o nº 1, formam o grupo 1; quem receber o nº 2, forma o grupo 2, assim por diante até o grupo 4. Para facilitar os trabalhos, pode-se designar 04 duplas de técnicos e estagiários (as), ficando dois grupos para identificar os problemas e os outros dois grupos para pontuar os problemas. Cada grupo escolhe um representante para relatar os problemas ou as soluções encontradas pelos participantes do seu grupo.

Enquanto os participantes explicitam os problemas e as soluções, um técnico escreve em tarjetas e o profissional utiliza a Técnica de Facilitação Gráfica, tornando compreensíveis por meio de desenho os problemas e soluções inclusive para os não alfabetizados.

Uma equipe de mediação de conflitos do TJDFT acompanha as Rodas de Conversa para atuar nas questões mais críticas, se necessário.

O material obtido é tabulado e sistematizado e é estabelecido um prazo de dez dias para a devolutiva a cada Roda de Conversa.

As rodas de conversa foram planejadas para realizar-se com 10 convidados de cada setor envolvido, com duração de duas horas. Do SLU participaram oito técnicos e três estagiárias que se revezavam nas rodas de conversa. Técnicos e estagiários do SLU respectivamente: Jaira Puppim, Andrea Portugal, Guilherme de Almeida, Tupac Petrillo, Francisco Mendes, Sizue Imanishi, Vinicius de Andrade, Marciano Clay; Carina de Oliveira Souza Rodrigues, Hellyda Fernanda Silva Severo, Lourramis Carolinne Sousa Matos.

Do TJDFT participaram 2 ou 3 técnicos em cada Roda de Conversa: Vera Lúcia Soares, Ludmila Suaid, Júnia Pessôa, Adriana Moreira Tostes Ribeiro, Gisele Ramos,

De algumas Rodas participaram Maria Amélia Cesar e Silva e Karina Alves Pereira, da empresa Valor Ambiental.

1. RODA DE CONVERSA – CATADORES DO CARREFA

CONVIDADOS: catadores de um setor interno denominado Carrefa¹⁰.

DATA: 03 de junho do ano de 2015, horário 09h50min às 11h00min.

LOCAL: Usina de Compostagem localizada no setor P.Sul/ Ceilândia.

DINAMICA DO TRABALHO DO GRUPO:

Como a quantidade de participantes era grande foram formados 4 grupos.

RESULTADO DO TRABALHO:

PROBLEMAS - Os problemas relatados pelo representante de cada grupo foram ausência de: material reciclável; união dos catadores; Equipamentos de Proteção Individual (EPI); da permissão para o trabalho aos menores de idade e que tenham filhos; segurança; comunicação do SLU em relação à transição dos catadores do Lixão do Jóquei para o P. Sul; de prudência dos motoristas; apoio técnico para organização dos catadores, quantidade de ônibus suficiente, extensão de rotas e estipulação de horários; de água encanada e energia; ter representantes das cooperativas consolidados; permissão para trabalhar aos sábados e feriados. A problemática que se destacou nos quatro grupos, foi à insuficiência de resíduos para o trabalho e produção.

SOLUÇÕES - A seguir os grupos, com novos representantes escolhidos dentre os catadores, discutiram e pontuaram as possíveis soluções: mais caminhões de materiais recicláveis que gerem produção; reunir todos os catadores em única cooperativa com a escolha de um representante; fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); permitir o trabalho àqueles jovens a partir dos 16 de idade e que tenham filhos; fiscalização por parte do SLU; haver uma organização interna e não descaracterizar os materiais recebidos dos supermercados e shopping; abastecimento de água; permissão para o trabalho nos finais de semana, pelo menos até às 13:00 h aos sábados.

¹⁰ “Carrefa”, área interna ao Lixão do Jóquei onde havia a disposição final de resíduos de alimentos vencidos de supermercados e shoppings (praças de alimentação) sem a descaracterização prevista em lei federal. Este procedimento foi proibido em 27 de maio de 2015.



FACILITAÇÃO GRÁFICA DA RODA DE CONVERSA



2. RODA DE CONVERSA – CATADORES MAIS ANTIGOS DO LIXÃO DO JÓQUEI

CONVIDADOS: 20 catadores de materiais recicláveis mais antigos que atuam no Lixão.

DATA: 08 de Junho do ano de 2015, horário 10h00min às 11h40min.

LOCAL: Administração do SLU no Lixão do Jóquei.

DINAMICA DO TRABALHO DO GRUPO:

Os catadores foram distribuídos em dois grupos que inicialmente pontuaram os problemas enfrentados na atividade de catação no Lixão e posteriormente as possíveis soluções do seu ponto de vista.

RESULTADO DO TRABALHO:

PROBLEMAS - Os problemas pontuados tanto pelos dois grupos foram falta de: segurança pública; estrutura no Lixão; certeza da renda após implantação dos Centros de Triagem; oportunidade de emprego dentro do próprio Lixão; certeza quanto o encerramento do Lixão; organização de informações; material reciclável de qualidade e impedir que o lixo hospitalar venha junto misturado; ter direito na porcentagem da pesagem dos materiais; aposentadoria dos idosos e aqueles impossibilitados de trabalhar; impedir a presença de crianças no Lixão (Trabalho Infantil); segurança (EPI); fiscalização da área; valorização dos catadores; banheiros; os catadores receberem benefícios; informação sobre os benefícios dos serviços já prestados;

reconhecimento como agente ambiental; impedir a permanência de crianças no aterro (usam drogas e roubam); segurança nas condições do trabalho; intercâmbio dos representantes das



cooperativas; fiscalização do SLU e dos catadores (as) sobre segurança; Identificar o número exato de catadores (as); responsabilidade do SLU para com os catadores (as); organizar o uso do pátio pelos catadores (as); acesso ao Jovem Candango para filhos de catadores (as); condições de trabalho.

SOLUÇÕES - As soluções pontuadas pelos dois grupos foram: ser reconhecido como trabalhador (seres humanos); receber pelos serviços prestados; ter direito a aposentadoria para os idosos catadores (as); diálogo com catadores (as); oportunidade de emprego no GSI¹¹; tirar as crianças do Lixão para evitar roubos; Fornecer EPI; ter vagas de empregos, aposentadorias e indenizações após fechamento do Lixão; viabilizar segurança; assegurar o INSS nos casos de acidentes; organização dos materiais (domingo não entrar com coleta seletiva); incluir

¹¹ GSI – empresa prestadora de serviço do Lixão do Jóquei, contratada pelo SLU, responsável por: fiscalizar, observar e controlar a entrada de pessoas e veículos ao interior do lixão .

crianças nos Programas do governo; retornar o auxílio vulnerabilidade; instalação de banheiros químicos; retirada do rejeito; contratação das cooperativas e associações; construção do Centro de Triagem; cadastrar os menores de idade para oportunidades de empregos; priorizar empregos com Carteira de Trabalho e Previdência Social para catadores (as); construção de galpões de triagem; pagamento dos serviços prestados; coleta seletiva de qualidade e quantidade antes de fechar o Lixão; diálogo das autoridades competentes (Terracap, SLU, Secretaria do Meio Ambiente, Ministério Público, GDF e Governo Federal) com os catadores (as); garantir trabalho para os catadores (as) após o fechamento do Lixão; construção e manutenção de banheiros; responsabilidade do governo federal, GDF, Órgãos Ambientais; conscientização dos catadores (as) pelos catadores (as) e SLU e cumprimento dos acordos; reuniões ao menos uma vez ao mês do representante com os catadores (as); presidentes de cooperativas levar informações; reconhecer o tempo de trabalho; biometria para marcar ponto/presença no maciço; ter policiamento; atividades educativas e incentivadoras para crianças; cadastro surpresa (várias vezes) de forma correta que garanta os benefícios; considerar os catadores (as) com carteirinhas de emergência; pessoas adequadas no lugar certo; 85% do material é rejeito “melhorar” o material da coleta seletiva; definir um responsável pelos catadores no pátio; vagas para filhos de catadores (as) no Jovem Candango; local adequado para trabalho como seres humanos e não como lixo (animal); cumprimento da Lei 12.305/2010.

FACILITAÇÃO GRÁFICA DA RODA DE CONVERSA



3. RODA DE CONVERSA – LIDERANÇAS DAS COOPERATIVAS QUE ATUAM NO LIXÃO DO JÓQUEI

CONVIDADOS: As lideranças das cooperativas: COORACE, PLASFERRO, COOPERE, AMBIENTE, SONHO DE LIBERDADE, CONSTRUIR, COOPERNOES, CONSEG.

DATA: 08 de Junho do ano de 2015, horário 15h20min às 16h42min.

LOCAL: Administração do SLU no Lixão do Jóquei.

DINAMICA DA ATIVIDADE:

Estavam presentes as lideranças das cooperativas: COORACE, PLASFERRO, COOPERE, AMBIENTE, SONHO DE LIBERDADE, CONSTRUIR, COOPERNOES e um membro da CONSEG, que informada pela presidente de uma das Cooperativas e teve interesse em participar.

Com o auxílio do mediador as lideranças foram pautando os problemas enfrentados nas cooperativas e posteriormente as possíveis soluções do seu ponto de vista.

RESULTADO DO TRABALHO:

PROBLEMAS:

COORACE: Insegurança dos catadores, quanto a sua renda, com o encerramento das atividades ilegais iniciadas no Lixão; local de trabalho sem estrutura e sem segurança; material reciclável insuficiente para o trabalho; falta da retirada dos rejeitos, de água e de energia elétrica no espaço físico da coleta seletiva; falta de auxílio que ampare os catadores(as) que mesmo doentes e/ou idosos continuam trabalhando; falta de atividades que priorizem os filhos dos catadores (as) com objetivo de retirar crianças e adolescentes da catação.

PLASFERRO: falta de: segurança, saúde, etc.; e galpões; atenção da Assistência Social para jovens e mães; apoio por parte do governo a quem possam recorrer; reconhecimento como catador; incerteza quanto ao que irá acontecer com os catadores (as) com o fechamento do Lixão; apoio dos órgãos públicos; posto de saúde; espaço de trabalho; equipamentos para realizar algumas tarefas como retirada dos rejeitos, eles dependem da Valor Ambiental¹² e material de péssima qualidade e muito misturado (orgânico e seco)

¹² Valor Ambiental - empresa prestadora de serviço do Lixão do Jóquei, contratada pelo SLU, responsável por: operar e manter o Lixão do Jóquei.

COOPERE: Falta de: informações e reunião com o SLU; espaço no Lixão para os catadores trabalharem; banheiros; convênios com o SLU; proibição de crianças trabalhando no Lixão; cobertura dos rejeitos, energia e piso cimentado; coibir crianças pegando carona nos caminhões; maquinários, água para os catadores poderem lavar latinhas, segurança, retirar o rejeito e ter mais espaço para o trabalho de catação; vagas nas creches para os filhos de catadores (as); respeito, diálogo dos funcionários das empresas prestadoras de serviço e SLLU com os catadores (as).

AMBIENTE: O catador (a) está exposto a todo tipo de doenças, contaminação por lixo hospitalar e não tem assistência a saúde; a coleta seletiva não foi implantada de forma adequada – a separação não é feita pela população; falta de estrutura (material adequado, equipamentos para o trabalho, segurança para o catador); falta de reconhecimento pelo serviço prestado – aposentadoria, reconhecimento da profissão; aprovação da PEC 309 (da previdência); o que vai acontecer quando fechar o lixão? (insegurança, sustento); falta de contratação de cooperativas e associações por parte do governo; promessas: Centro de Triagem/Galpão.

SONHO DE LIBERDADE: falta aprovação de abertura de crédito; o grande gerador tem de fazer o gerenciamento de seu resíduo, dar a ele a destinação adequada; participar da coleta seletiva; criar oportunidades iguais; falta de regularização da área; falta de maquinário; preconceito pelo fato de terem egressos do sistema prisional na cooperativa; falta de ajuda do

estado; faltam cursos de capacitação; falta re-socialização dos egressos do sistema prisional.



CONSTRUIR: coleta seletiva misturada com o lixo convencional; coleta seletiva ineficiente e o que chega não é de qualidade; construção atrasada dos galpões; não cumprimento da lei de resíduos sólidos; falta de

pagamento individual dos serviços prestados pelos catadores, por tempo de serviço.

CONSEG: pouco maquinário; falta de EPI; falta de atenção para risco de morte dos catadores; mulheres grávidas e idosos trabalhando no lixão; trabalho infantil; falta de segurança.

SOLUÇÕES - Diante dos problemas pautados, foram elencadas pelas lideranças as seguintes soluções: mobilizar e unir a comunidade em encontros ecumênicos; capacitação nos moldes da Fabrica Social; aposentadoria para catadores (as); Segurança Pública para impedir o risco à vida; estudo para identificar a motivação do Trabalho Infantil; melhorar a questão da Saúde; contratação dos catadores pelos serviços prestados; aumentar espaços das cooperativas; oportunidade de trabalho e valorização do ser humano; quantidade de material suficiente para o trabalho; reconhecer os direitos dos catadores; criação da oportunidade igual - reforçar as informações para as crianças da Estrutural, na perspectiva do direito; o governo apresentar o novo Plano de Coleta Seletiva; diálogo e pagamento pelos serviços prestados ao GDF e ao Governo Federal; criar vagas para filhos de catador (a); ter policiamento no Lixão; acelerar a construção dos galpões de triagem e melhorar a Coleta Seletiva; construir galpões no terreno da CENTCOOP doado pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU.

FACILITAÇÃO GRÁFICA DA RODA DE CONVERSA



4. RODA DE CONVERSA – COMPRADORES E TRANSPORTADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS QUE ATUAM NO LIXÃO DO JÓQUEI

CONVIDADOS: compradores e transportadores de materiais recicláveis.

DATA: 09 de Junho do ano de 2015, horário 10h40min às 12h00min.

LOCAL: Administração do SLU na Cidade Estrutural.

DINAMICA DA ATIVIDADE:

O início da Roda de Conversa se deu com a divisão dos participantes em dois grupos e cada comprador e transportador foi se apresentando.

PROBLEMAS - Os problemas relatados pelos representantes dos dois grupos foram falta de: condições financeiras para atender a exigência de manter os caminhões em situação regular; indefinição do destino dos compradores após o fechamento do Lixão do Jóquei; de reconhecimento da importância do trabalho do comprador; entrosamento entre os grupos que trabalham aqui (Lixão), espaço para lavagem das latinhas; máquina para o transporte (carregar) do material; e ainda presença de resíduos de alimentos no material; baixa qualidade do material comprado; dificuldade de liberar maquinário para carregar fardos; grupos de compradores com catadores não foram preservados, (muitos catadores são compradores mas não querem ser identificados como comprador); não retirada dos carros irregulares que transportam o material e

as prensas; energia suficiente para uso de equipamentos como prensa dentro do Lixão; espaço suficiente para a separação dos recicláveis; ameaça de retirada dos contêineres das cooperativas;

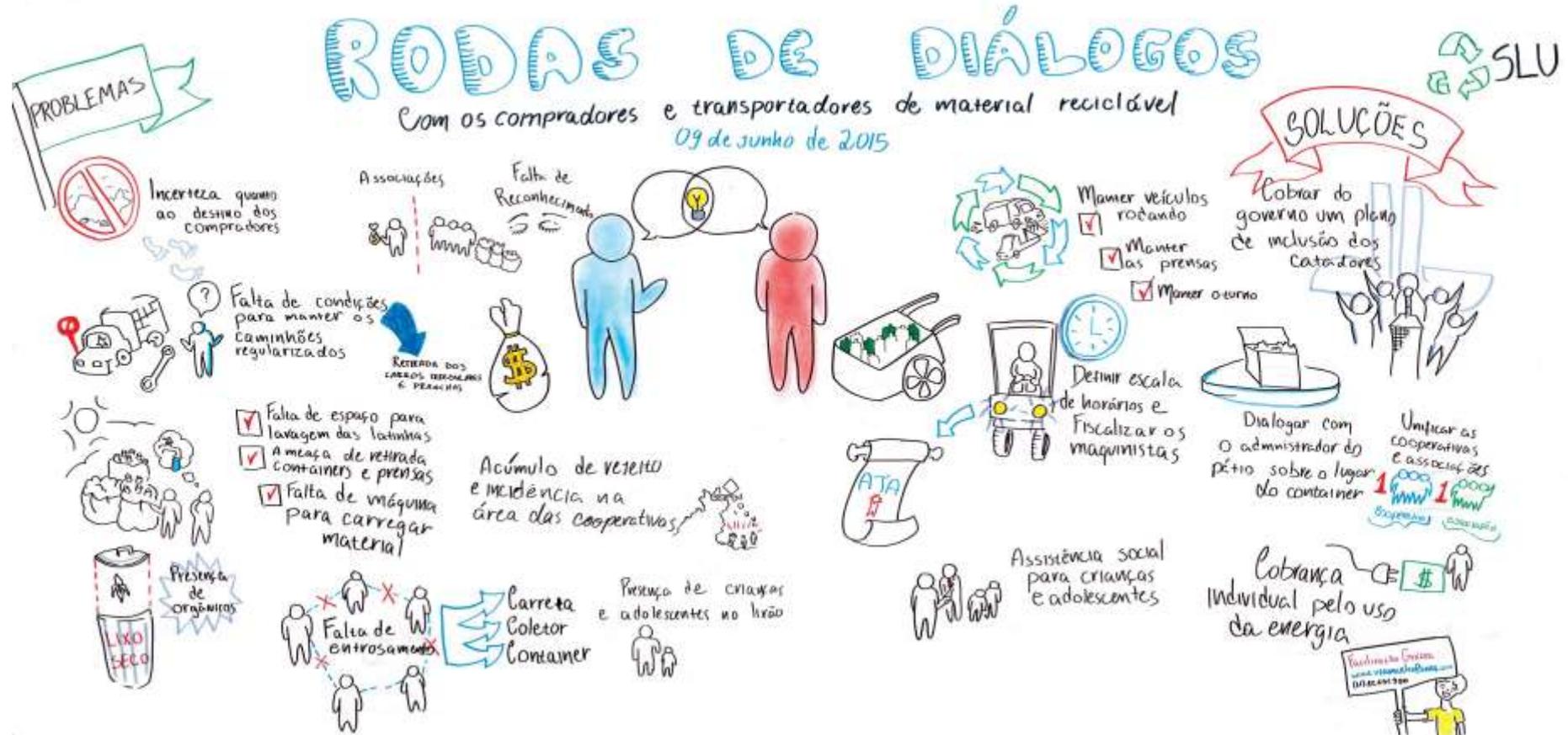


relações informais no carregamento dos caminhões dos compradores pela empresa Valor Ambiental; veículos e equipamentos sucateados ficarão ociosos com o encerramento do

Lixão; acúmulo de rejeito e risco de incêndio na área das cooperativas; risco de morte no Lixão, retirada das prensas das área de trabalho dos catadores.

As propostas de soluções identificadas pelos dois grupos foram: manter os equipamentos e veículos existentes atualmente; carregamento: manter o que foi acordado em ata; definir escalas (12/36) e fiscalizar o maquinista; unificar as cooperativas de catadores (as) e compradores (1 cooperativa + 1 associação); assistência a crianças e adolescentes no aterro; intensificar a presença da PMDF e Conselho Tutelar; dialogar com o Administrador do pátio, funcionário de empresa terceirizada, para delimitar o lugar do contêiner; identificar o Administrador do pátio para ter uniformes diferentes (melhor identificação); manter as prensas e cobrar a energia individualizada; maior atuação da empresa de vigilância; cobrar do Governo um Plano de Inclusão dos compradores.

FACILITAÇÃO GRÁFICA DA RODA DE CONVERSA



5. RODA DE CONVERSA – FUNCIONÁRIOS DA VALOR AMBIENTAL, GSI E SLU QUE TRABALHAM NO LIXÃO DO JÓQUEI

CONVIDADOS: funcionários da Valor Ambiental, GSI e SLU que trabalham no Lixão.

DATA: 09 de Junho do ano de 2015, horário 13h50min às 14h25min.

LOCAL: Administração do SLU no Lixão do Jóquei.

DINÂMICA DA ATIVIDADE:

A Roda foi realizada de maneira informal, onde cada participante foi pontuando os problemas visualizados no Lixão do Jóquei.

PROBLEMAS - Os problemas elencados foram: falta de espaço porque a Vila Estrutural imprensou o Lixão que está no limite; falta de atratividade fora do Lixão para as crianças; agressividade dos adolescentes; vandalismo; presença de crianças (inclusive levadas pelos pais para aumentar a renda); falta de respeito com os funcionários das empresas contratadas pelo SLU; não cumprimento do acordo feito pelos catadores para deixar um espaço para os caminhões manobram, catadores avançam em cima dos caminhões para catar; o acúmulo de rejeitos e o tempo seco pode causar incêndios; os funcionários são ameaçados pelos catadores; o uso das máquinas da Valor Ambiental para atender as cooperativas sem contrato; falta de ação do Poder Público; falta de equipamento para carregar o material triado pelos catadores nos caminhões dos compradores de material reciclável.

SOLUÇÕES - As soluções sugeridas foram: realizar mutirão de Ação Social com os órgãos Conselho Tutelar, Defensoria de Proteção à Criança (DPCA); Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA); manter a decisão de tirar o CARREFA; catadores nos centros de triagem; terminar o aterro sanitário; oferta do primeiro emprego para os adolescentes; remoção diária de rejeito - dentro do contrato; catadores nos centros de triagem; SLU ter menor aprendiz;

“A esperança é o aterro.”



FACILITAÇÃO GRÁFICA DA RODA DE CONVERSA



6. RODA DE CONVERSA – ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS RESPONSÁVEIS PELA COLETA DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, RCC.

CONVIDADOS: Associações e Cooperativas responsáveis pela coleta de resíduos da construção civil. ASCOLES e COOPERCOLETA

DATA: 10 de Junho do ano de 2015, horário 10h30min às 12h00min.

LOCAL: Administração do SLU no Lixão do Jóquei.

DINAMICA DA ATIVIDADE:

Nesta roda de conversa estiveram presentes 02 (dois) convidados, da Ascoles e da Coopercoleta que se apresentaram e falaram sobre os problemas e soluções a partir do seu ponto de vista .

RESULTADO DO TRABALHO:

PROBLEMAS – Falta de: coleta seletiva funcionando e espaço para catadores (fora do lixão); vias de acesso dentro do lixão; representatividade no grupo de trabalho do Lixão; local para descartar a poda; comunicação e prazo para cumprir as regras; sintonia entre os órgãos do governo; imposição de carona pelos catadores com crianças dentro do lixão, acidentes graves ou fatais; desorganização motivada; propostas de soluções para RCC sem resposta do governo; 10 anos para conseguir licenciamento da usina na FERCAL (IBRAM); morosidade da PGDF (licenciamento); Descontinuidade das ações do governo, SINDUSCON com postura corporativista; CTR não foi implantado; Comitê criado para discutir a lei não funcionou; Lei dos grandes geradores e Volumosos não foi implementado – (RCC e volumosos); ausência de pátio para entulho, despejo irregular; inoperância da AGEFIS; bota fora irregular nas Região

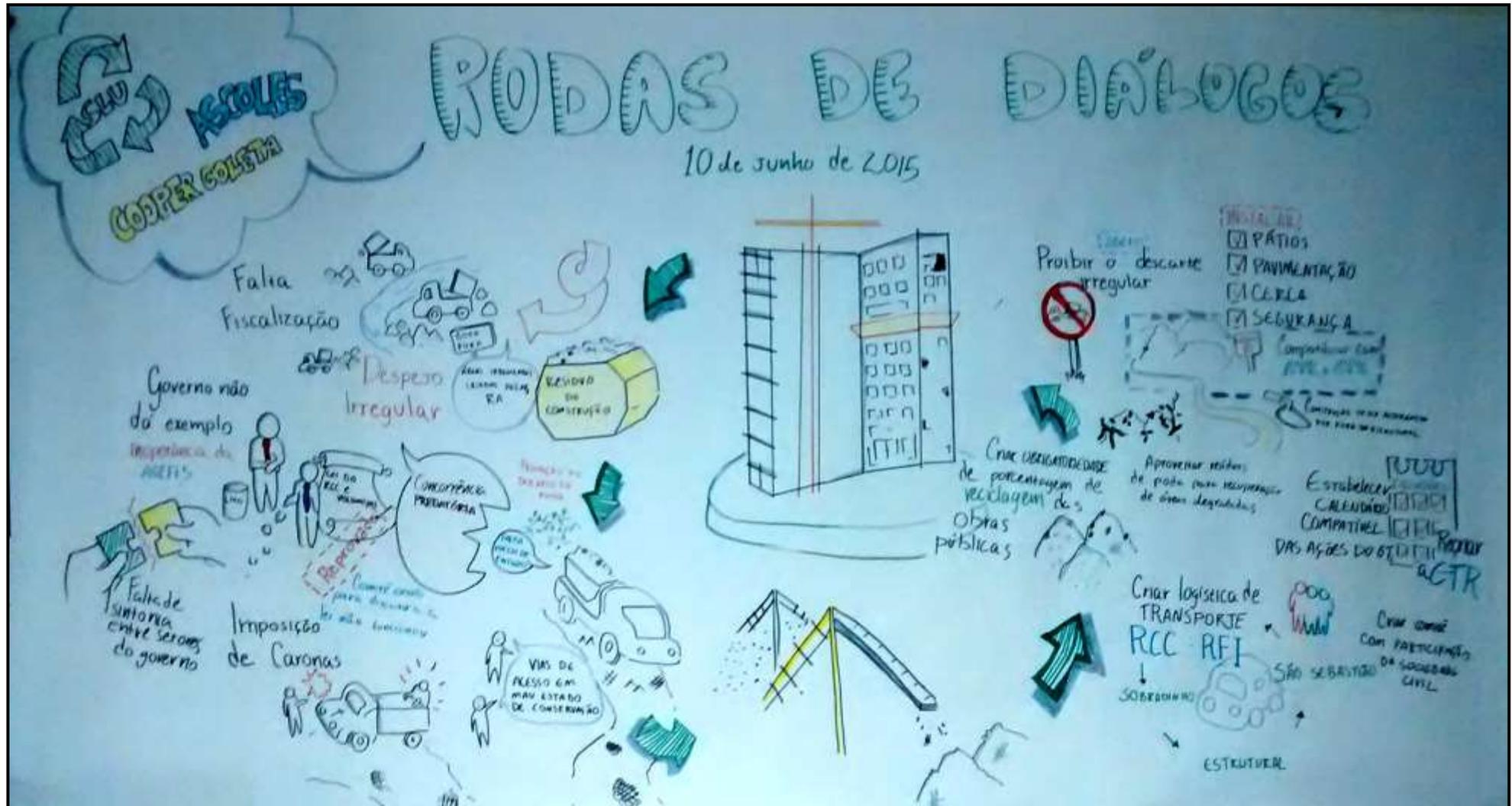


Administrativa; Governo não dá exemplo em relação a Resíduos da Construção Civil; vias de acesso em mau estado de conservação dentro do Lixão; concorrência predatória em relação as

empresas/pessoas que cobram para depositar em áreas de bota fora não regularizadas; despejo de entulho no maciço do Lixão do Jóquei onde não é permitido.

SOLUÇÕES – Coletas seletivas de qualidade para catadores; compatibilizar o fechamento com ATTR e Centros de Triagem funcionando com qualidade e quantidade de material; recriar a comissão de resíduos sólidos da construção civil, o CORC está em funcionamento; solução pacífica com catadores para evitar fechamento do lixão pelos catadores; estabelecer/negociar calendário compatível das ações do GT do Lixão; instalar balanças de pesagem dos caminhões no Lixão do Jóquei e definir pátios e pavimentação interna; operacionalizar o Aterro Sanitário Oeste nos moldes de Belo Horizonte; incluir nas obras públicas a obrigação de usar um percentual de material reciclado; Comitê com participação da sociedade civil; AGEFIS proibir o descarte irregular; antes de “cobrar” preparar a estrutura para receber os resíduos da construção civil e outros; construção de uma via de acesso alternativa de ao Lixão do Jóquei por fora da cidade Estrutural; garantir cerca, segurança e vias de acesso ao lixão; implantar unidades de Resíduos da Construção Civil na área do lixão; criar logística de transporte RCC, Sobradinho/ Estrutural/ São Sebastião; aproveitar entulhos para áreas degradadas.

FACILITAÇÃO GRÁFICA DA RODA DE CONVERSA



7. RODA DE CONVERSA – REPRESENTANTES E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS SUPERMERCADOS DE BRASÍLIA - ASBRA

CONVIDADOS: representantes e presidente da Associação dos Supermercados de Brasília-ASBRA.

DATA: 10 de Junho de 2015, no horário de 16h30min às 17h54min.

LOCAL: Associação de Supermercados de Brasília. SCS- Quadra 01, Bloco I, Edifício Central. Sala 1201.

DINAMICA DA ATIVIDADE:

O início da 7ª Roda de Conversa se deu com o Marcelo (presidente da ASBRA) situando os representantes dos grandes geradores de resíduos a respeito do objetivo da Roda. Estiveram presentes representantes do OBA, EXTRA e do Grupo Pão de Açúcar.

RESULTADO DO TRABALHO:

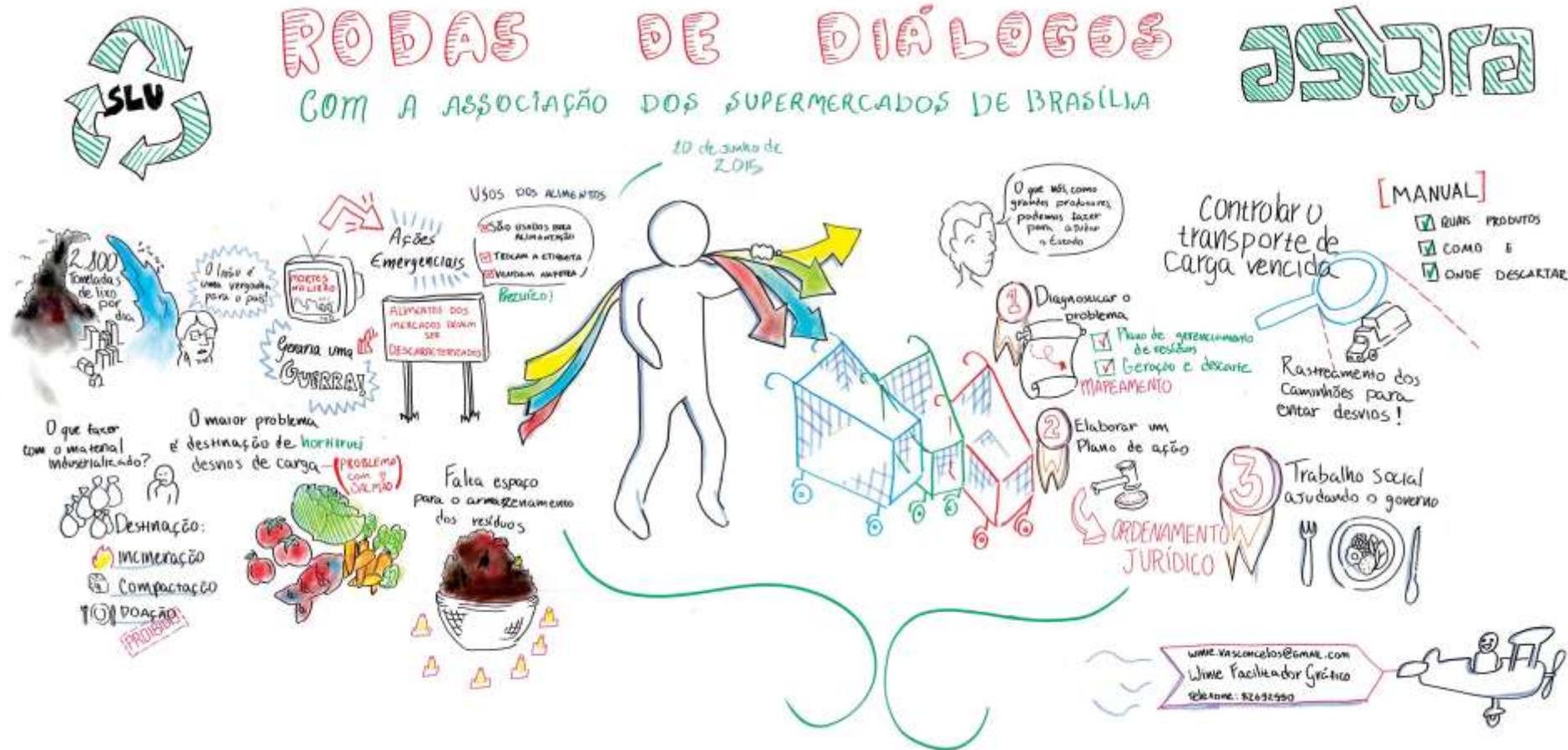
PROBLEMAS - Os principais problemas pautados foram: alimentos terem que ir descaracterizados para o descarte no Lixão; pessoas que agem de má fé dentro e fora dos supermercados; o descarte quanto aos produtos industrializados; necessidade de um mapeamento para ter controle das cargas dos materiais a serem descartados; sequestro de cargas; ter a possibilidade dos mercados serem criminalizados por estarem doando alimentos (transtorno muito grande); impossibilidade de ficar com o material acumulado dentro dos pátios dos mercados; os motoristas sofrem muitas ameaças ao descartarem os produtos dos supermercados.

“A carga compactada de alimentos não possibilita reaproveitamento para consumo alimentício pelos catadores”, afirmou o representante do Extra.



SOLUÇÕES - O SLU trabalhar na parte operacional e os supermercados procurarem saber qual a melhor maneira do descarte dos materiais vencidos; ordenamento jurídico para a questão dos alimentos; elaborar manual para descrever: quais produtos, como e onde descartar; controlar o transporte de carga vencida, rastreamento dos caminhões para evitar desvios; parceria da ASBRA com o governo no Banco de Alimentos; elaborar diagnósticos para o gerenciamento do descarte; uso de sacos de cimento na composição de novas sacolas de supermercados. Houve discussão sobre os alimentos a vencer nos supermercados e a possibilidade de distribuir ao banco de alimentos para atender cooperativas e associações de catadores.

FACILITAÇÃO GRÁFICA DA RODA DE CONVERSA



8. RODA DE CONVERSA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA ESTRUTURAL

CONVIDADOS: Associação de Moradores e Funcionários da Administração Regional da Estrutural.

DATA: 11 de Junho de 2015, no horário de 09h50min às 11h00min.

LOCAL: Administração Regional da Estrutural.

DINAMICA DA ATIVIDADE:

Na 8ª roda de Conversa estiveram presentes 10(dez) convidados.

RESULTADO DO TRABALHO:

PROBLEMAS - Os problemas relatados foram: vinculação do nome da cidade com o Lixão; sujeiras caem dos caminhões dentro da Cidade Estrutural; rotas de caminhões passando por dentro da cidade: demora na construção e operacionalização do novo aterro; muito odor; falta de educação dos motoristas dos caminhões que transportam o material para o Lixão; falta de representatividade das cooperativas; presença de animais domésticos no Lixão; resíduo da construção civil nas nascentes; falta de tratamento do chorume e despejo inadequado; falta de comunicação/esclarecimento do SLU sobre as decisões que possam impactar a comunidade/população da Estrutural no Aterro do Jóquei com a população; exaustores para resolver os gases do lixão não funcionam; falta de fiscalização no cumprimento das rotas do anel viário; falta anel viário exclusivo para caminhões com destino ao Lixão pois a via atual é utilizada para tráfego de veículos em geral; presença de crianças e adolescentes no Lixão; falta de fiscalização e pardais que coíbam o transito de caminhões nas áreas mais populosas da Cidade Estrutural; preconceito sofrido pelos moradores da Cidade Estrutural por abrigarem um Lixão; trabalho simultâneo de pessoas x maquinas no Lixão; queda na remuneração dos catadores; dúvida de como será o tratamento do chorume após o fechamento do Lixão; ocupação irregular; violência, drogas, marginalidade no Lixão; falta de solução para o trabalho dos catadores; necessidade do SLU reunir todos os catadores para comunicar as novas regras no Aterro Controlado do Jóquei; falta educação ambiental da população; falta de tratamento ambiental do maciço do Lixão (gás, chorume e lixo); falta de contratação dos catadores por parte da Valor Ambiental;

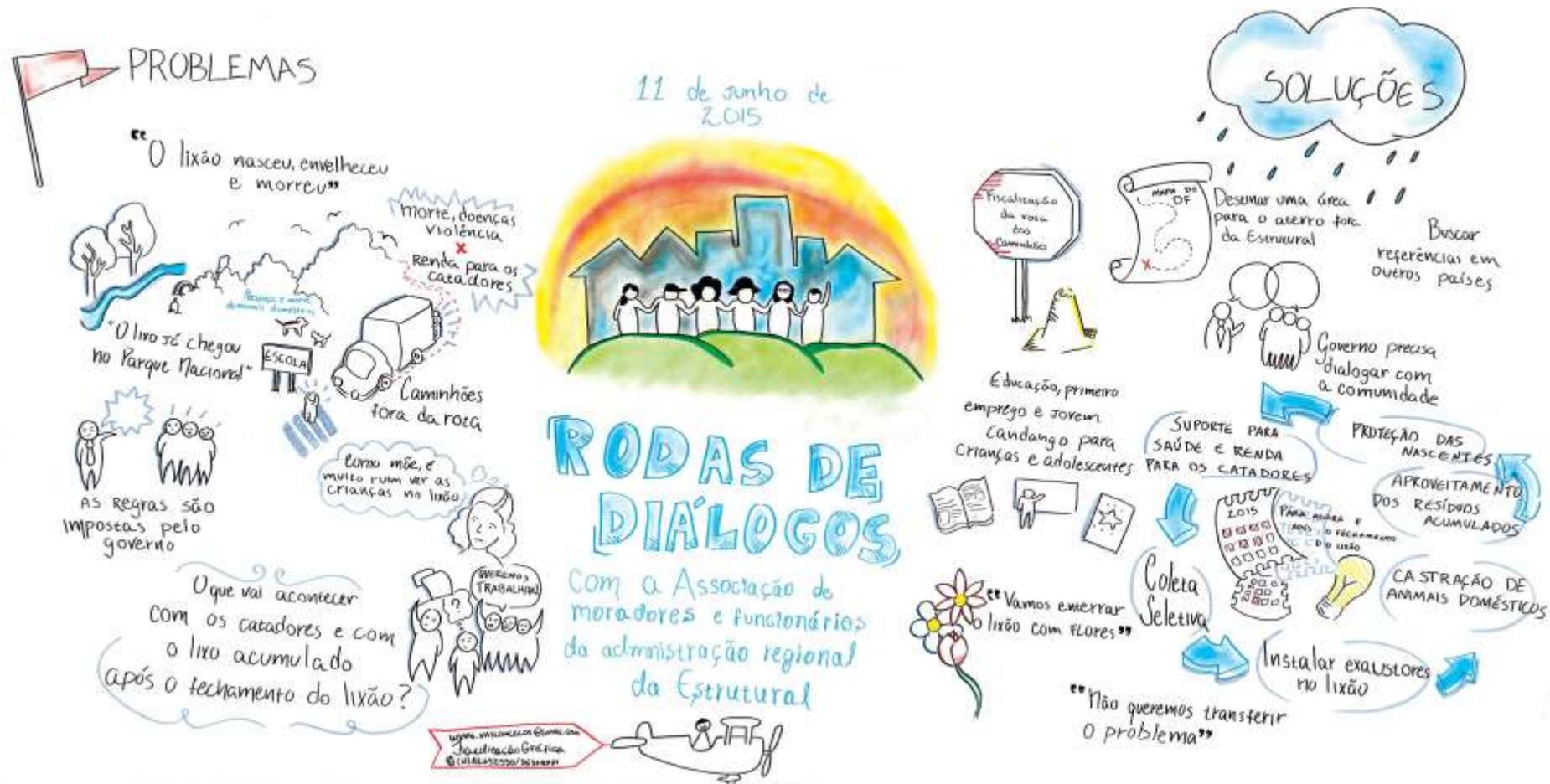


SOLUÇÕES - As soluções identificadas foram: ter campanhas publicitárias para a conscientização do consumo; educação ambiental da população; contratação dos catadores para prestação de serviços; soluções para o trabalho dos catadores; buscar soluções em outros países que conseguiram solucionar essa problemática; fazer Intercâmbio Internacional para buscar tecnologias de tratamento de lixo; SLU deve impor regras e limites no Lixão (reunir todos os catadores); obedecer a entrada principal do Lixão por parte dos caminhões de coleta; ter diálogo com todos os catadores, pois alguns representantes de cooperativa não passam informações; tratamento do maciço (Gás, chorume e lixo); acesso aos programas de saúde para tratamento de pessoas doentes que estão no Lixão; adesão dos órgãos do governo a Coleta Seletiva Solidária (enviando para as cooperativas); Governo deve cumprir a Lei do fechamento do Lixão (Lei nº 12.305/2010); construir um aterro longe da população (terreno afastado); indenizar os catadores; castração de animais; integração dos Serviços Públicos prestados a população; capacitação para os catadores trabalharem nos galpões; melhorar a Coleta Seletiva; reflorestamento da área do Lixão (recuperação); melhorar as vias da Santa Luzia com o entulho dos resíduos da construção Civil; sinalização com pardal para coibir acesso/passagens de caminhões em áreas da população mais densa; ter exaustores no Lixão; cascalhos ou entulhos tratados nas ruas da Santa Luzia; ter coleta de lixo na Santa Luzia e ter contêineres; informar a população sobre o andamento da construção dos galpões para os catadores (as); indenização para os catadores; SLU deve impor limites e regras de funcionamento do Lixão; buscar soluções dos resíduos em outros países que conseguiram solucionar essa problemática; capacitação para os catadores trabalharem nos galpões; integração dos serviços públicos prestados a população; acesso ao serviço de saúde para tratamento de pessoas doentes que estão no Lixão; apresentar para a população andamento da

construção dos galpões para os catadores; coleta de lixo na Santa Luzia (contêineres);
Governo deve cumprir a lei do fechamento dos Lixões;



FACILITAÇÃO GRÁFICA DA RODA DE CONVERSA



9. RODA DE CONVERSA - REDE ALTERNATIVA

CONVIDADOS: Diretoria da Rede Alternativa

DATA: 17 de Junho de 2015, no horário de 14h30min às 16h10min.

LOCAL: Sala da Assessoria de Planejamento no SLU, 9º andar do prédio Venâncio 2000.

DINAMICA DA ATIVIDADE:

Na 9ª Roda de Conversa cada participante se apresentou com o nome e a instituição a que pertence.

RESULTADO DO TRABALHO:

PROBLEMAS - coleta Seletiva ineficiente; Coleta convencional é mais “rica” que a coleta seletiva; caminhão da Coleta Seletiva e da convencional passam no mesmo dia e recolhem os resíduos misturados nos domicílios; não há contrato para retirada do rejeito das cooperativas; os catadores não sabem o que fazer após o fechamento do Lixão, se vai haver intervalo entre o fechamento do Lixão e a entrega dos Centros de Triagem que serão construídos ou reformados; falta de Centro de Triagem para as cooperativas; falta de fiscalização, pelo SLU da Coleta Seletiva; espaço de trabalho insuficiente para as cooperativas que trabalham na Coleta Seletiva no Lixão; falta divulgação e conscientização sobre a Coleta Seletiva junto a população; gestão irregular das cooperativas com exploração dos catadores; roubo de bags entre cooperativas que atuam no Lixão do Jóquei; falta de transparência e

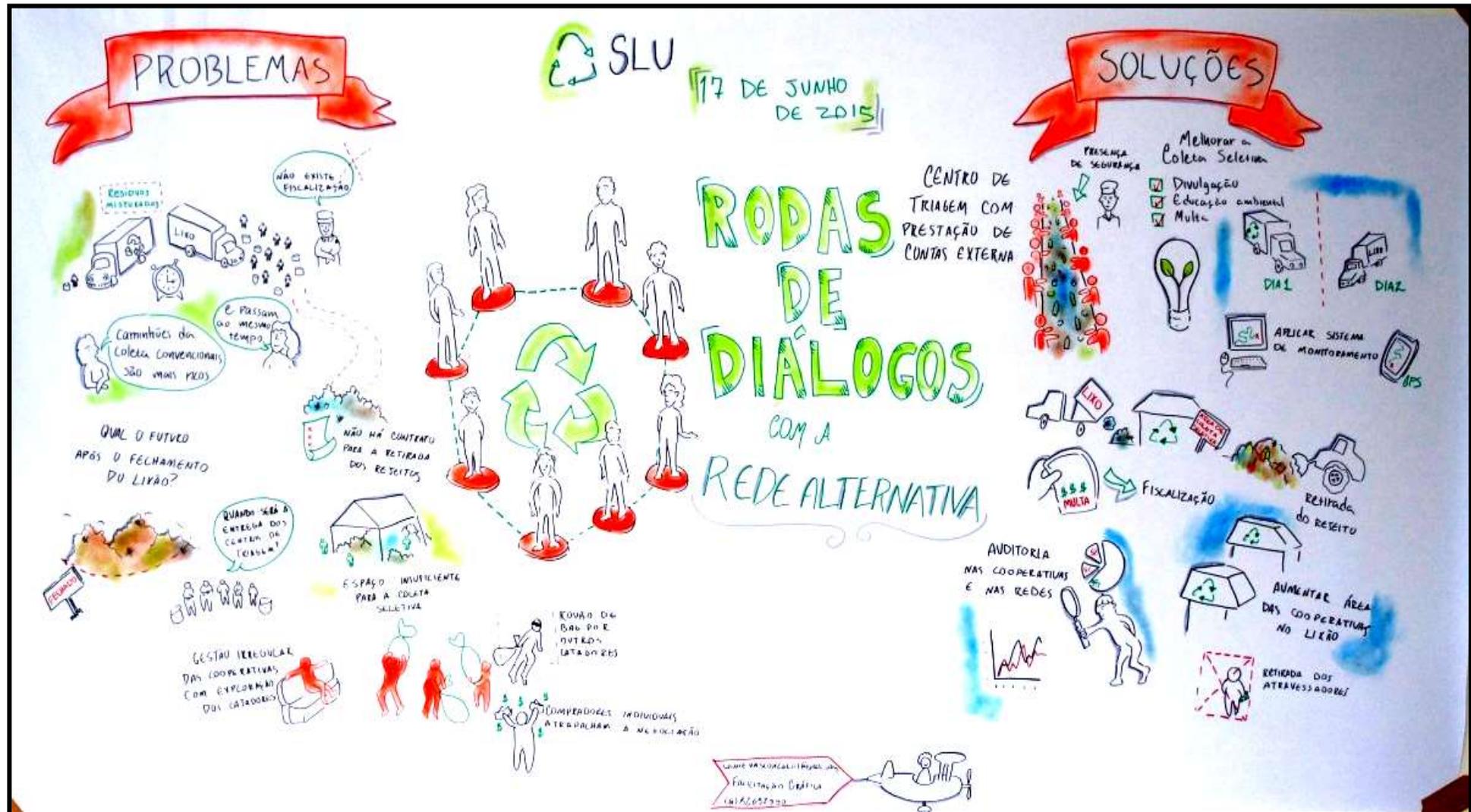
gestão das
cooperativas;
faltam
máquinas para
carregar os
bags das
cooperativas
que atuam no
Lixão do



Jóquei; atravessadores que compram o material direto da mão do catador atrapalham a comercialização do material.

SOLUÇÕES - normatização e multa para as empresas de Coleta Seletiva que não estão cumprindo o contrato; divulgação - educação ambiental eficiente; fiscalização das empresas que fazem a Coleta Seletiva e Coleta Convencional; caminhões passarem em dias alternados para Coleta Convencional e outro dia para a Coleta Seletiva; GPS nos caminhões de coleta com sistema de monitoramento e controle; retirada do rejeito das cooperativas com contratação das redes de cooperativas de catadores; entregar os Centros de Triagem antes do fechamento do Lixão; Centro de Triagem equipado com recebimento de material reciclável suficiente para uma renda digna dos catadores; fiscalização da Coleta Seletiva pelo SLU; aumentar as áreas de operação das cooperativas no Lixão; auditoria nas cooperativas e nas redes; contratação de segurança e vigilância dentro dos Centros de Triagem; Centro de Triagem com a prestação de contas externas (governo); ter mais máquinas e operadores preparados para lidar com o catador na operação do Lixão do Jóquei; retirada dos atravessadores do Lixão.

FACILITAÇÃO GRÁFICA DA RODA DE CONVERSA



10. Roda de Conversa - Mães que levam filhos crianças e adolescentes para trabalharem no Lixão do Jóquei.

CONVIDADOS: Mães que levam filhos crianças e adolescentes para trabalharem no Lixão do Jóquei e a assistente social da empresa Valor Ambiental.

DATA: 13 de Julho de 2015, no horário de 10h00min às 10h59min.

LOCAL: Administração do SLU no Lixão do Jóquei.

DINAMICA DO TRABALHO DO GRUPO:

A 10ª Roda de Conversa se deu a partir de 3 (três) mães que levam filhos crianças e/ou adolescentes para o Lixão.

RESULTADO DO TRABALHO:

PROBLEMAS - Os problemas relatados pelas mães foram: Coleta Seletiva com lixo hospitalar; proibição de entrada de crianças; falta de Projetos priorizando os jovens; tem Projetos beneficiando jovem infrator e esquecendo filhos de catadores; faltam cursos gratuitos em benefício dos filhos de catadores; faltam creches para atendimento dos filhos dos catadores; faltam locais de convivência para crianças de 05 a 13 anos de idade; falta informação sobre as atividades de como inscrever os filhos nos Projetos; faltam banheiros para os catadores nas frentes de trabalho do Lixão do Jóquei; a Coleta Seletiva vem misturada com a Coleta Convencional; catadores sem contribuição para o INSS, principalmente em caso de acidente de trabalho; política emergencial para catadores acidentados; só há punição para trabalho infantil, mas nada que beneficie; falta de escola integral; crianças são humilhadas na escola por morar na Santa Luzia e por serem filhos de catador de material reciclável.



SOLUÇÕES - As propostas de soluções identificadas pelas mães foram: Coletor de lixo hospitalar com um lugar específico para descartar separado das coletas convencional e seletiva; multar os moradores que não fizeram a separação correta para Coleta Seletiva; ter creche para as crianças e trabalho para os adolescentes; atividades para as crianças fora da escola; escola de tempo integral; priorizar os filhos de catadores para as vagas de emprego; cursos profissionalizantes; os presidentes das cooperativas levarem informações sobre o INSS aos cooperados; uma equipe do INSS realizar o cadastro dos catadores (as) no Lixão, ter uma política específica para contribuição ao INSS pelos catadores; ter o reconhecimento de catador como profissão; as escolas trabalharem a questão do preconceito com relação aos filhos de catadores (as).

Anexo IX.I – Listas de Presença das Rodas de Conversa



LISTA DE PRESENÇA	
Pauta:	Identificação dos possíveis problemas e soluções - Catadores (as) do Garrifa
Data:	03/06/2015
Horário:	09h 50 min. às 11h00 min.
Local:	Usina P. Eul

	Nome	Órgão	E-mail	Telefone	Celular
1.	Alan	Isolado			
2.	Ana Paula	Coopere			
3.	Anastácia	Ambiente			
4.	Bruno	Isolado			
5.	Bruno da Silva	Isolado			
6.	Camila	Isolado			
7.	Celina Alves Ferreira	Ambiente			
8.	Charles Teay da Silva	Ambiente			
9.	Carine de Jesus	Coopere			
10.	Daemar	Coopere			
11.	Daxid	Ambiente			
12.	Debera Pereira	Coopere			
13.	Deuças	Isolado			
14.	Edilson	Isolado			
15.	Edmilson	Ambiente			
16.	Edmilson	Ambiente			
17.	Eduardo	Estrutural			
	Elisângela Loução	Isolado			

LISTA DE PRESENÇA

Pauta:	Identificação dos possíveis problemas e soluções - Catadores (as) do Parrofa
Data:	03/06/2013
Horário:	09h 50 min às 13h 00 min.
Local:	Usina P. Sul

	Nome	Órgão	E-mail	Telefone	Celular
1.	Francisca	Coarace			
2.	Gardivânia	Coarace			
3.	Gilma	Coopere			
4.	Isaque	Ambiente			
5.	Marilda	Ambiente			
6.	Fanaira	P. Sul			
7.	Jefferson	Ambiente			
8.	João Victor	Parrofa			
9.	Jonathan	Estrutural			
10.	Jose Antonio	Ambiente			
11.	Maiane	Ambiente			
12.	Marcelo	Ambiente			
13.	Marcus	Ambiente			
14.	Marcus Henrique Alves	Coopere			
15.	Maria	P. Sul			
16.	Maria Alynira	Ambiente			
17.	Maria de Lourdes	Ambiente			
	Maria Aucimar	Ambiente			

LISTA DE PRESENÇA

Pauta:	Identificação dos possíveis problemas e soluções - Catadores (as) do Terreiro
Data:	03/06/2015
Horário:	09h 50 min às 11h 00 min
Local:	Unidade 7. Sul

	Nome	Órgão	E-mail	Telefone	Celular
1.	Maria Marcia Monturo	7. Sul			
2.	Maria Nelma	Coopace			
3.	Maria Galimari	Coopre			
4.	Marilide	Ambiente			
5.	Mônica	Coopre			
6.	Mônica Brustina	Coopre			
7.	Medina	Coopace			
8.	Osair	Ambiente			
9.	Patrícia Alves de Jesus	Ambiente			
10	Pedro	7. Sul			
11	Seliana	Coopre			
12	Roginaldo Vieira	Coopre			
13	Rita	Coopace			
14	Romeu	Estrutural			
15	Selma	Ambiente			
16	Sirlange	Ambiente			
17	Suena	Coopre			
	Wadson	Coopre			

LISTA DE PRESENÇA

Pauta:	identificação dos possíveis problemas e soluções - Catadores(as) da Terraço
Data:	03/06/2013
Horário:	09h 50min. às 11h00min.
Local:	Usina P. Sul.

	Nome	Órgão	E-mail	Telefone	Celular
1.	Wellington	Ambiente			
2.	Mesley	Ambiente			
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					
8.					
9.					
10.					
11.					
12.					
13.					
14.					
15.					
16.					
17.					

LISTA DE PRESENÇA	
PAUTA:	Identificação dos problemas e soluções com os catadores mais antigos
DATA:	08/06/2015
HORÁRIO:	10h00-min às 11h40-min
LOCAL:	Administração do SLU no Sudoeste

	Nome	Tempo de trabalho	E-mail	Telefone	Celular
1.	Carlos Oliveira	20 anos			(61) 9934-6298
2.	Fosé Batista				
3.	Fosé Luiz	21 anos			(61) 8505-2127
4.	Divtonio Marcos	19 anos			(61) 9637-9297
5.	Gilberto Pereira da Costa	13 anos			(61) 9558-9535
6.	Jana Cláudia	10 anos			(61) 8677-0863
7.	Luiz Felipe Rodrigues	14 anos			(61) 4608-2362
8.	Aluíz Gonzaga Coelho	24 anos			(61) 9116-1859
9.	Antônio Alves de Sousa	15 anos			(61) 9938-0329
10.	Antônio Angelo Filho	15 anos			(61) 9981-4923
11.	Carlos Roberto Alves	21 anos			(61) 8646-6394
12.	Aronil	20 anos			(61) 8504-0866
13.	Fuliton				
14.	Fosé Viana Gomes	16 anos			(61) 8645-6970
15.	Gasília Freires	25 anos			
16.	Leoválde das Bugas	20 anos		(61) 3434-2152	
17.	Pedro Hercul de Melo	26 anos			(61) 9837-1657
18.	Renaldo Filho da Silva	20 anos			
19.	Sinomar Alves dos Santos	30 anos		(61) 9141-4678	(61) 9862-6128
20.	Luiza da Costa	23 anos			

LISTA DE PRESENÇA

PAUTA:	Identificação dos problemas e soluções com os catadores mais antigos
DATA:	08/06/2015
HORÁRIO:	10h00 min. às 11h40 min.
LOCAL:	Administração do SLU no Lixoão

	Nome	Tempo de trabalho	E-mail	Telefone	Celular
1.	Nereu Bernardo dos Santos	21 anos			(61) 9506 - 6770
2.	Joaquim Batista Pereira	16 anos			
3.	Matheus Viana Gomes	23 anos			
4.	Luiz				
5.	Marcete Lima Lazzarino	11 anos			(61) 9844 - 0177
6.	Mirailda Santos de Jesus	09 anos			(61) 9667 - 9811
7.	Lurandir Martins da Silva	14 anos			(61) 9867 - 5246
8.	Maria de Lourdes dos Santos	08 anos			(61) 8128 - 2873
9.	Helairton Pereira dos	08 anos			(61) 8178 - 4370
10.	Epaminondas dos Reis	08 anos			(61) 9807 - 2299
11.	Domingos Pereira da Costa	21 anos			(61) 9624 - 6103
12.	Lucimélia de Jesus Almeida	12 anos			(61) 9988 - 2416
13.	André Maria Ramos de Santana	21 anos			
14.					
15.					
16.					
17.					
18.					
19.					
20.					

LISTA DE PRESENÇA

Pauta:	Identificação dos problemas educados do ponto de vista dos bairros de cooperativas
Data:	08/06/2015
Horário:	15h 10min às 16h 40min
Local:	Administração do SLU / Torreão do Foguê

	Nome	Órgão	E-mail	Telefone	Celular
1.	Adriana	Presidente	COOPERE		
2.	Alex Pereira	Presidente	COOPER.NOS		
3.	Ana Claudia	Presidente	Ambiente		
4.	Cândo e	Sociedade civil	CONSES		
5.	Ednaldo Costa plus		PLASFERRO		
6.	Edson Almeida	Vice-Presidente	Senho de biberdade		
7.	Fernando	Presidente	Senho de biberdade		
8.	Lucia Fernandes	Presidente	COORACE		
9.	Maria de Fátima		COORACE		
10.	Pedro Alves de Silva		COOPERE		
11.	Sinomar Alves dos Santos		CONSTRUIR		
12.					
13.					
14.					
15.					
16.					
17.					

LISTA DE PRESENÇA

Pauta:	Identificação dos problemas e soluções de parte de vista dos
Data:	09/08/2015
Horário:	10h45min às 12h00min
Local:	Administração do SLU / lairão de foguei

	Nome	Órgão	E-mail	Telefone	Celular
1.	Ana Cláudia				
2.	Glaudia Kírsi da Silva				
3.	Ed Paulo				
4.	Marcelo Gomes				
5.	Joaquim				
6.	Jose Salustiano				
7.	Rimdivar Jose Santana				
8.	Lauzimar de F. Almeida				
9.	Momell Rozilda Silva				
10.	Marcos Lidal da Silva				
11.	Sandra Regina Cândido da Silva				
12.	Sinemar				
13.	Waldyr Gonçalves Lima				
14.	Walter Francisco Maia				
15.					
16.					
17.					



LISTA DE PRESENÇA	
Pauta:	Identificação dos problemas e soluções / 651/2101 Ambiental e.
Data:	09/06/2015 SLU
Horário:	13h 50min às 14h 25min
Local:	Administração de SLU / Caixa de Fôlego

	Nome	Órgão	E-mail	Telefone	Celular
1.	Fulgencio Henrique de Azevedo				(61) 9570-5796
2.	Luiz Carlos de Souza Rêgo				(61) 9167-6970
3.	Ronald Gustavo de Lima				(61) 8527-2143
4.	Valdine Monteiro Silva				(61) 8596-3414
5.	Ranilda Anácio da Silva			((61) 8614-2988
6.					
7.					
8.					
9.					
10.					
11.					
12.					
13.					
14.					
15.					
16.					
17.					

DIRETORIA GERAL
manhã

LISTA DE PRESENÇA				
Pauta:	Rodas de Diálogo Empresas / ROC <i>Quarta</i>			
Data:	10/6/2015			
Local:	Lixão do Itaquai	10:30	12:00	12:00 <i>horario</i>

	Nome	Órgão	E-mail	Telefone	Celular
1.	ADRIANA TOSTES	TJDF - Fême	<i>adriana.tostes@tjdf.jus.br</i>	3103.7772	9211.1318
2.	PAULO R. GONCALVES	ASCOLES/COOPCOLETA	<i>ASCOLES2@SMATC.COM</i>	33634211	84030331
3.	<i>ELIA ROSE</i>	<i>ASCOLES/COOPCOLETA</i>	<i>eliarose@smatc.com.br</i>	3399022	8127787
4.	Maria Amélia C. Silva	VA	<i>melinka19@gmail.com</i>	81162767	91237261
5.	<i>Andrea Postojal</i>	SLU	<i>andrea.postojal.fellows@gnp.com</i>	32130135	
6.					
7.					
8.					
9.					
10.					
11.					
12.					
13.					
14.					
15.					
16.					
17.					
18.					
19.					

DIRETORIA GERAL

ASBRA

Bande:

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Identificação dos problemas e soluções a partir do ponto de vista
Data: dos representantes da ASBRA / 10/06/2015
Local: ASBRA / Associação dos Supermercados de Brasília.
Horário: 16:30 às 17:58

	Nome	Órgão	E-mail	Telefone	Celular
1.	CLAUDENIA	EXTRA		9285-4292	
2.	Carlos Lido S Gomes	GPA	carlos.gomes@gpabe.com	9298-2179	
3.	Jose Evaristo C. Lima	EXTRA		9294-0834	
4.	Sizue Imanishi	SLU		81852224	
5.	Cirilde C. Gomes	TSDPT		3103-9350	
6.	Cinthia Maria de Almeida	SLU	de Almeida Cinthia@gmail.com	9213 0113	
7.	Sumando das Saldas	OBA	Sumando.Silva@Deleobras.com.br	81519502	
8.	marcello	Presidente da ASBRA		3321.0014	9970 5901
9.					
10.					
11.					
12.					
13.					
14.					
15.					
16.					
17.					
18.					
19.					

DIRETORIA GERAL

manhã

LISTA DE PRESENÇA

Pauta:	Rota de Diálogo com Associação de Moradores e Funcionários da Administração Regional do Estrut		
Data:	11/06/2015		
Local:	Administração Regional do Estrutural	1º andar	Manhã 10:00 às 11:00

	Nome	Órgão	E-mail	Telefone	Celular
1.	Marcelo dey	SLU	marcelodey@gmail.com	3213-0139	9214-4139
2.	Winnic Vasconcelos	SLU	winnic.vasconcelos@gmail.com	3269-2590	333-3771
3.	Silviana Maria da Costa	Administração Regional do Estrutural	Silviana.comunidade@lucmail.com	8551-1898	3465-3644
4.	Jean Rocha	Morador	JLROCHA@PROCOM.BR	9933-4519	9933-4514
5.	Ismael N. Vicoira	Morador	VICOIRA379@bolmail.com	3465-7750	8542-7330
6.	Djalma D. do Nascimento	Prefeitura Comunitária	djalma.nascimento46@gmail.com	85346178	92830798
7.	Ednaia V. de Jesus	Prefeitura Comunitária	ednaia.v.jesus@hotmail.com	8540-1335	
8.	Waldemir M. Campos	Prefeitura Comunitária	Waldemir.mcampos@bolmail.com	95990462	
9.	Clara Lucia Soares	TJDF	vera_soares@tjdft.jus.br	9986-1273	3103-7942
10.	VINÍCIUS ANDRADE	SLU	VINICIUS.SLU@gmail.com	32130120	34041242
11.	Marcelo Ferreira de Souza	ADM		6196645390	
12.	José Luis G. Vasconcelos	ADM	joseluisvasconcelos@gmail.com	61-9902-6891	
13.	Marciano P. de Brito	ADM	MARCIANO.BRITO@SLU.DF.GOV.BR	61-92964127	
14.	Sizue Manishi	SLU	sizuemmanishi@yahoo.com.br	8145-2224	
15.	Maria Apúlia Costa Teixeira	VA	maria.apulia@lucmail.com	91234861/81962467	
16.	Guilherme Madao	ADM		91003451	34370510
17.					
18.					
19.					


LISTA DE PRESENÇA

Pauta:	Mãos com filhos adolescentes no Lixoão
Data:	13/07/2015
Horário:	10:00 h às 10:59
Local:	Administração do SLU - Lixoão

	Nome	Órgão	E-mail	Telefone	Celular
1.	Maria de Oliveira de Jesus	Coopere			82 282873
2.	Marciane Barros	Esportiva Coopere		32114983	81204093
3.	Karina Alves Pereira	Valor Ambiental	KARINA.ALVES@VAMBIENTAL.COM.BR	9211.4322	9203.4624
4.	Maria Ernestina Rodrigues dos Santos				84568534
5.	Aurramis Caroline S. Neto	SLU	aurramis.com@gmail.com	-	9303-1978
6.	Sizue Imanishi	SLU	sizue.imanishi@slu.gov.br		943.1203
7.	Carina de O. S. Rodrigues	SLU	carina.dirodrigues@gmail.com		9857566
8.	Andrea Portugal	SLU	andrea.portugal.felton@gmail.com	32130125	
9.	Hellyda Amanda	SLU	hellyda@slu.gov.br		6119307-1811
10.					
11.					
12.					
13.					
14.					
15.					
16.					
17.					

ANEXO X

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02 DE 17 DE JUNHO DE 2015 - SLU/DF



ORDEM DE SERVIÇO Nº 02 DE 17 DE JUNHO DE 2015

A DIRETORA-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-SLU, no uso de suas atribuições regimentais, aprovado pelo Decreto nº 35.972/2014, publicado no DODF nº 231, de 05/11/2014, resolve:

Art. 1º De acordo com determinações legais, fica expressamente proibida a entrada de resíduos dos serviços de saúde, perigosos, eletroeletrônicos, de alimentos oriundos de Supermercados e Shopping Centers, em todas as unidades do SLU, a saber: Lixão do Jôquei, Usina do P. Sul (Ceilândia); Núcleo Regional de Limpeza da Asa Sul (L 4 Sul); Núcleo Regional de Limpeza do Gama; Núcleo Regional de Limpeza de Sobradinho; e Unidade de Transbordo de Brazlândia.

Art. 2º. Não é permitido o acesso de veículos com pessoas penduradas ou sobre os mesmos, bem como o acesso e a permanência de menores de 18 anos.

Art. 3º. O descumprimento de quaisquer determinações contidas nesta Ordem de Serviço acarretará nas seguintes penalidades: Impedimento de acesso do veículo infrator às dependências do SLU; e comunicação das irregularidades junto às autoridades competentes para as providências legais.

Art. 4º. Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data.

Heliana Kátia Tavares Campos
HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS

ANEXO XI

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 84 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL – SLU-DF

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 84, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015

A DIRETORA-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, previstas no Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 35.972/2014, publicado no DODF nº 231, de 05/11/2014, e tendo em vista o Decreto nº 36.437, de 02 de abril de 2015;

CONSIDERANDO a necessidade controlar os pátios de manobra, pistas de deslocamento de caminhões e fluxo de carga pesada localizados no Aterro Controlado do Jóquei;

CONSIDERANDO que a guarda e fiscalização de veículos privados que transitam e/ou que são estacionados no Aterro Controlado do Jóquei não compete ao SLU-DF;

CONSIDERANDO a necessidade de desocupação imediata das áreas de serviço e de manobra do Aterro Controlado do Jóquei, RESOLVE:

Art.1º. Proibir o depósito de caçambas, a permanência e a circulação de veículos privados e em mau estado de conservação, na área do Aterro Controlado do Jóquei.

§ 1º. As caçambas e os veículos, em mau estado de conservação, deixados no Aterro Controlado do Jóquei por período superior a 24 (vinte e quatro) horas serão considerados como abandonados por seus proprietários e serão tomadas medidas visando a sua remoção pelo órgão responsável.

§ 2º. Os donos ou possuidores de veículos privados em mau estado de conservação, irregulares, ou com pendências junto ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal que estejam circulando ou estacionados no Aterro Controlado do Jóquei serão notificados para retirar o seu veículo dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de terem os seus veículos guinchados pelo órgão competente, a pedido do SLU-DF.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

Heliana Kátia Tavares Campos
HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS
Diretora-Geral

P U B L I C A D O
#ODF N.º 255 P. 07 10/11/2015
81.324.5